

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Maria Isabel Gonçalves Bezerra

**“SE ALGUÉM NÃO QUIER TRABALHAR, TAMBÉM NÃO COMA”:
ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA - UMA ANÁLISE DAS POSIÇÕES DA FRENTE
PARLAMENTAR EVANGÉLICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA
REFORMA TRABALHISTA DE 2017.**

Juiz de Fora

2024

MARIA ISABEL GONÇALVES BEZERRA

**“SE ALGUÉM NÃO QUISE TRABALHAR, TAMBÉM NÃO COMA”: ENTRE
A RELIGIÃO E A POLÍTICA - UMA ANÁLISE DAS POSIÇÕES DA FRENTE
PARLAMENTAR EVANGÉLICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA
REFORMA TRABALHISTA DE 2017.**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós- graduação em Serviço Social,
da Universidade Federal de Juiz de
Fora como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bezerra, Maria Isabel Gonçalves.

"SE ALGUÉM NÃO QUISE TRABALHAR, TAMBÉM NÃO COMA": RELIGIÃO, POLÍTICA E A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 : UMA ANÁLISE DAS POSIÇÕES DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS / Maria Isabel Gonçalves Bezerra. -- 2024.

149 f.

Orientador: Alexandre Aranha Arbia

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2024.

1. Ideologia. 2. Política. 3. Religião. 4. Frente Parlamentar Evangélica. 5. Câmara dos Deputados. I. Arbia, Alexandre Aranha , orient. II. Título.

Maria Isabel Gonçalves Bezerra

**“SE ALGUÉM NÃO QUISE TRABALHAR, TAMBÉM NÃO COMA”:
ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA - UMA ANÁLISE DAS POSIÇÕES DA FRENTE
PARLAMENTAR EVANGÉLICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA
REFORMA TRABALHISTA DE 2017**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social

Aprovada em 26 de setembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Vânia Noeli Ferreira de Assunção
Universidade Federal Fluminense



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Aranha Arbia, Professor(a)**, em 27/09/2024, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elcemir Paço Cunha, Professor(a)**, em 30/09/2024, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Noeli Ferreira de Assunção, Usuário Externo**, em 30/09/2024, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ISABEL GONÇALVES BEZERRA, Usuário Externo**, em 01/10/2024, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1965664** e o código CRC **5D2A2930**.

Dedico este trabalho à minha mãe, dona Zita. A mulher forte com nome da Santa das empregadas domésticas, e que como tantas mulheres pretas nesse país, viveu a vida para o trabalho e para que suas filhas trilhassem caminhos além dos próprios sonhos. Todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa é para mim um dos lugares mais altos que já cheguei e ao mesmo tempo nela me sinto pequena e sonhadora como a menina que era quando devorei vários livros didáticos em busca de uma medalha nas olimpíadas de matemática, enquanto escutava o barulho da panela de pressão da minha mãe enquanto ela cozinhava. Dedico a ela essa dissertação e esse mestrado, e que do lugar bonito de onde minha mãe está, que se alegre comigo, que chore comigo, que celebre comigo mais essa conquista, como o fez em todas que tive até aqui. Minha mãe, Zita (*in memoriam*), faleceu na reta final da pesquisa, e continuar sem ela foi o maior deserto que já enfrentei; vem dela a inspiração desde criança, o sustento e o suporte ao longo da vida, as jantas quentes quando já não aguentava mais olhar para o computador, enfim, é dela a força e sonho que me trouxeram até aqui. Obrigada mãe.

Agradeço à minha família, especialmente minha irmã Kathiúscia pelas risadas, orações, palavras de ânimo e tarefas ensinadas desde o fundamental, e também pelos meus sobrinhos Isack Emanuel e Isadora, cujos sorrisos e olhares sempre aquecem meu coração e me dão sentido. À Marcos Eliez, meu cunhado, pelo afeto e cuidado sempre presentes.

Ao meu pai, Djalma, pelo apoio e carinho, mesmo sem entender muito do que faço e encontro na pesquisa; e aos meus tios, irmãos da minha mãe, pelo incentivo e apoio em minha permanência em Juiz de Fora. Vocês foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao Theo, meu companheiro, pelo amor, pelo suporte e paciência no cotidiano, por sonhar comigo, por amparar e partilhar comigo os momentos mais difíceis e os mais alegres também, muitos deles partilhados com sua família que hoje é minha. É também por você que concluo esta etapa, sabendo que estará comigo nas próximas. Aos meus amigos de quatro patas Nick e Thor, companheiros fiéis e amor tão sincero, o carinho de vocês foi afago incontáveis vezes. Que sorte!

À Isadora, “a Yang da minha Grey”, a constante mais certa da minha vida, pela presença incontestável e amorosa nas conversas aleatórias ou em aconselhamentos profundos, no conforto e nos abraços naquela

madrugada difícil em que perdi o amor da minha vida. À “Soso”, como a chamo, meu muito obrigada.

À minha amiga Bruna, que esteve comigo desde as dúvidas na hora de realizar a inscrição do processo seletivo do mestrado até as últimas dúvidas para marcar a banca de defesa. Pelo apoio constante, por acreditar tanto em mim, pelos áudios e pelo afeto sempre grandes, obrigada amiga!

Aos meus amigos e colegas de turma Isabela, Euler, Laira e Raquel, pelas trocas tão importantes para oxigenar nossos afetos e mentes em meio às turbulências de um mestrado tão singular, iniciado na pandemia e com particularidades tão desafiadoras. Vocês são importantes demais para que eu chegasse até aqui, obrigada.

À Thalitinha, minha amiga norte mineira que partilhou comigo um apartamento frio em Juiz de Fora, muito obrigada! Você foi minha colega, minha confidente, provadora das minhas receitas e multiprofissional da beleza. Os meses com você me trazem lembranças de muito carinho e afeto, e fazem parte dessa realização.

À minha amiga e camarada Malu, por trocar comigo desabafos, aleatoriedades, teorias e lutas. Em especial, pelo auxílio nessa difícil reta final. Você me inspira amiga, em todos os aspectos da vida.

Ao meu orientador professor Dr. Alexandre Arbia, pela paciência e compreensão neste processo, e por acreditar e extrair o meu melhor dentro das minhas possibilidades e falhas como jovem pesquisadora.

Aos membros da banca pelas ricas contribuições e por lançar luzes que com certeza qualificaram meu trabalho e me oportunizaram chegar até aqui.

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social pelo financiamento e apoio.

A construção deste trabalho me afetou de diversas maneiras, e me permitiu amadurecer não só academicamente, mas também na esfera pessoal. Entender sobre a religião, sua natureza e função na sociedade burguesa, me fizeram olhar para ela enquanto mulher preta, filha da classe trabalhadora e praticante da fé evangélica; e ver nela um espaço de promoção de ideologias que apontem para a emancipação, para a conquista e defesa de direitos, e para a construção de uma sociedade livre da exploração e opressão, não

somente no “além” mas também aqui, no chão da vida social. Sob esse paradigma, também agradeço à Deus, meu amigo, meu ajudador e cuidador, O que sempre está presente.

Por fim, agradeço a todos que estiveram comigo ao longo desses longos e desafiadores anos, cada um faz parte dessa história e meu coração celebra a oportunidade de dividir com vocês esse momento.

A pesquisa e a universidade são para a gente. Que este trabalho possa semear pesquisas e sonhos no futuro. Obrigada.

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto o fenômeno ideológico da religião em sua articulação com a política em uma situação histórica determinada. Com o objetivo de analisar as posições ideológicas dos parlamentares vinculados à Frente Parlamentar Evangélica na Reforma Trabalhista em 2017, a pesquisa pretende evidenciar como tais sujeitos, identificados a partir da religião, compreendem e se posicionam com relação às alterações na legislação do trabalho, numa pauta econômica que difere daquelas em que geralmente se destacam a postura religiosa moralista. Parte-se da compreensão da religião e da política enquanto formas de ideologia, orientações ideais pelas quais os homens entendem a realidade e respondem a ela, interferindo e regulando os conflitos dados no cotidiano. A pesquisa analisou os produtos ideológicos que a camada religiosa da política institucional brasileira construiu no contexto de alterações profundas nas leis trabalhistas; com aporte na Teoria Social e procedimentos metodológicos baseados na pesquisa bibliográfica e análise documental das notas taquigráficas da comissão especial e da votação em plenário da referida Reforma, disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Nos resultados, observa-se que os deputados da Frente se posicionam reforçando os traços conservadores também no campo da política e da economia, pautando sua atuação ideológica sobre as bases da particularidade brasileira marcada pelo capitalismo atrofico e pela lógica de intensa exploração e ataque aos direitos do trabalho.

Palavras-chave: Ideologia, política, religião, Frente Parlamentar Evangélica.

ABSTRACT

This study aims to examine the ideological phenomenon of religion in its relationship with politics within a specific historical context. The goal is to analyze the ideological positions of lawmakers associated with the Evangelical Parliamentary Front regarding the Labor Reform in 2017. The research intends to highlight how these individuals, identified through their religion, understand and position themselves concerning changes in labor legislation, in an economic agenda that contrasts with the typically moralistic religious stance. It starts from the understanding of religion and politics as forms of ideology—ideal orientations through which people interpret and respond to reality, interfering with and regulating everyday conflicts. The research analyzed the ideological outputs that the religious segment of Brazilian institutional politics constructed in the context of profound changes in labor laws, drawing on Social Theory and methodological procedures based on bibliographic research and documentary analysis of the minutes from the special committee and the plenary vote on the Reform, available on the Chamber of Deputies website. The results show that the members of the Front position themselves by reinforcing conservative traits also in the fields of politics and economics, framing their ideological actions on the basis of the Brazilian particularity marked by atrophied capitalism and the logic of intense exploitation and attack on labor rights.

Keywords: Ideology, politics, religion, Evangelical Parliamentary Front.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DEM	Partido Democratas
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FM	Frequência modulada
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal no Rio de Janeiro
NT	Nota Taquigráfica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RT	Reforma Trabalhista
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. A questão da Ideologia	21
2.1. Sobre a Política.....	30
2.2. Religião: Ideologia e Alienação	40
3. Realidade brasileira: o solo de onde se levantam as ideologias.....	58
4. Ideologia, Religião e Política: a Frente Parlamentar Evangélica na Reforma Trabalhista de 2017	90
4.1. Evangélicos no Brasil.....	103
4.2. A Reforma Trabalhista de 2017 segundo os parlamentares da FPE	115
5. Considerações Finais.....	139
Referências Bibliográficas.....	143
APÊNDICE A – TABELA 1.....	146

1. Introdução

O título da presente pesquisa é composto por uma citação encontrada na Bíblia, especificamente na 2ª epístola de Paulo aos Tessalonicenses (capítulo 3, versículo 10) e faz parte de uma exortação do apóstolo acerca de alguns irmãos daquela região que andavam “desordenadamente, não trabalhando, antes, fazendo coisas vãs”. Na ocasião, o apóstolo orienta que tais irmãos, ociosos, trabalhem “com sossego e comam do seu próprio pão”, para que não sejam onerosos aos demais. O trecho foi escolhido para compor o título a fim de demonstrar que a religião guarda relação com a vida material e com o trabalho, não se dissociando deste, nem caminhando indiferente ao compasso da vida social, por mais abstratas que sejam partes de seus escritos ou o conteúdo sobrenatural da fé que a sustenta.

A vida em sociedade demanda a cooperação e participação de todos, e, para viverem nesse sistema de mútua colaboração, Paulo exorta: “se alguém não quiser trabalhar, não coma também”. Além do sentido e contexto originais, a frase também é emblemática na realidade brasileira no capitalismo contemporâneo, em que manter suas necessidades fisiológicas demanda trabalho e o trabalho possível se reproduz sob condições de crescente insegurança e exploração. Nesse cenário, a religião oferece aos fiéis acalanto, sentido espiritual e auxílio material fundamentais para aqueles que, querendo trabalhar, não podem ou o que podem não possibilita sua existência integral. Ela é, portanto, consolo, justificativa, e ferramenta de manutenção da vida concreta, não só no âmbito da subjetividade, mas também da reprodução objetiva dos irmãos em comunidade e fora dela. Neste sentido, entender como aqueles que operam a política em nome da religião se posicionam em uma situação política e econômica diretamente relacionada ao trabalho, não só é necessário, como também inspira diversas análises e caminhos possíveis para a leitura e compreensão da realidade brasileira contemporânea, fortemente impactada pelo crescimento exponencial dos evangélicos e de sua influência na vida social.

O recorte a seguir é extraído da Introdução de “Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (Marx, 2008) e expressa de forma sintética e ao mesmo tempo profunda a forma como concebemos o fenômeno religioso ao

longo deste trabalho: teoria, base explicativa, lógica cotidiana, sanção, justificativa e motivação moral das atividades dos homens em sociedade. A religião cumpre, a partir dessa concepção, uma função social prescrita na mediação das relações entre os seres humanos, e exerce essa tarefa fornecendo princípios e respostas aos seus questionamentos e conflitos sociais, que surgem no cotidiano e dizem respeito ao desenvolvimento histórico deste homem enquanto ser social no mundo.

“a religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu point d’honneur espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação” (Marx, 2008, p. 05).

Em “A Questão Judaica” (Marx, 1993, p. 09) o filósofo alemão aponta a religião como um defeito, cuja fonte reside na sociedade e no Estado e que manifesta a insuficiência secular da forma como os homens se organizam em sociedade, não sendo, portanto, a base ou a raiz dessa insuficiência ou carência, como trata do assunto Carli (2015). Partindo desse princípio, Marx eleva e aprofunda a crítica da religião já feita até então por Feuerbach, que conseguiu sair do idealismo hegeliano e focar no homem, mas não alça esse homem à historicidade e à crítica. O principal avanço de Marx na tratativa deste tema e de sua obra em geral pode ser sumarizado quando ele reforça tacitamente que seus esforços residem em que:

Não transformamos as questões seculares em questões teológicas; transformamos as questões teológicas em seculares. A história dissolveu-se na superstição ao longo de muito tempo; nós agora reduzimos a superstição à história (MARX, 1993, p. 10).

Desenvolvendo a questão religiosa sob o legado deixado por Marx, Lukács fornece os elementos reflexivos necessários para compreender quem é o homem que cria a religião, como provoca o texto marxiano e que mostraremos a seguir. Este homem é o ser social, que constrói a história objetiva do mundo a partir do trabalho, ao passo em que elabora sua subjetividade e potencializa suas capacidades. Invertendo a lógica de teologizar sobre as questões seculares, o marxismo e a ontologia tornam a vida e práxis mundana, identificando e esmiuçando o real.

Partindo dessa premissa ontológica para a compreensão da religião, e entendendo que ela consiste em uma forma de lógica e ação dos homens no exercício de suas práxis, compreende-se também que ela o faz de maneira estranhada, em que os homens não se reconhecem como sujeitos e sim objetos da vontade ou destino delegados por um ser superior que paira acima deles. Este ser superior trata-se na realidade de uma criação deste mesmo homem sujeito concreto, que imprime nesta criatura aspectos e características que lhe são próprias (a história da criação contendo trabalho, descanso e verbos do cotidiano é um exemplo), além do caráter e autoridade de criador para que este ser e essa criação como um todo – a chamada “ontologia religiosa” (Lukács, 2013) atue como regulação da vida social.

Enquanto regulação da vida social, a religião exerce uma função social, ela responde e corresponde a questionamentos do ser social e lhe fornece meios para interpretar e lidar com aquilo que está à volta dele, especialmente o que sob aquilo em que não pode ou consegue interferir de maneira imediata, como o desconsolo diante de uma doença grave, as dificuldades provocadas pelo desemprego e falta de recursos básicos para a sobrevivência, ou até mesmo diante de desastres naturais. É a religião a justificação e a enciclopédia desde mundo repleto de contradições.

No Prefácio da “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Marx (2008) discorre acerca dos diferentes tipos de transformações que incorrem na história das relações sociais e que precedem uma revolução social. A primeira refere-se à transformação “material das condições econômicas de produção”, e a outra é no tocante às “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, a formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (Marx, 2008, p. 48). Assim segundo Marx, a religião pertence ao grupo das formas ideológicas ou ideologias, pois assim como a filosofia ou o direito, por meio da religião os homens elaboram acerca dos conflitos e questões que permeiam o desenvolvimento social da humanidade. A ideologia é então o meio com que o ser social se conscientiza e age nos diferentes momentos e aspectos da vida, seja em atos cotidianos como rezar o terço uma vez por semana, ou em grandes acontecimentos e pautas históricos como a ditadura civil-militar ou a legalização do aborto e das drogas por exemplo. A religião, por se tratar de

uma ideologia, é um dos caminhos possíveis para responder e atuar frente a esses assuntos e/ou acontecimentos.

Dissertando acerca dos empenhos hegelianos em desenvolver uma crítica a filosofia do direito, Marx (2008) coloca que esta tenta desempenhar uma tarefa que só poderia ser realizada na práxis. Observando a Alemanha, ele aponta o grande avanço da ciência em contraste com o atraso do país em relação ao resto do mundo: “Em política, os Alemães pensaram o que os outros povos fizeram. A Alemanha foi a sua consciência teórica. A abstração e a presunção do seu pensamento iam a passo com o carácter unilateral de sua realidade” (Marx, 2008, p. 13). Esse exemplo é importante, para nosso interesse, e complementa-se com outra passagem deste mesmo escrito, quando o autor indica que “a teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem” (Marx, 2008, p. 14). Tais trechos demonstram a importância da crítica para a emancipação humana, no sentido de que somente uma crítica que possua fundamentos radicais possui também o potencial de se apossar das massas e fortalecer suas lutas. A crítica religiosa se insere nesse mesmo pensamento, e constitui ferramenta indispensável caso queira-se compreender as ideologias e estranhamentos que condicionam a sociedade burguesa e, para além, construir alternativas para a sua superação. A Alemanha acerta justamente nesse princípio, e demonstra seu

[...] radicalismo ao começar pela decidida abolição positiva da religião. A crítica da religião termina com a doutrina de que o homem é para o homem o ser supremo. Termina, por conseguinte, com o imperativo categórico de derrubar todas as condições em que o homem surge como um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível [...] (Marx, 2008, p. 14)

A religião é passível de ser superada quando a humanidade enfim conquistar ou recuperar sua universalidade genérica. Sua abolição é então necessária para que o homem assuma sua real condição de força de si mesmo, em contrário a qualquer condição subjugada e dominada, ainda que por suas próprias criações, como o é na religião. Marx aponta a importância do fato de que a libertação da religião e suas formas alienantes e estranhadas nas

relações sociais, não se dá por puro estabelecimento do estado, na chamada emancipação política. Antes, a condição objetiva e subjetiva que a pressupõe está na emancipação humana, que possui a significação de auto apropriação das potências do gênero, sobre o solo histórico de suas conquistas objetivas e subjetivas (Marx, 1993).

Portanto, a crítica da religião se faz necessária em razão de estarem nela presentes processos de alienação e estranhamento, como será melhor demonstrado adiante. Por hora a título de introdução do tema, cabe dizer que “a religião é apenas o reconhecimento do homem de maneira indireta; quer dizer, através de um intermediário” (Marx, 1993, p. 11) ou seja, é uma forma de os homens se identificarem enquanto gênero, porém sem se reconhecerem como sujeitos e autores do desenvolvimento humano, e sim como seres suscetíveis às forças e vontades alheias de um ser superior. Por essa razão a crítica da religião é imperativa para que se construam caminhos de autorreconhecimento humano no gênero: nas suas conquistas e potencialidades de domínio da natureza através do trabalho, na construção da sua subjetividade, e no controle dos fatores objetivos (naturais) e subjetivos (espirituais no sentido marxiano) visando atingir determinado fim, o que ocorre no pôr teleológico e que Lukács (2013) aponta como característica principal do ser social presente em todas as suas formas de práxis.

O cotidiano do Brasil contemporâneo é marcado por uma tensão ideológica ou guerra cultural latente que faz reemergir um velho espírito da sociedade brasileira com novas roupagens e antigos fundamentos: o conservadorismo religioso. Conforme o pensamento de György Lukács, o cotidiano é o espaço de reprodução do indivíduo social, é onde se realizam os automatismos e espontaneísmos próprios da práxis humana em sociedade e é de onde se deve partir caso se queira entender um fenômeno ideológico em sua real essência, dimensão e concretude (LUKÁCS, 2013).

É nesta premissa que se inicia a presente pesquisa, que tem como objeto o fenômeno ideológico religioso e sua manifestação na política, a partir de uma situação social concreta, a saber, a Reforma Trabalhista em 2017. Apesar da recente visualização obtida pelos evangélicos, com atividade determinante no campo da política, uma leitura imanente da realidade brasileira demonstra que tal fenômeno não se dissocia do desenvolvimento do

capitalismo no Brasil. A leitura proposta se coloca no sentido de primeiro fundamentar teoricamente as duas faces do objeto proposto, a política e a religião enquanto formas da ideologia, construídas e utilizadas pelo homem em sociedade para responder às questões postas em sua reprodução social. Em seguida, será feita a apreensão teórica da realidade brasileira, que na perspectiva abordada constitui-se a base da e na qual são formadas e reproduzidas as ideologias. Posteriormente, tratamos da análise dos registros oficiais da comissão especial da Câmara dos Deputados responsável pela discussão do PL 6787/17, e também da votação do tema em plenário. Tal análise pretende captar como se dá a participação dos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em uma pauta que escapa da temática em que geralmente a religião ganha destaque como ferramenta ideológica no discurso; visando localizar como se manifestam os parlamentares identificados a partir da religião, em uma área em que não se valem de preceitos religiosos e moralistas como justificativa de sua ação política.

Para isso, no primeiro capítulo é feito o tratamento teórico da questão da ideologia, e da política e da religião enquanto formas ideológicas; no segundo capítulo, então, é trazida a análise da realidade brasileira, seu desenvolvimento ideológico dentro do desenvolvimento do capital atrófico nacional (Chasin, 2000), e os elementos determinantes de sua formação sócio-histórica, seus nexos reais e as formas com as quais tal realidade se integra, como ela se reproduz e engendra as respostas ideológicas das classes e grupo sociais frente aos processos de desenvolvimento do capitalismo no Brasil que, como veremos ao longo da pesquisa, se reproduz com base na miséria material e espiritual de suas classes.

Observando a trajetória de vida intelectual e política de Lukács (1885-1971) da qual fala o Prof. José Paulo Netto no Curso Livre Lukács (2016), da editora Boitempo, nota-se a coerência da relação de fundamento e integração presente entre a ideologia e a vida social material, concreta. No início de sua vida, o filósofo húngaro tem duas preocupações que marcam suas primeiras obras ainda na juventude, e que o acompanharão até sua derradeira

fase criativa e intelectual a saber, a estética e a ética¹. Passando por diversos momentos intelectuais e políticos sobre os quais não cabe aqui dissertar, Lukács irá reencontrar estes dois temas no final de sua vida, sem nunca os ter deixado de fato. Suas duas últimas grandes obras tratam da estética e da ontologia, sendo esta segunda fruto de uma inquietação acerca da ética associado ao seu desejo de produzir uma renovação no marxismo (dados os influxos do socialismo e do próprio marxismo no século XX). Tal retrospectiva endossa que os diversos complexos que constituem o ser social e a vida em sociedade atuam em profunda integração, sendo, portanto, a obra de Lukács, seu conteúdo ideal enquanto intelectual e político, um reflexo e uma resposta de sua trajetória concreta.

A análise da politicidade em Lukács não é, de forma alguma, negligente, como argumentam seus críticos. Antes, o filósofo húngaro não se detém numa teoria geral da política ou do Estado porque, para ele, tais complexos da práxis humana precisam ser compreendidos em sua concretude, dado o caráter de historicidade da política. No entanto, isso não exclui a importância do pensamento de Lukács enquanto abstrações razoáveis acerca do tema da política, ou seja, aproximações que apresentam o tema de forma geral semelhante ao que Marx faz com o tema da produção em suas obras. Fortes (2015) coloca que:

Os princípios ontológicos fundamentais permitem compreender os vínculos efetivos existentes entre a dimensão ideal da sociabilidade humana (nesse caso, a política enquanto ideologia) com a esfera material da reprodução da vida. [...] O peso real, efetivo, da politicidade (assim como da ideologia em geral) somente pode ser determinado a partir da análise dos “complexos de problemas” mais importantes do ser social (Fortes, 2015, p. 04).

Ou seja, para compreender as determinações do tema da política deve-se partir da ontologia do ser social, que permite entender como essa manifestação da ideologia se efetiva na vida material dos homens.

Ao analisar um fenômeno ideológico como o religioso, com face articulada à política, é imprescindível compreender como tal objeto se expressa

¹ “História do desenvolvimento do drama moderno” e “A alma e as formas” são as primeiras obras de Lukács. Datadas da década de 1910, expressavam o brilhantismo do pensamento jovem que atuava junto a companhia de teatro fundada por ele.

e se constitui na realidade real e concreta, que existe e se reproduz a partir dos diferentes e integrados complexos da vida social. Essa afirmativa é importante e basilar pois a partir dela desenvolvemos todo o raciocínio e sob ela compreendemos a ideologia e suas formas na política e na religião ao longo da história brasileira até o momento contemporâneo.

O crescimento exponencial do protestantismo no Brasil a partir da segunda metade do século XX representa um significativo pressuposto para as também crescentes pesquisas no âmbito da religião na sociedade, dentre as quais fazem parte o presente estudo. Tal crescimento é apontado em pesquisa de Rone Carvalho (2023), da USP, como relacionado à vários fatores, como: a isenção de impostos para as igrejas a partir da constituição federal de 1988; o crescimento do movimento evangélico no país, em suas diferentes vertentes dentre as quais predomina hoje a pentecostal, além de um grupo majoritário de denominações que segundo a pesquisa não se enquadram em nenhuma das três principais: pentecostal, missionária e neopentecostal; o crescimento econômico e a tendência de que os fiéis teriam maiores condições de contribuição financeira nas igrejas; além da dinâmica própria das igrejas evangélicas que facilitaram seu maior espraiamento, como o uso da TV como ferramenta de atração e dos templos espalhados para fidelização dos fiéis.

Por diversos motivos, o movimento evangélico brasileiro tem se tornado cada vez mais presente, numeroso e adaptável à nossa sociedade, ressoando elementos de nossa população e gerando identificação, solidariedade e vínculos sociais especialmente nos territórios de maior vulnerabilidade social e ausência do Estado. Nesses contextos, a igreja se coloca como espaço de apoio material e emocional, especialmente através do templo, que segundo Bencke “É o espaço físico onde as pessoas vão se encontrar e que o espírito de solidariedade e vivência comunitária da igreja acontece” (Carvalho, 2023).

Esse contexto também ressoa no campo da política, no qual os evangélicos aparecem com destaque e que tem sido espaço de disputas em nome da religião. A Frente Parlamentar Evangélica, agremiação de parlamentares na Câmara dos Deputados que ocupa papel de destaque na política recente no país, representa o patamar a que chegou a expansão evangélica no Brasil, e é expressiva em seus posicionamentos no tocante a

temas morais emblemáticos como o aborto e a descriminalização das drogas, mas que também atua nas pautas ligadas ao campo econômico e que interferem diretamente a vida dos brasileiros. Nesse quadro, torna-se necessário analisar como esse grupo se manifesta, como movimenta os elementos que compõem o Brasil enquanto nação e sociedade, em que contexto e sob quais interesses e justificativas norteiam sua atividade política.

Tendo em vista esse crescimento significativo, pretende-se observar como a parte mais politicamente ativa dos setores evangélicos percebe a realidade brasileira, como a interpreta e atua sobre ela, a partir dos deputados que se organizam em nome dela. Identifica-se que tal processo não é recente, mas possui raízes históricas nos fundamentos ontológicos dessa forma de ideologia, que estão presentes na formação e vida social do país. A realidade brasileira no desenvolvimento do capitalismo hipertardio fornece as bases das construções ideológicas que surgem como resposta das classes sociais e dos indivíduos aos dilemas que são dados na reprodução social da vida, sob os contornos dos aspectos principais que constituem o país enquanto nação, tais como o desenvolvimento econômico, sua inserção no modo de produção capitalista e as relações de trabalho. Uma interpretação crítica do Brasil contemporâneo e da ideologia a partir da religião e da política, que busque a articulação entre os questionamentos e as respostas que os seres sociais desenvolvem em sociedade, demanda a verificação dos determinantes centrais da formação sócio-histórica do país. É sob essa base que se apresentam as demandas e intenções desta pesquisa.

2. A questão da Ideologia

O tratamento do tema da ideologia será dado buscando compreendê-la em sua dimensão real para dar base ao problema da política e da religião, objeto desta pesquisa. Nessa dimensão, voltamos nossa reflexão a algumas das características fundamentais do ser social e a como Lukács entende a gênese e constituição desse ser, especialmente quanto aos seus aspectos ideais.

Como já citado anteriormente, o ser social possui caráter de complexo que constitui as esferas de sua práxis social, havendo nestas esferas complexos mais simples ou mais ricos de determinações e dinâmicas. Nestes, há necessariamente interação, não existindo nenhum complexo ou área da vida social humana em que caiba uma análise isolada, fragmentada, apresentando somente uma perspectiva acerca daquele complexo de forma apartada, sem compreender suas conexões e sua concretude. Com este pressuposto, entende-se que ir ao ser social é ir ao trabalho, entender como este complexo se realiza e é realizado pelo ser, haja vista ser esse o complexo originário do ser social, conforme a obra lukacsiana. Vejamos isso mais detalhadamente.

Lukács aponta que o ser social possui uma gênese, se desenvolve na história e existe sob complexos categoriais. As propriedades do seu espírito não existem desde sempre, antes são gestadas, desenvolvidas, ao longo da trajetória humana do ser social. A gênese dessa trajetória é localizada no trabalho (interação homem – natureza), complexo que produz o salto ontológico do ser e que esteve presente em toda a história do homem e que o diferencia dos seres inorgânicos dentro da gradação dos seres.

O salto ontológico do ser social se relaciona à gradação dos seres: os seres inorgânicos estão restritos à natureza; nos seres orgânicos surgem elementos de nutrição e sexualidade que se relacionam à categoria “reprodução”, que aparece aqui como diferença específica que estabelece a separação entre a vida e a inorganicidade dos seres. O salto ontológico do ser social a partir de sua base natural se dá no trabalho, que na interação entre homem e natureza possibilita o desenvolvimento de novas categorias sociais. Este novo ser, social, então opera no trabalho a refuncionalização das

categorias nos seres inorgânico e orgânico. É este elemento que o diferencia e o distingue dos demais seres. Portanto, o termo social caracterizando este ser propriamente humano. O salto ontológico do ser social reside então na sua relação com o mundo, com a natureza e com os outros seres, fundada do trabalho.

Como se trata de um complexo categorial do ser, o trabalho possui uma categoria central, que é a do pôr teleológico, que constitui o modelo para as outras formas da práxis² do ser social.

Desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito - mesmo que através de mediações às vezes muito complexas -, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material (Lukács, 2013, p. 47).

Isso significa dizer que o pôr teleológico está presente em qualquer atividade do ser social, e para entendê-lo enquanto categoria é necessário pensar a partir da teleologia, apontada por Lukács como categoria específica da atividade humana. Ele parte da passagem na qual Marx distingue a melhor abelha do pior arquiteto através da teleologia, a ideação da atividade de interação do homem com a natureza. Essa ideação é peculiaridade do ser social: só o ser humano pode, através do pôr teleológico, ou seja, do fazer, da prática teleológica, afastar-se das barreiras naturais.

O pôr teleológico no trabalho (interação homem-natureza) consiste em gerar no pensamento humano a prévia ideação de uma ação com uma finalidade, de acordo sua necessidade, visando a transformar a realidade material criando algo novo e se afastando da limitação dos seres da natureza. Possui um duplo caráter: conhece o que é dado e cria novas possibilidades para além do ser em si das coisas naturais. Um exemplo disso é que no ser-em-si da pedra não há nenhuma intenção de ser faca, o que ocorre é a ação do *télos*, do pôr teleológico que a modifica e transforma com uma nova finalidade,

² A práxis pode ser compreendida a partir da definição de Netto (1981, p.77) que a sintetiza como “conjunto de objetivações teleológicas do ser genérico consciente que se constitui pelo trabalho”. Nota-se o alinhamento com a perspectiva Lukácsiana, que coloca a centralidade do pôr teleológico em todas as atividades humanas, e o fundamento desde no trabalho.

só possível na ideação humana e suscitada a partir das necessidades humanas. O papel do homem na causalidade natural, portanto, é criar algo novo a partir de elementos que já existem, mas que não poderiam por si mesmos resultar neste algo, é desencadear novas relações de causa e efeito e com isso efetivar a potencialidade do trabalho utilizando-se de suas capacidades teleológicas.

A partir e no trabalho, com sua prática na história, no tempo e no espaço, a experimentação faz desenvolver no homem a razão e outras capacidades subjetivas; no domínio da natureza ele realiza também o controle e submissão de sua vontade à atividade necessária. Este indivíduo/ser social é, portanto, a síntese de suas capacidades materiais, objetivas, e também seu conteúdo e capacidades espirituais e subjetivas.

É necessário deter-nos de forma mais aprofundada na categoria do pôr teleológico. Lukács começa sua obra sobre a ontologia do ser social a partir do complexo categorial do trabalho por uma razão, a qual reside no fato de que, nele, o pôr teleológico torna-se o momento preponderante pois é o trabalho a primeira forma desse pôr, e o complexo permanente na história da humanidade. Sob diferentes maneiras, contextos, instrumentos e objetivos o homem esteve em constante interação com a natureza, modificando-a e nessa relação modificando também a si mesmo, seus complexos ideais e sua relação uns com os outros. Por isso, cabe ressaltar que a categoria central na compreensão lukacsiana do ser social é a do pôr teleológico: “Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos” (Lukács, 2013, p. 52).

Lukács utiliza o pensamento de Aristóteles e de Nicolai Hartmann para entender o trabalho dividido em dois momentos: o de produzir e o de pensar, ou momento material e momento ideal. A gênese do ser social é pensada enquanto pôr teleológico (*télos* - finalidade) justamente porque diz respeito ao momento da prévia ideação. No trabalho, sua forma inicial, o pôr pensado de um fim tem como resultado transformar a realidade material, criar algo qualitativamente novo em relação ao que estava presente na natureza, e com isso progressivamente ocorre o afastamento das barreiras impostas por

essa natureza, criando e executando pores teleológicos cada vez mais distintos do lócus do trabalho.

A teleologia – categoria importante e necessária para o entendimento da ideologia e da política – no trabalho diz respeito ao momento ideal e à necessidade do homem de conhecer os nexos causais presentes na natureza, e ao momento material ao demandar desse conhecimento para pôr em movimento a causalidade da natureza. Ela é especificada pela característica de sempre produzir ou visar produzir algo, e diz respeito à intenção finalística do pôr teleológico. A teleologia tem um destaque importante em Lukács pois ela é uma categoria específica da atividade humana, a peculiaridade do ser social, visto que na natureza não há teleologia, finalidade ou ideação.

Uma reflexão é de suma importância quanto à teleologia. Lukács (2013) traz que Marx limita a teleologia à uma categoria própria do trabalho e restrita às outras formas do ser, como a história e na natureza. É necessário ressaltar que pensar o ser social, a sociedade e a história a partir da apreensão do trabalho como categoria fundante do ser social e do pôr teleológico como aquela categoria que é central, presente em toda e qualquer atividade humana, não significa atribuir um fim a tudo e/ou um sentido à existência humana. Acerca disso, Lukács diz:

com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente. (Lukács, 2013, p. 48)

Tal postura historicamente elevou o pôr teleológico a “categoria cosmológica universal” (Lukács, 2013, p. 47-48), isolando deste entendimento o fato de que este ser social, a sociedade e a história se realizam e são realizados a partir de um autor consciente, que é o próprio ser humano. Apenas considerar que tudo tem um fim sem pressupor o processo teleológico a partir de seu autor consciente é uma falha no entendimento da teleologia, advinda da necessidade humana elementar de dar sentido à existência, como um

“irresistível finalismo atuante do mundo orgânico” (Lukács, 2013, p. 48) e que também é muito presente na ontologia religiosa.

A teleologia, portanto, ganha existência objetiva e, ao tornar-se ser-no-mundo, realiza-se enquanto categoria posta (Lukács 2013, p. 48). Com a experimentação, e a criação de novas possibilidades a partir do pôr teleológico do trabalho, o ser social adquire capacidades de abstrair dos elementos naturais aspectos ou elementos ideais, que ele desenvolve no espelhamento. Esse processo de espelhamento ocorre no momento ideal do pôr teleológico, e propicia novas articulações e combinações na causalidade que somente a consciência do ser social pode descobrir; a consciência tem em Lukács o caráter expresso de possibilidade (Lukács, 2013, p. 67).

O espelhamento permite que o ser social transpasse o real para o intelecto, e com isso se reinvente e inaugure novas execuções do pôr teleológico no trabalho, como por exemplo fazer do metal elemento natural, uma faca, que nasce da ideação. A verificação prática é o critério pelo qual o ser modifica e molda o espelhamento ideal: ela valida o espelhamento realizado e possibilita que o homem altere sua atividade conforme a necessidade e intencionalidade do pôr em movimento.

No pôr teleológico do complexo do trabalho, não se pode prescindir da natureza nem do espelhamento, que é seu momento ideal, porém não somente. O espelhamento não é somente ideal porque não é possível realizá-lo ignorando as determinações da coisa na natureza, em outros termos, uma faca só possui corte por haver antes no metal propriedades físicas que possibilitam a criação desse instrumento, ou seja, o espelhamento ocorre no intelecto e a propriedade existe na coisa em si, e é espelhada. Em suma, é através desse momento ideal que o homem realiza a apreensão da natureza e a construção da consciência – do ser social e de suas formações ideais. Ele é o momento ideal no qual o ser social constrói, no pôr teleológico, a movimentação dos nexos causais conforme a necessidade do pôr.

Entendendo esse primeiro âmbito do que é o ideal em Lukács – o espelhamento como momento ideal do pôr teleológico que faz a relação subjetividade e objetividade e que tem caráter de possibilidade –, vejamos agora o que efetua essa passagem da possibilidade para a realidade. A

categoria demonstrada por Lukács nesse momento é a da alternativa, que está presente no pôr teleológico enquanto momento ou fator preponderante.

A alternativa, categoria cujo fator preponderante é o momento cognitivo, efetiva a passagem entre o momento ideal e a objetivação do pôr, e isso lhe confere um aspecto decisivo no complexo do trabalho e em outros próprios do ser social. O aspecto decisivo se deve a que, a escolha entre alternativas existentes no campo de possíveis é realizada na consciência, bem como a efetivação do pôr teleológico. A identificação do campo de possíveis é um procedimento necessário que irá influenciar no sucesso da intenção do pôr, que está sempre submetido à verificação prática do espelhamento.

Este momento ideal no qual se faz esse espelhamento e a escolha entre alternativas visualizadas no campo de possíveis dados se complexifica conforme se complexificam os pores teleológicos humanos, diferenciando-se progressivamente do trabalho. Com essa diferenciação e aumento dos pores teleológicos, Lukács os discerne em dois tipos: pôr teleológico primário e pôr teleológico secundário.

O pôr teleológico primário se refere às atividades diretamente relacionadas à interação do homem com a natureza. Já o pôr teleológico secundário, apesar de estar presente no trabalho, é ainda mais decisivo nas formas superiores da práxis humana, aquelas que se afastam da base da natureza e que por isso pertencem à objetividade social. Este pôr teleológico secundário possui um objeto diferente do primário, não se volta à natureza e sim à consciência dos homens, visando a influenciar as ideias, comportamentos e decisões nos processos relacionados às práxis humanas, incluindo o trabalho, e outras, como a política e a religião, que são formas de ideologia. Como mencionado, nas formas superiores, como as ideologias (arte, filosofia, religião, política e direito, como citado por Marx) este pôr teleológico exerce importante papel visto que a ideologia se caracteriza necessariamente pela sua função social, como conteúdo da consciência dos homens que os orienta nas suas escolhas e pores teleológicos singulares.

O complexo do trabalho é o complexo fundante do ser social porque nele primeiro aparece o pôr teleológico, é o momento preponderante, que faz o salto do ser orgânico ao ser social, e por isso todas as outras práticas sociais desse ser guardam com esse complexo uma relação de continuidade e

descontinuidade, seja no aspecto mais geral – o de que existe um autor consciente da humanidade e da sociedade, o homem; seja em outros aspectos do pôr teleológico. Conforme Vaisman:

A concepção Lukacsiana de ideologia tem como ponto de apoio fundamental a noção do homem como um ser prático, característica primordial do ser social posta já no ato do trabalho, na posição teleológica e no desencadeamento de causalidades que o envolvem. Ontologicamente, essa noção implica o fato de que este ser prático age a partir de decisões entre alternativas; ser que, não sendo abstratamente independente das necessidades que a história lhe coloca, reage a essas necessidades empregando produtos espirituais que são constituídos, de forma não linear, em função dessas mesmas necessidades. (Vaisman, 2020, p. 49)

Nessa passagem fica claro qual é o principal pilar da compreensão de Lukács acerca da ideologia, que se fundamenta em seu caráter ontológico-prático de resposta do ser social, este homem que responde, o ser prático que decide a partir das alternativas disponíveis no campo de possíveis do real. Neste aspecto ocorre uma semelhança com o complexo do trabalho, ou seja, uma continuidade relativa e que indica o caráter de pôr teleológico presente na ideologia e em toda práxis humana.

Conforme Fortes a respeito da política, “as formas mais complexas no pôr da práxis política contêm traços essenciais do complexo originário, contudo, apresentam diante destes outros traços peculiares distintivos” (Fortes, 2015, p. 06), ressaltando que existe uma igualdade e uma diversidade entre os pores teleológicos primários e secundários. Essa igualdade é devida a que ambos precisam desencadear movimentos nos nexos do objeto com vistas ao pôr proposto, e a diversidade está justamente no objeto de cada um, sendo o primeiro a natureza e o segundo a consciência dos homens.

Pensando nessa continuidade, a ideologia se localiza nos pores teleológicos secundários, é por meio dela que os homens tomam consciência dos conflitos e questões de seu tempo e de sua sociedade, e desenvolvem respostas a essas questões. Como a ideologia tem esse forte momento ideal, ela constitui-se enquanto conteúdo de pores teleológicos que visem influenciar a consciência dos indivíduos, seus comportamentos, opiniões, a forma como atuam nos conflitos de classes, a escolha dos temas e métodos na ciência, seu imaginário religioso e a relação entre os homens numa comunidade, entre

outras atividades humanas que requerem predominância do momento ideal, levando em conta a complexificação e distanciamento de sua base do trabalho material e da natureza.

Esses pores secundários atuam e movimentam subjetividades, intentam uma nova posição teleológica, visam a provocar, mudar, eliminar ou influenciar o comportamento e as ideias do homem; agem no momento do espelhamento do pôr teleológico, no momento cognitivo das alternativas realizadas nos diferentes tipos de práxis social. O objeto do pôr teleológico nesses casos é o próprio homem e sua subjetividade, e através desse pôr os homens respondem praticamente às problemáticas imediatas ou genéricas da vida. Os pores teleológicos secundários são o espaço por excelência no qual a ideologia opera; e a ideologia representa o momento ideal das atividades caracterizadas pela predominância de pores teleológicos secundários, sendo também indispensável à execução do pôr teleológico primário ou do trabalho.

A ideologia é um elemento permanente no cotidiano dos homens pois é, como vimos, o momento ideal de sua ação prática. Ela é o elemento responsável por conscientizar e operacionalizar a prática social, pois é o conteúdo do espelhamento, a forma consciência que medeia a prática, é, portanto, sua orientação ideal. Conforme apontam Fortes e Vaisman (2014), no pensamento tardio de Lukács, a ideologia se configura como uma dimensão específica do ser, um atributo ou característica de toda e qualquer forma e/ou atividade humana da existência social. Nesse sentido, tal aspecto do ser é ineliminável de sua constituição, e dada a variabilidade de contextos e da historicidade do homem e de suas relações com a natureza e entre si, é importante compreender as formas como a ideologia pode ser compreendida a partir da resolução ontológico-prática.

A ideologia existe enquanto complexo do ser social há tempos remotos desde as sociedades ditas primitivas por Lukács: sob forma ampla, na função imediata das necessidades de subsistência, de regulação do comportamento e generalização do ser humano – as primeiras manifestações artísticas, de organização social (famílias, associações, divisão de grupos, entre outros), na magia, mitologia e religião; e na forma restrita, como instrumento de conscientização e de luta social, como meio de conscientizar os conflitos sociais – com a complexificação da sociedade de classes,

especialmente a partir do modo burguês, a ideologia exerce presença e poder na forma como essas classes e grupos sociais se relacionam e respondem às questões de sua reprodução em sociedade. Em qualquer aspecto, a ideologia é ineliminável e indissociável do ser social, e precisa ser compreendida em sua função enquanto fenômeno, e não como falsa consciência, e é este o principal ponto da análise lukacsiana sobre a questão.

Diferentemente da forma como muitas vezes é abordada no senso comum, a ideologia não se reduz a um “conjunto de ideias” ou “visão de mundo”, ela se relaciona intimamente à categoria alternativa na resolução de questões dadas no desenvolvimento e prática do ser social.

Portanto, a ideologia consiste em forma ideal que desempenha uma função social, ela é a resposta prática às questões práticas dadas no decorrer da trajetória humana, seja na imediatividade do cotidiano seja na amplitude das questões do gênero. Com efeito, existe na história uma ligação entre ideologia e economia, – aqui compreendida enquanto esfera social relativa à realização do trabalho e sobrevivência material – que as torna indissociáveis, pertencentes a distintas dimensões do ser social, mas que guardam íntima relação de reciprocidade. Em cada etapa do desenvolvimento das capacidades objetivas expande-se também a subjetividade dos homens na relação com a natureza e com outros homens, desse modo, “cada nova formatação da sociabilidade dos homens como, por exemplo, a transformação das forças produtivas e relações de produção, cria necessariamente uma determinada ideologia, esta é a função da ideologia” (Andrade; Kell, 2018, p. 116). Assim, cada época humana, cada contexto e particularidade do homem no tempo e no espaço guarda especificidades quanto às diferentes realizações do ser social, no âmbito do trabalho e também nos outros campos em que este atua e realiza por teleológicos secundários ou primários; e a ideologia se localiza enquanto mediação, justificativa, esfera ideal pela qual as sociedades interagem entre si e com a natureza, criam e solucionam questões, respondem aos dilemas de sua produção e reprodução social. Seja nas situações mais cotidianas ou nos grandes eventos históricos, a ideologia opera no mundo material e concreto, subsidiando as escolhas entre alternativas realizadas a partir dos possíveis existentes em cada tempo histórico.

Nesse sentido, a categoria ideologia fornece recursos para compreendermos nosso objeto e os elos existentes entre os campos da política e da religião, que compõem o universo das ideologias na superestrutura social. Vejamos a seguir como se qualificam a partir do pensamento lukacsiano a política e a religião, a fim de consolidar a base teórica que fundamenta a análise dos elementos ideológicos presentes na participação política de atores que, identificados a partir da religião, formatam a legislação que opera o direito e as relações de trabalho.

2.1. Sobre a Política

Como apresentado por Fortes em fala no mesmo Curso Livre Lukács (2016), da editora Boitempo, citado no início do texto, não há no pensamento do filósofo húngaro uma construção de uma teoria acerca da política ou do Estado. A política não possui uma autonomia em relação à economia e à sociedade e, enquanto uma das formas da ideologia, existe enquanto especificidade do ser social, já que sempre haverá conflitos envolvendo a compreensão e atuação do homem na realidade social. Em razão do caráter determinante da historicidade da política, essa esfera da práxis humana é ineliminável das diversas formações humanas de sociedade, porém sempre distinta em cada temporalidade e espaço e por isso é difícil estabelecer uma teoria acerca desse fenômeno. Qualquer tentativa nesse sentido só é cabível na lógica das abstrações razoáveis³, sendo sempre necessária a análise de uma realidade social concreta. É nesse desafio que se lança o presente estudo, voltado à compreensão de como se apresentam as conexões ideológicas de parlamentares identificados e associados entre si a partir da religião num contexto histórico determinado. O objeto, portanto, se materializa numa situação concreta que permite o entrecruzamento de distintas, porém, como pretende-se verificar, não excludentes esferas da ideologia: a política e a religião.

³ Abstração razoável diz respeito ao mecanismo de destacar ou fixar um elemento ou termo comum entre todas ou quantas sejam possíveis manifestações de um tema na história ou em um período de tempo determinado, para poupar tanto pesquisador quanto leitor da repetição. O termo é utilizado por Marx na Introdução dos Grundrisse (Marx, 2011, p. 56), quando o filósofo alemão desenvolvia acerca do tema da produção e fixava a abstração da produção em geral, para englobar aspectos comuns da temática ao longo da história.

Lukács em seus escritos parte da seguinte colocação de Marx:

A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material — que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa — das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências (Marx, 1971, p. 9-10).

Nesse trecho, ele já demarca que a política está incluída no pensamento de Marx como forma ideológica, portanto não está dissociada completamente das outras formas de práxis; bem como a ideologia não está restrita apenas ao campo político – nas definições ampla e restrita da ideologia, a segunda é relacionada às questões de classe e desse modo mais próxima da política, porém o fenômeno ideológico se manifesta também em outros campos de atividades humanas.

Algumas indicações sobre o tema da política já foram ditas anteriormente, seguiremos agora apresentando considerações acerca do tema em Lukács a partir dos apontamentos de Fortes e Vaisman (2014), que trazem de forma clara e sintética algumas das principais resoluções do pensamento do filósofo.

Os autores trazem uma primeira definição da política enquanto dimensão da totalidade social que diz respeito ao conflito, e é identificada entre os pores teleológicos secundários, já que seu objeto é a consciência dos homens. Ela atua na manipulação dos nexos reais e na escolha entre as alternativas dadas pela essência desses conflitos, que na sociabilidade capitalista advém do campo econômico. Seu lócus de atuação é a totalidade fenomênica, que é onde o conflito aparece. Conforme a citação de Marx, a base econômica influencia a superestrutura que é composta pelas ideologias. Como é justamente a área da totalidade relacionada ao conflito, conflito esse que tem fundamento econômico dada a forma capitalista de reprodução social, a política é a forma ideológica pela qual os homens compreendem e atuam nesses conflitos, movimentando os elementos próprios da base e aqueles por ela criados, enquanto forma secundária do pôr teleológico, sempre com o objetivo final de transformar ou conservar a essência ou estrutura.

É necessário compreender como se desenvolve em Lukács a relação essência e fenômeno, para que não haja deduções e atribuições diretas da primeira à necessidade. A necessidade em Lukács não representa uma limitação nem tem conotação negativa, antes, se relaciona à capacidade do pôr teleológico de captar o campo de possíveis e nele intervir, realizando alternativas visando a melhor satisfazer sua necessidade. A necessidade então representa a possibilidade que só o ser social possui de modificar a causalidade natural e nela criar novos elementos, os quais não existiriam por si no meio natural.

No autor, essência e fenômeno possuem uma relação que exprime uma contraditoriedade, que nega qualquer determinismo econômico. É sabido (e Lukács reforça bastante isso em sua obra) que não existe um determinismo econômico que dita as atividades humanas da superestrutura somente enquanto reflexos da base material, bem como é uma tácita verdade que a práxis social também não é realizada exclusivamente por puros atos de vontade ou consciência. Antes, ocorre entre esses campos, a base material e a superestrutura, uma relação de determinação reflexiva entre os fatores objetivos e os fatores subjetivos dentro da política, um reflexo da essência a partir de suas tendências e legalidades econômicas no mundo fenomênico das formas ideológicas, e vice-versa. Sintetizando,

A necessidade está em estreita relação com o campo de possibilidades gerado pela essência, e é precisamente nessa dimensão que as decisões dos homens incidem sobre a essência, determinando-a. A relação entre essência e fenômeno se desdobra sob a forma da determinação recíproca. Desse modo, os pores teleológicos podem influenciar diretamente aqueles nexos próprios da esfera fenomênica e, ao mesmo tempo, desempenhar papel ativo na determinação da essência, não sendo, pois, simples resultado passivo desta (Fortes; Vaisman, 2014, p. 124).

A relação dialética entre essência e fenômeno em Lukács é, pois, esta: tanto as legalidades tendenciais que compõem a essência, próprias do desenvolvimento econômico do ser social, quanto as manifestações fenomênicas possuem uma mesma base, estão imbricadas e se relacionam pela forma de determinação de reflexão. Os atos individuais consistem em acionar as tendências legais do complexo econômico no mundo fenomênico, que é o campo de ação do cotidiano, e assim desencadear processos globais

que formam a história social do gênero. A partir dessa relação, entendemos que a política se apresenta e atua no mundo fenomênico, movimentando elementos e buscando desencadear seus objetivos na essência, na legalidade econômica, guardando com ela uma estreita relação reflexiva.

A relação fenômeno e essência não possui um vínculo direto e não ocorre de forma automática. As ações de resposta dos indivíduos às questões que lhe são postas em sua práxis cotidiana não interferem diretamente no plano macro da totalidade social. Fortes dirá que

a essência existente na esfera economia é obra dos homens, porém a totalidade constituída pela síntese dos pores teleológicos singulares aparece como um conjunto de forças e diretrizes independentes das finalidades conscientes dos indivíduos. [...] sobre essa base é erguido outro denso conjunto de objetivações e de momentos que se circunscrevem em um plano ideal pertinente à ação dos homens singulares, membros ativos dessa sociedade. (Fortes, 2015, p. 10)

Isso significa que existem duas dimensões ou dois planos da totalidade social. Um pode ser pensado como mais amplo, e diz respeito à obra dos homens enquanto gênero e que lhes aparece como externa a eles, automática, independente. O outro é aquele do qual se constituem as elaborações ideais com que os homens respondem à vida cotidiana e suas questões, na qual se encontra a “esfera da reprodução material da existência” (Fortes, 2015, p. 10). Nesse sentido, essência e fenômeno formam uma unidade, de modo que a atuação fenomênica como a política pode conduzir mudanças na essência; o fato de a essência ser independente não significa uma “determinação unilateral e necessária, como algo que conduz de maneira cega e inviolável todos os atos dos homens no interior da sociabilidade” (Fortes, 2015, p. 10). Antes, o cerne das contradições do desenvolvimento social reside na ausência de uma ligação direta e determinista entre um polo e outro da totalidade social e entre essência e fenômeno, o que também não permite que se identifique direta e estritamente essência à economia e fenômeno à superestrutura ideológica. A própria economia contém ambos os complexos, e é resultado de pores teleológicos primários e secundários que são realizados no interior dos processos econômicos e que conduzem à sua reprodução.

A esfera econômica consiste no campo de possíveis às atividades da práxis humana, que envolvem tanto pores teleológicos primários quanto secundários. A dimensão política é entendida então como a atuação nesse campo de possíveis, através de especificações que a distinguem e concedem relativa autonomia, tendo por base o campo econômico, e que não se limita às necessidades enquanto determinação obrigatória e sim como campo de possibilidades. A política é própria do mundo fenomênico, e nesse campo exerce seu pôr teleológico que influencia a essência econômica e põe em movimento os nexos fornecidos por esse campo de possíveis, determinando-o.

Por este raciocínio é possível combater uma tendência bastante presente em correntes filosóficas e políticas conservadoras e progressistas, o politicismo ou “voluntarismo político” (Fortes, 2015, p.02), que consiste na exacerbação da esfera política na determinação do homem, na sua autonomização em relação às demais esferas da práxis e elevação a categoria central no ser social.

A política no pensamento lukacsiano consiste na forma secundária do pôr teleológico, tendo por objeto a consciência dos homens, buscando induzi-la a realizar pores teleológicos concretos que incidam na malha causal da essência-legalidades tendenciais do desenvolvimento econômico. Distante de qualquer utopia, a política trata-se de atuar sobre a realidade social, e não meramente de intenções ou vontades. O que irá possibilitar que ela atue de fato, efetivando o pôr teleológico e provocando que intenções se concretizem na esfera econômica, é a capacidade de o ser agente da ação política captar exatamente os nexos da malha causal do real e movimentá-los no complexo social da reprodução, de modo a atingir os objetivos desejados. Nesse tipo de pôr teleológico, o objeto da ação política é a consciência e o objetivo é gerar outros pores teleológicos, o que aumenta quantitativamente seu coeficiente de incerteza, reforçando a diferença de qualidade entre esse tipo de pôr e aquele primário referente ao trabalho.

Em suma, o que identifica todas as posições teleológicas é o fato de que em todas se dá uma tomada de decisões entre alternativas. Ao lado dessa identidade, no entanto, coloca-se uma série de diferenças. A primeira e fundamental: o objeto das posições teleológicas secundárias são os próprios homens, as suas ações e seus afetos na práxis social extra laborativa; decorrentemente, a segunda diferença

está no grau de incerteza que permeia essas posições, que é muito maior do que aquele que existe no caso do trabalho, o que não impede que haja um conhecimento racional das tendências em presença, mesmo que este conhecimento, de forma mais acabada, só se dê *post festum* (Vaisman, 2020, p.49).

Considerando que a política é uma forma de ideologia que atua sob a consciência e interfere na esfera econômica, é importante trazer uma distinção demonstrada em Fortes (2015) entre o momento ideal no trabalho e o momento ideal realizado nas outras formas de atividade social além do trabalho, que se afastam desse com o desenvolvimento social. Estas segundas se referem à operacionalização da existência social via respostas que os homens constroem às questões cotidianas, e sua função é direcionar a dinâmica social, seja a política (voltada ao campo econômico), o direito (distinta da política, mas também com estreita relação com a economia), a religião (como regulação social) entre outras formas ideológicas. Enquanto momento ideal, sua teleologia visa a outras posições teleológicas. Já o momento ideal no trabalho está localizado e limitado às alternativas dadas pela causalidade natural, a legalidade dos nexos do real é apreensível e o campo de certeza para a ação é quantitativa maior que nas outras atividades nas quais predomina o pôr teleológico secundário, em que a legalidade requer um maior nível de abstração para a apreensão.

Essa distinção nos leva à observação necessária de não confundir essa dupla dimensão do momento ideal. Apesar de a ideologia guardar continuidades em relação ao complexo originário, sua especificidade de pôr teleológico secundário a afasta da base natural de ação humana, e lhe cria novas possibilidades, aumenta seu campo de incerteza, e os conhecimentos necessários para movimentação dos nexos da realidade social também são acrescidos em quantidade e qualidade. Essa complexificação não faz da ação ideológica (política, religiosa, artística) impossível ou irracional, mas o desencadeamento desses nexos pode fazer surgir novas formas e legalidades, dificultando a apreensão das tendências nesse campo. Novamente, somente a efetiva movimentação desses nexos com base na justa apreensão dessas tendências efetiva o pôr teleológico das ideologias, que no caso da política, ultrapassa a mera volição ou vontade.

Dentro dessa diferenciação entre o ideal no trabalho e o ideal nas formas superiores da práxis dos homens, Fortes (2015) traz o alerta de não identificar o ideal como dimensão externa à economia, como se a esfera econômica fosse reduzida somente ao momento material. Na realidade, essa esfera contém em si as dimensões do material e do ideal, de forma imbricada, determinada reflexivamente como seus aspectos objetivos e subjetivos. Nela ocorrem pores teleológicos primários e secundários, agindo sobre a natureza e também sobre a consciência dos indivíduos. O autor também coloca que, segundo o pensamento de Lukács, as legalidades tendenciais da esfera econômica, já mencionadas no presente texto,

são a síntese dos inúmeros pores teleológicos singulares efetivados no processo histórico de desenvolvimento da humanidade. Ressalte-se aqui “singulares”, pois o processo não possui *télos*, um fim último para o qual caminha arrastando consigo as individualidades (Fortes, 2015, p,08).

Em outros termos, as determinações econômicas não são dadas por um ente inumano à parte, nem se dão por um “automovimento das coisas” (Fortes, 2015, p. 08), mas são o resultado do encadeamento de pores teleológicos singulares em relação com a sociedade, que engendram a totalidade social. A história nesse sentido não pode ser pensada na vertente de uma consciência histórica, e sim no desenvolvimento da humanidade a partir de pores teleológicos secundários, engendrando uma progressiva complexificação desse ser e de sua práxis.

Antes, a história consiste em um movimento transformador das categorias fundamentais do ser social e das formas como esse ser constitui sua objetividade e sua subjetividade na interação entre seus complexos. Não há uma consciência histórica ou social, o que há são as consciências dos indivíduos e uma interrelação entre as entidades ontológicas individualidade e sociedade, que são autônomas, porém não se excluem nem se dissociam nos processos de reprodução do ser social.

Dois critérios são pensados por Lukács para avaliar a efetividade do pôr teleológico político. O primeiro deles é o de *eficácia*, e o segundo de *duração*. O critério de eficácia—pretende definir qual seja o ponto mais importante da ação política, aquele sob o qual podem ser potencializadas ou

minadas suas chances de interferir na cadeia causal da realidade em que pretende incidir. Ele cita o lema, cunhado por Lênin, da revolução Russa, “terra e paz”, como exemplo de uma síntese que engendrou uma ação política com claro conhecimento do campo de possíveis relacionado, conseguindo atingir e abarcar os interesses dos principais grupos de trabalhadores naquele contexto e assim aglutinando-os numa força social capaz de atingir os objetivos políticos em pauta.

No contexto russo, a disputa pela terra e a situação da classe trabalhadora eram os principais entroncamentos políticos. Lênin então, com necessário conhecimento do real como seu campo de ação, e sabendo acolher e movimentar corretamente os anseios dos agricultores e trabalhadores, interveio nesse campo de possíveis eficazmente:

O brilhantismo da percepção leniniana está para além, nos termos de Lukács, das melhores propagandas políticas, pois reconhece o cerne das tendências e possibilidades objetivas de seu tempo, não figurando de modo algum como simples apelo sentimental ou mera motivação emotiva dirigida à consciência de seu povo. É reconhecimento efetivo da realidade, clara compreensão dos nexos a serem postos em movimento para alcançar bases seguras para a concreta transformação de sua sociedade. Tal exemplo demonstra de maneira clara como o critério da eficácia corresponde à dimensão imediata da prática ideológico-política, “aquele que diz como um conflito real, de causas em última instância econômicas, pode ser enfrentado e resolvido por meios políticos (Fortes; Vaisman, 2014, p. 125).

Essa passagem traduz a importância da eficácia para a ação política, revelando o caráter de continuidade dessa esfera da práxis humana em relação ao trabalho, primeira construção do pôr teleológico do ser social, já que contém semelhanças com o complexo original nesse sentido.

Como dito em páginas anteriores, o que irá dizer se o processo de escolha entre alternativas (que faz parte do espelhamento, momento do pôr teleológico) foi bem-sucedido em relação à intencionalidade do ser social, é a verificação prática. Também, no pôr político, é na prática que se verifica a eficácia da ação, ou seja, observando as consequências, os desencadeamentos, e a real efetuação de novos pores teleológicos é possível identificar sua capacidade de atuar na objetividade social. Neste tipo de pôr teleológico a objetividade se dá em esferas e parâmetros diferentes, visto que a

objetividade não são apenas dados materiais ou palpáveis, mas também são forças, tendências situadas na sociabilidade concreta, e é sobre esse tipo de objetividade que a política atua movimentando consciências e provocando novos pores teleológicos nos indivíduos. Em suma, na ideologia e especificamente na política, objetividade e subjetividade formam um par indissolúvel.

A isso se relaciona o outro critério para a avaliação da efetividade da política, o de duração dos efeitos práticos por ela desencadeados. A duração de um pôr político também está na continuação de sua influência em determinar no mundo fenomênico outros pores teleológicos que afetem a essência, ou seja,

a duração implica ser capaz de colocar em movimento nexos da malha processual da sociedade provocando uma cadeia de consequências que atuam na manutenção das formas societárias atuais, ou, diante do campo de possibilidades ali existentes, agem transformando e dando novo curso a essa sociabilidade (Fortes; Vaisman, 2014, p. 125).

O critério de duração complementa o da eficácia, e ambos revelam a natureza de pôr teleológico e, portanto, o caráter de continuidade⁴ da práxis política em relação à gênese do ser social no trabalho. Com isso Lukács combate qualquer viés voluntarista no interior da política, ao reafirmar a necessidade de um conhecimento efetivo do real, dos seus nexos causais e do campo de possíveis da ação política, para que se possa construir caminhos que a realizem no momento imediato, mas que também ultrapasse sua ação única, provoque o encadeamento de novos pores teleológicos com incidência concreta na essência.

Pensando na ação política, Lukács realiza reflexões acerca da revolução, que para ele se realiza na superação do estranhamento. Trataremos acerca do estranhamento mais adiante, por hora é importante defini-lo apenas como o descompasso entre as potencialidades do gênero humano, ampliadas

⁴ O ser social se constitui enquanto gênero e o desenvolvimento social diz respeito às continuidades que este ser constrói ao longo da história via pores teleológicos singulares. Este ser não se realiza apenas individualmente, nem está sob determinação unilateral da sociedade, antes disso, indivíduo e gênero são uma bipolaridade insuprimível que se relacionam sobre as bases contraditórias entre essência-fenômeno, subjetividade-objetividade.

no curso do desenvolvimento social, e a realização dos indivíduos em sua personalidade, que se reproduzem de forma medíocre (no âmbito material e também espiritual). A revolução é, portanto, a apropriação dessas potencialidades pelo gênero, que não mais se reproduz em detrimento do próprio homem.

Para essa revolução, Fortes e Vaisman (2014) trarão a necessidade de pensá-la em dois momentos, o de maturação objetiva e o de maturação subjetiva. O primeiro se refere às condições do mundo material de prover as potencialidades necessárias para que o ser genérico não mais se submeta ao domínio externo (da natureza, da religião, ou o domínio da sociedade de classes sob a forma propriedade-dinheiro). Para que seja possível a superação do estranhamento, do não reconhecimento e conformação das potências entre indivíduo e gênero, é necessário que o desenvolvimento do *gênero em si* (desenvolvimento social) alcance patamares que permitam ao homem o domínio de si mesmo e a construção de uma existência autônoma⁵. Este desenvolvimento social diz respeito àquele das forças produtivas ditas em Marx, e é a base objetiva sobre a qual se ergue o primeiro momento, a primeira condicionante da revolução.

O segundo momento trata da maturação subjetiva, e diz respeito à categoria alternativa presente no pôr teleológico singular e que, encadeado no conjunto dos seres humanos, produz continuidades que compõem a história. Quando Marx diz que os homens fazem sua própria história sob circunstâncias determinadas, está dizendo que essa história não é feita à simples vontade, mas que há um condicionamento posto pela sociedade que, todavia, não determina também de modo simples o desenrolar dos acontecimentos. A maturação subjetiva nesse sentido é aquela referente à forma com que os homens desenvolvem seus pores teleológicos singulares, que na esfera da política podem apontar para a revolucionária transformação histórica.

o evolver histórico-social por meio de suas forças materiais e sociais gera tão somente — e isso não é pouco — condições revolucionárias, mas que somente podem vir a se realizar concretamente através da

⁵ Não independente, afinal por mais que o ser social se afaste da base natural na progressiva complexificação de sua práxis não pode dela abdicar completamente pois é parte dela, também é natureza.

intervenção direta dos elementos e condições próprias alcançadas pelas subjetividades (Fortes; Vaisman, 2014, p. 126).

Enquanto forma ideológica, a política constitui um dos espaços em que os homens adquirem condições subjetivas de se apropriarem de suas potencialidades, elevadas ao passo do desenvolvimento social. A outra face de nosso objeto ideológico, a religião, opera também nesse sentido, e se apresenta como regulação social que opera a alienação e separação dessas potencialidades em relação ao seu criador (o homem), bem como enquanto justificativa e instrumento pelo qual os homens constroem sua consciência e seu manifesto sobre as questões que lhes permeiam. Nas próximas páginas, entenderemos como o pensamento lukacsiano oferece recursos teóricos para tratarmos o tema da religião, já localizada a partir de sua natureza ideológica.

2.2. Religião: Ideologia e Alienação

Nas primeiras páginas deste escrito, localizamos a religião como ideologia no pensamento de Marx, enquanto uma das formas ideais que se erguem sobre a base da estrutura econômica da sociedade. Agora, o desafio a que nos propomos é o de compreender suas especificidades e como se perpetua na sociedade a partir de sua função ideal, o que é a razão de ser das ideologias em geral. Tal desafio se coloca a fim de fundamentar a análise acerca de como se colocam os homens religiosos enquanto assumem tarefa de responder, no âmbito da política, aos diversos elementos postos em determinada situação social concreta ligada ao trabalho, objeto da pesquisa.

A religião é um fenômeno universalmente social, ela existe na sociedade e é criada por ela, é uma construção feita pelos homens e não algo que os constrói. Conforme descreve Marx,

o homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o homem não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o estado, a sociedade. Esse estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. (Marx, 2005, p. 151)

É preciso trazer esta primeira advertência para compreender qual é o tom da questão na ontologia do ser social, que tem como ponto de partida de

sua resolução o homem cuja gênese social é dada a partir do pôr teleológico no trabalho, desenvolvendo-se, a partir deste salto objetiva e subjetivamente em sociedade. A ontologia diz respeito a esse ser social, autor consciente da história, que a realiza sob circunstâncias determinadas na interrelação indivíduo-sociedade, subjetividade objetividade. Partindo desse princípio, compreendemos que a religião é também um produto dessa autoconstrução humana, que aparece de modo alheio ao seu autor, mas que, numa investigação correta de sua natureza, revela seu caráter de criatura, e não de criador. Essa investigação não parte da religião em si, mas do homem concreto, e é nesse sentido que se trata a resolução ontológica de Marx.

A religião constitui uma forma da ideologia ao conter em si pretensões morais e políticas, inscrevendo nos indivíduos preceitos e normas. Seu objeto é a consciência dos homens e visa influenciá-los a reproduzir determinadas condutas, ou seja, é um pôr teleológico secundário que efetiva e se reproduz na efetivação de determinados modos de compreensão do mundo, de comportamentos, e na relação com outros indivíduos e grupos sociais. Conforme Lara (2017, p. 148) “A objetivação humana que se confirma como estranhamento religioso é ideologia que, ao longo da história da humanidade, foi direcionada para dirimir e amenizar os conflitos da vida real”. Em outros termos, a religião possui uma função social de explicação e regulação da vida cotidiana dos homens e é também uma forma de os indivíduos responderem aos dilemas e questões que lhe são postas na dinâmica social. Ela é uma esfera da práxis do “homem ser que responde”, e serve como orientação das formas com que os homens realizam sua reprodução material. Construindo um sistema que se pretende universal de enunciados sobre a realidade (não há nenhum campo ideológico socialmente influente em que a religião não intente atuação ou dominação), a religião contém coordenadas “úteis” em todas as atividades da práxis humana, e opera sua função social através da ferramenta narrativa do “transcendente”.

Para analisar a tratativa em Lukács da questão religiosa, é importante compreendê-la para além do seu caráter ideológico, mas também como estranhamento, aspecto no qual nos deteremos mais profundamente agora. Como já mencionado, o estranhamento se refere à desarmonia entre o patamar objetivo ou a potência genérica do ser social, e a apropriação subjetiva

ou o desenvolvimento da personalidade humana. Nos termos de Fortes, “o estranhamento é o descompasso entre a formação dos indivíduos, da personalidade dos indivíduos, e o aumento da capacidade do gênero” (Fortes, 2022, p. 108). Essa condição de desarmonia ocorre de duas formas extremas ao longo do progresso social: quando se tem realizações objetivas tacanhas com um patamar retardatário desse desenvolvimento; e quando existe um inegável avanço das forças produtivas que, ao invés de possibilitar o aumento da sensibilidade e potencialidade do ser genérico, leva à progressiva deformação da vida humana, sua barbarização no sentido material e também espiritual, de sua subjetividade.

A personalidade para o filósofo húngaro não é pensada em sentido abstrato e psicologizante, mas diretamente relacionada ao exercício cotidiano dos pores teleológicos dos homens e às escolhas conscientes destes diante dos elementos e necessidades objetivas. O indivíduo aqui não é simplesmente fruto de seu meio como de forma automática, como se a sociedade determinasse de forma pura e direta a natureza subjetiva desse ser. Antes, ele decide sob condições objetivas e dramas singulares na reprodução de sua vida material e assim constrói sua subjetividade e personalidade, que é uma personalidade social. Acerca do fundamento social da personalidade e de seu caráter enquanto resultado das interações sociais a partir do trabalho, Lukács coloca que

há certa espontaneidade posta em marcha pela produção no modo como as capacidades singulares são harmonizadas entre si, como o trabalho socialmente realizado é harmonizado com a vida privada. A partir dessas interações surgem inquestionavelmente diferenciações individuais com traços pessoais que se tornam nitidamente visíveis, com jeitos pessoais de reagir aos contextos, com paixões acentuadamente subjetivas etc. (Lukács, 2013, p. 609).

Por isso a categoria alternativa e o momento ideal do pôr nas diferentes esferas da práxis social é tão importante e é a responsável pela individualidade humana, pois é por meio dela que o ser social se faz indivíduo, único e atuante em sociedade – o que não necessariamente representa o individualismo egoísta burguês. A personalidade social indica que toda reação individual ao que acontece ou que demanda ações ou resposta dos indivíduos possui uma base social, gerando nesse processo uma transitividade entre as

categorias sujeito-objeto no fato de que a subjetividade se cria concomitante à objetividade. Revela-se aí mais um elemento de continuidade do pôr teleológico no trabalho, já que esse último aspecto de transitividade tem fundamento na duplicidade do trabalho, que se reproduz e complexifica a par da progressiva diversificação da práxis do homem.

A individualidade na sociabilidade capitalista já nasce estranhada devido à natureza reificadora dos processos e relações sociais, onde o “ter” se efetiva como força motriz em detrimento do “ser” ou seja, a propriedade assume a centralidade das relações em prejuízo do interesse e necessidade genéricos do ser social. Lara explica como a lógica do “ter” está presente na base dos estranhamentos na sociedade da propriedade privada, e como isso afeta o desenvolvimento genérico dos homens e de suas relações:

Na reprodução social, a lógica do “ter” representa na vida dos homens e mulheres uma das forças motrizes determinantes do estranhamento. As relações sociais submetidas a essa determinação social impõem ao gênero humano formas de relacionamentos mediadas segundo interesses mesquinhos e privados, direcionado ao cultivo do individualismo e da propriedade privada. O “ter” como meio de socialidade é manifestação estranhada do ser social. O “ter” é a negação do ser e de sua possibilidade plena de emergir como ser para si. O “ter” enjaula o ser no em si e o submete à inexpressiva vida cindida no particularismo. A consciência fecha-se no ser em si, na vida privada e na mesquinhez própria da “liberdade” abstrata que se resume à “liberdade” da propriedade privada das relações sociais mercantis capitalistas (Lara, 2017, p. 145).

Lukács fala desse aspecto reificador das relações e das identidades em si, cuja progressiva universalização faz do estranhamento uma “base fundamental da vida cotidiana” (Lukács, 2013, p. 717). Para o autor húngaro,

a importância de um consumo de massa nesse campo cria um aparato ideológico muito extenso, que domina os órgãos da opinião pública, cujo ponto central de motivação é o consumo de prestígio, que toma forma como meio de criar uma “imagem”, como indução a ela; ou seja, a pessoa se veste, fuma, viaja, tem relações sexuais não por causa dessas coisas em si e por si, mas para aparentar no ambiente em que se vive a “imagem” de certo tipo de pessoa que é apreciada enquanto tal. É evidente que, nesse caso, a “imagem” é uma reificação explícita do fazer da própria pessoa, da sua própria condição, do seu próprio ser (Lukács, 2013, p. 717).

Conforme Netto (1981), a sociedade burguesa madura engendra processos de alienação cuja matriz reside na forma mercantil. Ele aponta,

inspirando-se em Marx, que a mercadoria consiste na “matriz que contém e escamoteia a raiz dos processos alienantes que têm curso nessa sociedade” (p. 78). Em outros termos, a forma propriedade atua enquanto raiz e vetor da alienação e suas reificações, assumindo a centralidade das relações sociais e omitindo as mediações reais da vida social. Em razão disso, a personalidade e a individualidade tornam-se subsumidas ao aspecto proprietário do indivíduo, e em função disso se reproduzem também os estranhamentos.

Os automatismos realizados nos processos de imediaticidade das respostas do ser em sua práxis social não são necessariamente negativos pois promovem a experimentação. Porém, quanto mais os atos do cotidiano se complexificam, tendo sido alienadas e reificadas suas mediações, mais automáticos e coisificados se tornam seus processos de efetivação e mais estranhadas se tornam as relações humanas. As reificações podem ser distinguidas entre as inocentes, que são aquelas próprias da ontologia da vida cotidiana geradas na experimentação prática que descobre e cria formas cada vez mais espontâneas de responder às situações de sua reprodução; e as reificações provocadoras de conflitos sociais, por sua inadequação com o nível de conhecimento e desenvolvimento social de sua época, gerando os estranhamentos (Lukács, 2013, p. 666 ss). Para indicar a relação entre essas reificações do segundo grupo com o estranhamento religioso, o autor diz:

A independência irrevogável dos objetos e processos da natureza em relação aos seus reflexos na consciência torna "inocentes" as reificações que daí emergem - naturalmente sob as condições recém-fixadas -, isto é, eles de modo algum precisam necessariamente acarretar estranhamentos ou facilitar o seu surgimento. [...] O grau de radicalidade com que os processos se reificam é evidenciado pelo papel desempenhado pelo dinheiro na vida cotidiana [...] (Lukács, 2013, p. 667-669).

No capitalismo consolidado são desenvolvidas formas próprias da alienação, fenômeno maior e mais amplo que o fetichismo em si. Conforme Netto, “o fetichismo implica a alienação [...]. O que ele instaura é uma forma nova e inédita que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída” (Netto, 1981, p. 75). Ou seja, é somente com a maturação histórica do capitalismo que se desenvolvem as formas fetichizadas de alienação, que também Netto caracteriza como “processo pelo qual os sujeitos [...] se

desapossam de si e da sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo” (Netto, 1981, p. 74-75). Por esta conceituação, é possível compreender que a alienação está descolada, não necessariamente se expressa nas relações objetificadas ou coisificadas, portanto não se limita ao fenômeno do fetichismo nem da reificação, e nem mesmo à época capitalista em si. O mesmo autor irá salientar que “em toda sociedade, *independentemente da existência de produção mercantil*, onde vige a apropriação privada do excedente econômico, estão dadas as *condições* para a emergência da alienação” (Netto, 1981, p. 74). Assim, é possível construir a seguinte síntese da relação reificação-alienação-fetichismo-: a alienação na sociedade burguesa é posta através dos fetichismos, que cristalizam a perda de consciência acerca das mediações sociais por meio da coisificação/reificação das relações sociais. Esta reificação por sua vez consiste na “estrutura *específica* da alienação que se engendra na sociedade burguesa constituída”, ou seja, trata-se da sua forma particular da alienação que contém um caráter “coisa” que só marginalmente comparecia nas formas históricas anteriores de manifestação deste fenômeno (Netto, 1981, p. 80).

Extraíndo seu pensamento da teoria social de Marx, Lukács distingue alguns momentos, como descreve Lara:

Na abordagem Lukacsiana, podemos inferir que alienação é o momento ideal, a subjetividade, que está presente no sujeito e pode realizar-se pelo processo de objetivação; em síntese, é o momento de realização do sujeito, enquanto a objetivação é o processo de subjetivação no objeto, é a objetividade que aceita a subjetividade. O estranhamento tem sua origem na alienação/objetivação, mas essa última pode existir, ser objetivada, sem produzir estranhamentos. A alienação/objetivação (Entäusserung), no entanto, é um complexo categorial insuperável do ser social, mas o estranhamento (Entfremdung) é incerto, depende da causalidade histórico-social. [...]. Resumidamente, o estranhamento da humanidade significa perda de controle, as relações externas aos indivíduos o confrontam como poder hostil e potencialmente negativos (Lara, 2017, p. 142).

Quando há o descompasso entre esses momentos, e o homem não desenvolve suas potencialidades subjetivas enquanto desenvolve as potencialidades objetivas, ocorre o estranhamento, que é a característica e o conteúdo da sociedade capitalista.

Todo estranhamento possui assim fundamento na atividade econômica em sentido próprio, que constitui o cerne do desenvolvimento social. No modo capitalista dessa atividade, a forma fantasmagórica do valor de troca cria reificações cada vez mais abrangentes e universais na totalidade social, se convertendo em estranhamento. O dinheiro possui essa forma fantasmagórica – e reificadora, porque omite as relações sociais engendradas na esfera econômica e nas demais que se erguem a partir dela, assumindo a mediação da apropriação das potências humanas e se tornando uma potência em si mesma. Como citado anteriormente a forma mercadoria está na raiz da alienação engendrada no capitalismo (Netto, 1981), e, portanto, consiste na base dos estranhamentos, que se espraiam nas diversas atividades do ser social pois está posto inclusive nos sentimentos humanos, nas suas relações pessoais, na forma como constrói sua individualidade.

Assim como a economia, o estranhamento é histórico e sua superação também se dá nas relações humanas, sendo que superar um estranhamento não anula que outros possam continuar ou se desenvolverem novos tipos de estranhamento, seja na relação econômica ou nas relações de gênero que se dão de forma inautêntica com a sujeição sexual e espiritual da mulher, como no exemplo de Lukács (2013), ao citar o

caso que ocorre com frequência no movimento dos trabalhadores, a saber, que homens que combatem ardorosamente e também exitosamente o seu estranhamento enquanto trabalhadores na vida familiar causam um estranhamento tirânico a suas mulheres, o que os leva forçosamente a um novo estranhamento de si mesmos (Lukács, 2013, p. 608).

É importante demarcar que o estranhamento é uma condição objetiva, com base material, e não simplesmente uma falha subjetiva dos homens. Conforme Lara, “os estranhamentos expressam-se no plano socioeconômico, como também no plano ideológico, político, religioso e cultural; em síntese, no conjunto da reprodução social” (Lara, 2017, p. 145). Ou seja, a tomada de consciência acerca do estranhamento não implica necessariamente em seu rompimento, para isso, é preciso o estabelecimento da primazia do ser, que a humanidade resgate sua potencialidade criadora da história e realize a emancipação total das capacidades e sentidos humanos, ou

seja, a emancipação das individualidades, também no conjunto da reprodução social nos planos socioeconômico, ideológico, político, religioso e cultural.

Porém, o fato de que a consciência por si não altera a condição objetiva estranhada não faz do conhecimento acerca do estranhamento algo nulo. Mesmo numa dada condição de estranhamento, existe a alternativa de se colocar contra ou passivamente em relação a ele, e a partir daí buscar caminhos de movimentar a práxis social de modo à construção de uma força social consolidada capaz de superar o estranhamento objetivo. Esta característica das relações humanas se caracteriza por ser tanto uma situação opressora quanto a possibilidade de escolha diante dela, sendo que a categoria alternativa é fundamental nesse momento. Conforme coloca Vaisman (2016), a decisão entre alternativas é um atributo humano ineliminável, mas o estranhamento não. A ação ou a passividade diante do estranhamento é decisão pessoal do indivíduo, ancorada em situações sociais concretas na construção de respostas a perguntas que surgem dessas situações e condições concretas.

Nesse sentido, as resoluções espirituais mais sutis, ou seja, os atos subjetivos que se dão nessa concretude podem apontar tanto para baixo quanto para cima do desenvolvimento social do gênero, entendido aqui para além de suas forças produtivas. Para baixo na direção do estranhamento em que se reproduz uma individualidade medíocre em meio a tanta potência, no completo esvaziamento do conteúdo humano na sociabilidade; e para cima aponta para a tão celebrada (ainda que de maneira vazia e pouco efetiva na realidade) revolução. O estranhamento possui então estreita relação com o desenvolvimento humano e com o progresso social, como descreve Lara (2017):

A argumentação Lukacsiana sempre quer evidenciar que o homem torna-se personalidade mediante o desenvolvimento das forças produtivas, mas pode ser estranhado de si mesmo por força desse mesmo movimento. Por isso, progresso social e estranhamento humano estão vinculados (Lara, 2017, p. 150).

Portanto, em Lukács a questão central em torno da revolução – entendida enquanto superação real dos estranhamentos – é a da subjetividade do ser, o

aprofundamento de sua consciência genérica, indo muito além do aspecto econômico ou da tomada do poder político, afinal, o mundo para além do capital é o nascimento do homem para si mesmo, voltado à sua satisfação e desenvolvimento e reconhecendo a si mesmo como autor consciente da história.

Dentro dessa sociabilidade estranhada do capital, ao não se realizar na vida concreta que se reproduz sem a completa apropriação de suas potencialidades, o homem deposita sua realização no “transcendente” e não se reconhece no gênero. Nas sociedades de classes e mais agudamente no capitalismo, a universalidade do gênero não está dada na cotidianidade, que é pautada pela reificação que produz competição, egoísmo e destrói a sensibilidade humana e a autoidentificação dos indivíduos de si próprios e dos outros enquanto comuns e coautores de sua própria construção social. Há uma cisão que realiza uma oposição entre indivíduo e sociedade e indivíduo e os demais, fazendo com que os singulares não se percebam numa generalidade comum. A necessidade da religião surge então dessa carência de generalidade, a qual ela supre com uma consciência invertida do mundo porque o mundo está invertido (Carli, 2015). No texto marxiano de Introdução à Crítica da Filosofia do Direito (Marx, 2008), o filósofo disserta:

Este Estado e esta sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, o seu resumo enciclopédico, a sua lógica em forma popular, o seu point d'honneur espiritualista, o seu entusiasmo, a sua sanção moral, o seu complemento solene, a sua base geral de consolação e de justificação. É a realização fantasmal da essência humana, porque a essência humana não possui verdadeira realidade. Por conseguinte, a luta contra a religião é indiretamente a luta contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião (Marx, 2008, p. 5-6).

Em outros termos, a religião constitui um reflexo e uma justificativa do mundo invertido, estranhado, da maneira estranhada com que se reproduz a sociabilidade capitalista. A luta contra a religião aqui não denota uma oposição simplista à postura religiosa nem ao indivíduo religioso, mas indica a necessidade latente de que o homem se reconheça autor da história e se aproprie de suas potencialidades, avançando em seu desenvolvimento social no sentido da genericidade para si (Lukács, 2013). A função ideológica da

religião subsiste justamente porque ela explica, justifica, e subsidia os mecanismos de estranhamento da sociedade reificada, projetando no além suas expectativas de superação e afastando os homens da participação nas lutas reais de forma consciente e direcionada ao gênero.

A religiosidade é então uma ideologia (porque exerce função social, como explicado anteriormente) negativa, estranhada do homem, e persiste na história porque possui uma base material: o estranhamento. Ela representa a inessenciabilidade do homem e da natureza, visto que em razão dela e/ou por meio dela o ser social não se reconhece em sua essência genérica, e sua potência permanece reificada num transcendente. Para romper com essa projeção estranhadora, o homem deve compreender sua própria gênese como um momento no qual ele é participante ativo e não meramente uma criação subordinada à ação e vontade de um ente terceiro. Quando então superada a base material do capitalismo religioso e alçada à revolução e emancipação humana, a religião perde sua necessidade de preenchimento da generidade.

As reificações propriamente ditas, aquelas causadoras dos conflitos sociais, se convertem também para o campo religioso. Com a religiosidade, tanto a demonização quanto a sacralização representam faces negativa e positiva da forma ontológica do estranhamento, ou seja, são a projeção estranhada que o homem faz de si mesmo e dos aspectos que lhe são próprios: a maldade e o egoísmo, a virtude e a bondade. Tanto “Deus” quanto o “diabo” representam figuras criadas pelo homem para se conhecer e se explicar, porém, em razão do estranhamento, essas formas assumem um tipo de existência própria e independente do homem, exercendo sobre ele e seu mundo poderes sobrenaturais, além do mundo sensível.

A religião atua então como ideologia e como estranhamento, porque exerce sua função social não somente como ideia e resposta, mas também como ser existente – deus. A ideia tornou-se uma potência objetiva que age sobre os homens como forma objetiva da objetividade social:

jamais devemos esquecer que a forma tanto primária como fundamental desse novo modo de ser do homem constitui a sua atividade econômica em sentido próprio. A nova forma objetiva "fantasmagórica" do valor de troca cria aqui - de maneira crescente com o desenvolvimento econômico - reificações cada vez mais incrementadas, cada vez mais universais, que, nos seus estágios

mais elevados, no capitalismo, já se convertem diretamente em estranhamentos, em autoestranhamentos (Lukács, 2013, p. 608).

Nessa passagem, Lukács sintetiza como a forma mercadoria, no progressivo desenvolvimento econômico, produz reificações crescentes que abrangem diferentes aspectos da vida, inclusive o religioso. Assim como o dinheiro, a religião é uma força social tida como externa aos homens, e consiste numa dupla ideologia porque se realiza não apenas como conteúdo ideal das respostas dos homens às questões dadas pela sociabilidade, mas também como verdade transcendente em si mesma. Ela possui objetividade social dado que os valores e conteúdos subjetivos presentes na religião e que orientam a ação dos homens são demandados no decorrer do desenvolvimento humano e sua complexificação social (Lukács, 2013, p. 154). Nesse sentido, se relaciona ao processo de reificação e fetichização operado pelo capitalismo porque nela o potencial humano aparece como estranho ao próprio homem, que concebe a potência humano-genérica como alheia a si, reificada e incorporada em um ser transcendente que reflete aos indivíduos suas próprias características, de forma estranhada.

Silva (2019) reflete acerca da alienação religiosa em Feuerbach e a crítica desta em Lukács, com base no pensamento marxiano. O autor coloca que Feuerbach parte da interrogação do porquê somente os homens possuem religião, o que é um diferencial em relação aos animais. Ele responde então que o ser humano possui a consciência que lhes possibilita o conhecimento de sua individualidade e do seu gênero, e a partir dessa consciência elabora acerca de si mesmo utilizando a religião. Nesse sentido, o objeto da religião é ele mesmo, e

aquilo que aparece como sendo um atributo divino (onipotência, infinitude, amor, sabedoria etc.), nada mais é do que a expressão das próprias capacidades da espécie humana. No fenômeno religioso, portanto, o homem relaciona-se consigo mesmo (Silva, 2019, p. 91).

Para Feuerbach a essência humana está na razão, na vontade e no coração, e nesses âmbitos o homem se relaciona consigo mesmo e estabelece a sua generidade, a sua humanidade em si, que reside nessa relação do homem com o homem e não nele restrito. A religião é construída pela

consciência como forma de esse homem se conhecer e se relacionar, ao tomar consciência dos objetos ele conhece também suas capacidades e sua essência, e para isso utiliza a religião (cujo objeto é o próprio homem) para se autoconhecer. Nas palavras de Silva, a partir de Feuerbach, a alienação religiosa consiste em

atribuir atributos próprios da essência humana a uma existência imaginária e estranha – um engano, portanto. A religião se constitui a partir deste engano: é a nossa própria essência, na verdade, que temos, quando consideramos a existência Deus (Silva, 2019, p. 93).

No pensamento de Feuerbach acerca da alienação religiosa, se esta constitui-se em projeção das características humanas, é necessário analisar a essência subjetiva da religião para invertê-la e ter revelada a universalidade da humanidade (Silva, 2019). Nesta tarefa, ele ultrapassa a forma teológica de compreensão do humano, colocando o homem no centro e transformando suas questões em antropológicas ao invés de teológicas, como o faz a religião.

Fazendo isso Feuerbach avança em muito a tratativa da questão na época, que era fundada no idealismo hegeliano. Porém ele não consegue avançar para além da consideração da centralidade de homem abstrato e desistoricizado, não transportando suas análises ao homem concreto, ao ser histórico-social. A crítica a esta perspectiva é feita em Lukács na *Ontologia do ser social*, que busca a investigação desse ser histórico social entendendo sua gênese a partir do pôr teleológico, que nasce no trabalho e se reflete em todas as atividades materiais e espirituais do homem, inclusive nas ideologias, como é o caso da religião.

Nesse sentido, para compreender o fenômeno religioso na resolução ontológica, não se pode desconsiderar os problemas ontológicos da vida cotidiana, se a intenção for investigar um fenômeno ideológico em sua essência, em sua atualidade, em suas mudanças de orientação etc., não há como passar ao largo dos problemas da ontologia da vida cotidiana. (Lukács, 2013, p. 637 *apud* Silva, 2019, p.98). O cotidiano é o meio entre a estrutura econômica da sociedade e os homens individuais, é onde os pores teleológicos singulares efetivam a individualidade humana na relação com o gênero. A religião subsiste no cotidiano justamente por oferecer uma alternativa de

generidade diante do estranhamento, sendo que a necessidade religiosa exprime a carência de generidade da sociedade estranhada. Ela representa uma “deformação ideológica da imagem humana do mundo” (Silva, 2019, p. 99) que possui fundamento e continuidade social em razão de sua base no estranhamento, e de sua função social enquanto ferramenta de compreensão e resposta do homem às questões que lhe são postas no cotidiano, numa projeção estranhada de si mesmo.

Oliveira (2019) sustenta que o estranhamento social dos homens, que faz com que os homens percam qualquer autorreferenciação humana, não explica a continuação do vigor religioso na vida dos indivíduos. O autor indica, fundamentando-se no pensamento de Marx em “Sobre a questão judaica” (Marx, 1993) que a influência da religião ultrapassa o âmbito privado das pessoas e penetra no espaço público e político devido à deficiência social que torna a religião necessária, lacuna que ele denomina como estranhamento político.

O homem moderno busca, na religião, a satisfação de suas carências, porque nem o ordenamento social e nem o Estado podem supri-las. Assim, é a natureza da sociedade e do próprio Estado a causa do fenômeno religioso (Marx, 1993, p. 38).

Trabalhando sobre o tema da necessidade da carência religiosa, Carli (2015) elabora a partir da crítica de Lukács à religiosidade, reforçando que parte de princípios ontológicos e não meramente gnosiológicos, os quais só apresentam um dos múltiplos lados de uma questão. Para o entendimento da necessidade social da religião, Carli (2015) traz a mudança do pensamento lukacsiano acerca da magia. Na *Estética*, ela é tratada como falsa consciência, o que ganha um outro tom na Ontologia, com as elaborações mais profundas acerca das ideologias como resposta do ser social. De acordo com o filósofo húngaro, desde a *Estética*, a magia nasce como reação do homem primitivo à sociabilidade tribal, quando ainda não se tinha um avanço das categorias sociais e do desenvolvimento das forças produtivas, o que não possibilitava que o homem social se percebesse no domínio da natureza. A magia então consiste na tentativa dos homens de submeter a si a natureza através do ato mágico. Os desafios postos pelo baixo patamar do desenvolvimento social são

então “suplantados graças à ingerência do ritual mágico nas leis da natureza e nas relações humanas” (Carli, 2015, p.93).

Refletindo acerca da alienação – processo que está intimamente relacionado aos ditos estranhamentos, Netto (1981) argumenta que os processos alienantes engendrados antes da forma mercantil e sua totalização na sociedade realizavam-se nas representações que os grupos sociais construíam de sua relação com a natureza, formas mistificadoras que, em razão do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, operava a “sacralização do mundo extra-humano”. Nesse sentido, o autor coloca que com a consolidação da sociedade burguesa, essas formas de alienação relacionadas ao misticismo na relação homem-natureza deixam de predominar, e são tendencialmente acopladas e instrumentalizadas pelo capitalismo, de modo que:

o dinamismo do capitalismo promove simultaneamente a *dessacralização* do mundo extra-humano: implementando tecnologias que implicam uma efetiva e crescente desantropomorfização da realidade, desenvolvendo as ciências e fazendo delas um componente imediato de forças produtivas gigantescas, gratificando só as posturas manipuladoras ante o real, a sociedade burguesa constituída é visceralmente profana e laica (Netto, 1981, 79).

Durante esse período de predominância do misticismo, ou da magia na mediação das relações com a natureza e também com os homens, até mesmo as atividades bem sucedidas em razão da experimentação do ser social, como a ciência da descoberta e utilização de elementos naturais com funções medicinais são encobertas pela mistificação da magia, ou seja, a sacralização das relações metabólicas entre o homem e a natureza promovia o obscurecimento das mediações da vida social a omitia à consciência do ser genérico a potencialidade de sua autoconstrução.

Diferentemente do período em que alienação operava a partir de elementos místicos, através da projeção de atributos humanos a seres mitológicos e da sacralização da interação homem-natureza, no capitalismo “a aparente supressão das mediações sociais organiza-as com a atribuição das qualidades humanas (reais e/ou virtuais) as formas superiores que se revestem de uma substancialidade objetual” (Netto, 1981, 80). Em síntese, no capitalismo a alienação reificadora objetifica a estrutura das representações

sociais em um sentido diverso daquele do contexto de predominância da magia. Nas palavras de Lukács (2013, p. 718), para a Igreja essa mudança de sentido significa “adequar-se às exigências de uma sociedade capitalista universalmente manipulada e não mais ser, como antes, o fundamento da manipulação da cotidianidade”.

Carli (2015) avança nas suas considerações, e aponta que o solo histórico da magia é diverso do da religião, cujas condições nascem do desenvolvimento do domínio humano sobre a natureza, a partir do trabalho e do pôr teleológico. Este domínio da natureza transformou-se em uma “personificação das forças desconhecidas, por analogia com o modelo do processo do trabalho (...) no sentido do animismo e da religião” (Lukács, 1982, v.1, p.107 *apud* Carli, 2015, p.95). Diferentemente do que ocorria na magia, onde o mago confrontava as forças da natureza das quais não tinha conhecimento e domínio, buscando sujeitá-las à sua atividade, na religião o fiel se prostra diante na natureza, projetando nela as características de si mesmo e os verbos dos pores teleológicos que realiza: “fazer aparecer” um objeto, “desenhar” uma figura geométrica, “criar sobre os seus cimentos” ou “elevar” um edifício” (Carli, 2015, p.97). A base desse processo está, portanto, no avanço do trabalho e das forças produtivas e espirituais do homem, bem como seu fundamento reside na alienação típica da sociedade capitalista, posta através do fetichismo que engendra a coisificação progressiva das esferas da práxis:

Na base do Deus criador estão, portanto, bem diretamente as analogias das experiências de trabalho dos homens. Porém, nesse processo há ainda outras determinações que possibilitam a construção completa dessa forma de estranhamento tão universal e influente. Com efeito, à simples analogia com o processo associa-se o que Marx costuma chamar de reificação [...] (Lukács, 2013, p. 602).

A figura do demiurgo criador é simbólica nesse sentido, representa uma analogia ao processo de trabalho do homem incluindo até mesmo o momento de descanso, na religião cristã. Assumindo a forma de uma “generalização patética” (Lukács, 1982, v.1, p.126 *apud* Carli, 2015, p. 96) do processo de trabalho humano, e projetando em si o caráter criador da humanidade, essa figura carrega em si o caráter exclusivo do ser social em

relação à natureza, a teleologia. A alusão a essa categoria fundamental do ser social está presente no sentido da religião, e mostra a importância de se partir da ontologia concreta para compreender o fenômeno religioso.

Carli (2015) dirá, com base em Lukács, que quanto mais desenvolvido o patamar das relações sociais – com a natureza, no trabalho, e com os homens, nas outras esferas da práxis social – mais as representações ideais que os homens fazem para responder às questões do cotidiano se afastam da magia e avançam para a religião, que tem o trabalho e a teleologia como modelo. A religião opera retirando a teleologia do âmbito exclusivo do trabalho e da práxis, a elevando enquanto “categoria cosmológica universal”:

Da mesma maneira que a teleologia no trabalho é uma posição que projeta uma finalidade, a natureza e a história passam a deter um desígnio, um objetivo a ser alcançado, ao qual estamos inevitavelmente destinados a atingir, a partir da posição teleológica de um demiurgo universal – o juízo final dos cristãos, por exemplo (Carli, 2015, p. 97).

Como já citado em outros momentos do presente texto, Carli (2015) considera que “a necessidade religiosa é uma carência de generalidade no âmbito da vida cotidiana de sociedades classistas” (Carli, 2015, p. 98), em virtude de que os antagonismos de classe encobrem ao homem singular o caráter genérico do ser social. Esse homem singular então transfere sua essência a um ser transcendente, se projetando nele de forma estranhada, assim como o é sua sociabilidade. A oferta da religião para suprir essa carência é um humanismo invertido, pois na realidade o homem religioso tem sua preocupação central em si mesmo, e só se ocupa da salvação do outro porque disso depende a sua própria, conforme apontado em Lukács na Estética e citado pelo nosso autor. O altruísmo religioso na verdade aponta apenas para o seu “eu privado” e consiste na essência na preservação de sua particularidade e não na aparente universalidade da religião. Trata-se de uma objetivação particular estranhada do ser social e jamais uma objetivação universal, ainda que esse estranhamento se oculte em razão do humanismo invertido e ética religiosa.

Novamente revela-se o caráter de estranhamento do fenômeno religioso, no apontamento Marxiano de que “a miséria religiosa constitui ao

mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o íntimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo” (Marx, 1993, p. 77,78). Como reflexo da miséria real, fundada na divisão social de classes, somente a supressão dessa miséria pode acarretar o esfacelamento de seu reflexo, ou seja, enquanto estranhamento, apenas a superação da condição objetiva que o provoca representaria sua objetiva superação. Nesse sentido, Marx coloca que a crítica da religião é também pressuposto para toda a crítica, sua tarefa se volta ao reestabelecimento da órbita do homem em torno de si mesmo, desfazendo o sol ilusório representado pela religião. Haja vista sua condição de ilusão religiosa e material, a crítica da religião o liberta “de modo que ele pense, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e recuperou o entendimento, a fim de que ele gire à volta de si mesmo e, assim, à volta do seu verdadeiro sol” (Marx, 2008, p. 06).

Para manter-se efetiva em sua função ideológica de regulação social, a religião operou ao longo do tempo renovações, necessárias para sua adequação em cada tempo e espaço histórico, mantendo sua oficialidade e universalidade. A igreja como complexo social de institucionalização da religião conserva sua vitalidade histórico-social porque, como reflexo e expressão da miséria real, ela não é apenas reguladora da vida social, mas também fornece aos indivíduos mecanismos para reconhecer-se, mover-se e consolar-se contra os estranhamentos da própria vida.

O desenvolvimento humano que tem como resultante atual a sociabilidade capitalista concilia o estranhamento religioso ao alto índice de desenvolvimento das capacidades do gênero, e que por isso não transita da generidade em si à generidade para si. Ao transcender para o “além” suas características e potencialidades, o ser social deixa de apropriar-se plenamente de sua autoconstrução histórica, reproduzindo estranhamentos em diferentes campos de sua práxis.

A mudança histórica que tornou possível a queda da magia e a construção da religião enquanto ideologia de regulação social fez com que seja necessário à igreja “adequar-se às exigências de uma sociedade capitalista universalmente manipulada e não mais ser, como antes, o fundamento da manipulação da cotidianidade”. Também nesse sentido Lukács complementa

dizendo que “as igrejas só precisam aliar-se a esse movimento, podendo até manter seus lineamentos anteriores sem modificações essenciais, devendo apenas modernizar de modo correspondente o seu modo de expressar-se” (Lukács, 2013, p. 718). Assim como as demais formas ideológicas, como a política e o direito, por exemplo, a religião também promove mudanças na maneira com que opera sua função social, qual seja, regular as crenças e ações humanas fornecendo justificativas e explicações nos diferentes campos da práxis. Essas mudanças e adaptações ocorrem à medida que também ocorrem mudanças na materialidade social que subsidia a função ideológica da religião; o que significa dizer que os processos relacionados ao fenômeno religioso, sua institucionalização, expansão, manutenção e perpetuação na história e nas diferentes formações sociais mantêm íntima relação com os processos relativos ao desenvolvimento social, ao modo e estrutura de produção econômica, à formação sócio-histórica e cultural, às relações sociais construídas, ao território e aos aspectos ligados à política.

Em suma, uma análise que contenha em seus termos o fenômeno religioso e sua atuação ideológica, demanda que voltemos aos fundamentos da realidade social que a formata a fim de compreender em que contexto essa forma de ideologia realiza sua função social, de que modo se insere e como interpreta as questões fundantes e as emergentes do movimento histórico do qual faz parte. Nesse sentido, a próxima etapa da pesquisa retorna do caminho abstrato feito neste capítulo para refletir acerca da realidade brasileira, seus aspectos fundantes e as determinações de sua formação sócio-histórica, por considerá-la indispensável à análise do objeto no qual se imbricam diferentes – porém não excludentes – ideologias utilizadas para responder aos fatos desencadeados na reprodução dessa realidade.

3. Realidade brasileira: o solo de onde se levantam as ideologias

A análise proposta pressupõe a compreensão da natureza de nossa formação social através de uma análise imanente da realidade na qual se desenvolvem as ideologias – política e religião. Esta forma de estudo se faz principalmente no sentido de analisar como a ideologia religiosa corresponde-se com a realidade social, entendendo que existe uma imbricação entre os processos histórico-sociais relacionados a materialidade objetiva e subjetiva. Se, e já o demonstramos nas páginas anteriores, o homem é o ser que responde e dessa dinâmica de questionamentos e respostas se constroem as ideologias, cabe entender como este homem, em uma sociedade específica, realiza suas interações com a natureza e uns com os outros, como ele produz e se reproduz socialmente.

Consideramos que a temática da pesquisa aqui presente, realizada à luz das determinações de nossa formação social, é indispensável. Refletir acerca da ideologia religiosa no Brasil requer a verificação que, desde os primeiros capítulos de nossa história no quadro da civilização moderna, as instituições religiosas têm participação direta na colonização e exploração mercantil, objetivadas a partir de elementos como: genocídio dos povos indígenas que aqui habitavam; sequestro, tráfico e escravização de negros africanos; estupros e violências de todos os tipos contra quaisquer grupos que não fossem o homem europeu branco, oprimidos racial, social e economicamente; exploração e destruição das riquezas naturais da terra recém “descoberta”, além de outras tantas formas de desumanidades levadas a cabo com o conhecimento, consentimento e justificativa da Igreja Católica, religião oficial de nosso principal colonizador – Portugal.

Nesse sentido, faz-se necessário agora retornar do nível de abstração desenvolvido no tópico anterior e incidir nossa análise nas determinações econômicas, históricas, políticas e sociais de nossa formação social, ou seja, entender de que maneira o modo de produção se organiza para então compreender a organização da reprodução social. Portanto, a particularidade do capitalismo brasileiro subsidia a particularidade ideológica do país formando nosso quadro ideal peculiar, e somente nos debruçando sobre essa particularidade é possível traçar os elos entre a produção da objetividade

e da subjetividade brasileira (plural e diversa), compondo enfim o quadro de uma sociedade religiosa e conservadora.

Na tarefa de mapear a realidade do capitalismo responsável por fornecer os fundamentos de nossas construções ideológicas, utilizamos das contribuições de Caio Prado Jr.⁶. A teoria caiopradiana é pioneira na apreensão materialista dialética da sociedade brasileira e seu capitalismo. Sua compreensão vai na contramão das teses consagradas ao longo de século XIX inclusive no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual teve participação ativa e intensa ao longo de sua vida, inclusive com divergências analíticas acerca da revolução brasileira. Sua tese transversal está no sentido da colonização brasileira, em que Prado Jr. identifica uma espécie de orientação perene do desenvolvimento do país desde sua gênese.

O autor aponta que a colonização da América está essencialmente ligada ao quadro da economia portuguesa e europeia no século XV. Os países europeus, e pioneiramente Portugal, passam a se concentrar na expansão marítima e exploração mercantil de novos territórios, nos quais eram instaladas “empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países” (Prado Jr., 1961, p.21) com objetivo central no comércio, apropriação das riquezas naturais das colônias, matérias primas e mercado para o desenvolvimento capitalista, no contexto de sua acumulação primitiva. A ideia de povoar estas terras não existia, o que havia era desprezo e interesses puramente comerciais. Mesmo o termo “colonização” não está nesse cenário ligado ao povoamento, que só ocorre por necessidade das “feitorias comerciais” (Prado Jr., 1961, p.21) que demandavam uma vasta estrutura para viabilizar a organização social e de produção dos gêneros de interesse dos colonizadores. A princípio as atividades eram limitadas ao extrativismo e posteriormente foi-se desenvolvendo a agricultura, mais estável e socialmente mais ampla.

Aqui cabe uma diferenciação quanto aos formatos em que foram desencadeados os processos de colonização no continente americano. Nos

⁶ Caio Prado Jr. (1907-1990) foi um intelectual Marxista brasileiro que se destaca como um dos grandes pensadores acerca da realidade social brasileira e com o qual José Chasin (1937-1998) trabalhou e colaborou na Revista Brasiliense.

territórios ao norte, que Caio Prado Jr. chama de zonas temperadas, o povoamento se dá em circunstâncias específicas relacionadas aos conflitos políticos e religiosos da Europa, principalmente na chamada Nova Inglaterra. Ali as atividades econômicas não se expandem para além das feitorias de peles e pesca dos poucos colonos, quadro geral que se amplia com as transformações na Inglaterra no século XVI e com o desejo dos colonizadores europeus de tornar a nova terra um lugar de realização de suas vidas, fugindo do cenário conturbado na Europa seja na religião ou na economia. Como resultado deste tipo de povoamento, as formações sociais nestes territórios possuem “semelhança pronunciada à do continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dele” (Prado Jr., 1961, p. 27).

Distinto é o caso da zona americana tropical e subtropical, cuja colonização se realiza com a lógica da exploração e do lucro da empresa colonial que desenvolve aqui a satisfação de gêneros que faltavam na Europa como açúcar e arroz. Os europeus que aqui se tornaram colonos não possuíam grandes aspirações neste território para além da produção econômica. A grande exploração agrária, determinante e característica central da atividade econômica e da sociedade que se formava, se fará em grande escala e irá movimentar uma estrutura grande embora não muito complexa a princípio, de produção, organização e braços para o trabalho. Portugal também é pioneira na escravização de negros africanos, que no Brasil exercerá papel preponderante em nossa formação imprimindo marcas na totalidade da estrutura social brasileira até os dias atuais.

Deste modo, têm-se caracterizadas as colônias das áreas temperadas como colônias de povoamento, e aquelas das regiões tropicais e subtropicais como colônias de exploração, em função da razão e organização da atividade colonizadora nesses territórios. Particularmente no Brasil, o que se tem é a realização de uma intensa exploração agrária exportadora, que surge, se desenvolve e se complexifica com objetivos voltados para o exterior, no âmbito do atendimento das necessidades e expansão do comércio europeu. Uma sociedade inteira que se forma para fora, é essa a forma, sentido e destino de nossa fundação social que “continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial” (Prado Jr., 1961, p. 31). Seguindo, o autor ainda diz que,

se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O 'sentido' da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (Prado Jr., 1961, p.31).

Avançando sobre os elementos que conferem materialidade ao sentido da colonização caiopradiano, reafirma-se a natureza capitalista da colonização. Capitalismo este que se objetiva de forma limitada, em função da posição em que o país é inserido na divisão internacional de trabalho, desde quando colônia. Com base no autor clássico do marxismo brasileiro, identifica-se que não se pode dissociar da nossa formação social a particularidade de ser capitalista desde a colonização, inclusive dado o peso que o caráter da produção agrária de bases tradicionais imprime no desenho da sociedade brasileira de então e até os dias atuais: escravista, baseada na intensa exploração da força de trabalho, com uma questão agrária e de renda concentracionista e cuja hierarquização social foi fortemente construída sob o racismo e a subjugação econômica e racial.

Acerca da questão agrária e do caráter capitalista na gênese nacional, Prado Jr. combatia avidamente as teorias da revolução brasileira em voga que atribuíam a essa estrutura agrária um perfil feudal ou semifeudal através da importação de concepções equivocadas do movimento comunista internacional. Tais concepções equiparavam o horizonte das análises e estratégias da esquerda nas formações sociais que ainda não haviam completado sua industrialização, sem buscar compreender as particularidades de seu desenvolvimento. Formulando conceitos *a priori* e os encaixando na realidade do Brasil, o cenário fortemente rural que aqui se apresentava era lido

como quadro do feudalismo, os sujeitos do campo lidos como camponeses e senhores feudais, e a vastidão e objetivo mercantil da produção agrária eram ignorados. Com isso, as esquerdas falharam tanto na análise desta realidade quanto em sua atuação prática, não sendo capaz de edificar uma teoria da revolução brasileira que de fato orientasse uma práxis transformadora e revolucionária.

Este padrão de produção e reprodução social era o principal fator que empurrava para o baixo padrão econômico da população nacional, visto que o domínio da empresa agrícola sobre a estrutura econômica edificada sob o latifúndio era extremamente concentracionista tanto das terras, capitais, da política e do poder social. A questão agrária brasileira era vista por Prado Jr. como fundamental para o entendimento do Brasil, já que o bom “negócio” da agricultura exportadora está no cerne da colônia e da passagem desta para a “nação”, conservando o caráter e sentido originários: relações de produção e trabalho cujos interesses e determinações advinham do exterior, e seguem mesmo após a independência subordinados aos grandes países imperialistas (Prado Jr., 2004).

Tal negócio se sustenta na exploração intensa da força de trabalho, com reduzido padrão salarial e reflexo direto na superestrutura social brasileira, organizando uma rígida hierarquia necessária para o correto funcionamento das engrenagens da exploração agrícola. Frisando o caráter capitalista de nossa formação, Prado Jr. (2004) destaca as grandes classes sociais do campo brasileiro: o empresário capitalista e o trabalhador empregado. O primeiro grupo é representado pelo latifundiário, o homem branco de negócios que mantém vastas propriedades de terras e que acumula riquezas e escravos; o segundo abarca os demais grupos raciais não brancos, principalmente negros (pretos e pardos) escravizados ou libertos, mestiços e brancos pobres, além dos indígenas, que distribuindo-se em diferentes funções, se ocupavam do trabalho em tarefas na lavoura, no engenho ou na casa-grande. Mazzeo (1989) aponta que a partir de 1532 o que se tem predominantemente no desenho da sociedade brasileira é a predominância da família rural autocrática e com sede de lucros burgueses, cujo arcabouço cultural remonta a Europa daquele período. Essa sociedade é conservadora, rígida, e suas classes dominantes subordinadas externamente aos países mais avançados na ordem

capitalista, enquanto internamente monopolizam o capital econômico e social. As características de exploração latifundiária e escravista são, portanto, definidoras da estrutura produtiva e social da formação social brasileira, e reforçam o sentido da colonização caiopradiano.

A escravização de africanos traduz as relações de trabalho antes da abolição, etapa do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, e após sua supressão (tardia em relação ao restante do mundo, levada a cabo sob imposição e demandas do capitalismo internacional). Seus traços indelévels persistem na sociedade brasileira após séculos. As engrenagens racistas de nossa sociedade têm origem na maior exploração da força de trabalho nos latifúndios e na maior necessidade de acumulação da classe proprietária, e atuam favorecendo o sistema do capital comprimindo a remuneração do trabalho. Nos deteremos melhor no aspecto racial de nossa história posteriormente, por ora é importante reafirmar que tanto a estrutura da produção quanto os elementos superestruturais da realidade brasileira são fundados na sua existência capitalista particular; inclusive as relações de classes (classes capitalistas) entre os empresários do campo e seus trabalhadores, com pilar central na escravização, não podem ser lidas como versão nacional do feudalismo. Trata-se da particularidade da via colonial de entificação do capitalismo, perspectiva chasiniana que amplia e aprofunda o sentido da colonização caiopradiano na da base material de produção e reprodução da vida social no Brasil.

O sentido da colonização, na perspectiva de Prado Jr, não está circunscrito ao tempo histórico do Brasil colônia, mas se mantém e se atualiza na diversificação econômica e no aprofundamento das relações capitalistas, especialmente no tocante à posição que o capitalismo brasileiro tem em relação à ordem imperialista. Conforme Mazzeo (1989), quando trata da sociedade autocrática e do Estado brasileiro este sentido também se verifica na natureza das classes sociais no Brasil, em uma burguesia que nasce importada de Portugal e se desenvolve à sombra dos interesses dos centros avançados do capital. A sociedade que aqui se instala remonta aspectos presentes na de Portugal, como: atraso na incrementação da manufatura e do assalariamento em razão de circunstâncias particulares dos países ibéricos, cuja burguesia mercantil tolhia o avanço da produção e importava manufaturas; absorção

limitada e adequada do liberalismo, direcionado para a conciliação e não para o potencial revolucionário; transformações sociais pelo alto, com perfil conciliatório e reformista; o pensamento liberal e iluminista era encaixado na particularidade da metrópole e da colônia, em que o “novo” era subsumido ao “velho” da formação social na qual coexistem a mentalidade burguesa e a nobre mercantil.

Traçando esses elementos, o autor pretende explicar as bases materiais e ideológicas da burguesia brasileira, iniciada com a independência política. Ele aponta que essa burguesia realiza a manutenção do status quo sem rupturas e assimilando o passado colonial com as novas demandas políticas e econômicas. Ela tem na crise mundial no mercantilismo a situação propícia para a emancipação. Havia no quadro desta libertação política um conflito entre os interesses da metrópole (que era ela mesma contida pelo atraso) que empregava propósitos recolonizadores como o arrocho colonial nas taxas e relações econômicas; e o desejo de mais autonomia por parte dos burgueses da colônia. Tal conflito foi selado com o rompimento da relação colonial e a independência do Brasil, porém a estrutura econômica e social da colônia se mantém e com ela o compromisso do Estado com as classes dominantes conservadoras, antirrevolucionárias, excluindo as outras faixas da população da participação política no Estado e da participação econômica na riqueza produzida.

O rompimento com Portugal se deu então por que a superestrutura política e administrativa do Brasil já não era correspondente ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e aos anseios de sua burguesia, que se organizou na emancipação para gerir o controle do Estado conforme seus interesses nas novas condições econômicas. Com ele, o país mantém sua estrutura produtiva baseada na escravidão e não supera também o atraso econômico e social, tão pouco a debilidade de sua burguesia. A modernização, portanto, tem o intuito de manutenção dos fundamentos coloniais da estrutura produtiva, quais sejam, a subsunção aos ditames internacionais, a superexploração do trabalho, e o alijamento das massas populares de participação econômica e social. Para isso a burguesia cede seu poder econômico, melhor, abre mão de construí-lo, para manter seu poder político e

afastar qualquer possibilidade emancipatória que poderia advir do liberalismo ou de uma mudança no padrão produtivo.

Mazzeo (1989) utiliza-se também das abstrações referentes aos tipos de objetivação capitalista que falamos há pouco, e destaca que limitar o caso do Brasil ao enquadramento da via prussiana é desconsiderar o “ser” colônia. Quanto ao aspecto nacional, Alemanha e Brasil o apresentam de forma autocrática e excludente, com controle centralizado do aparelho de Estado e ideologia conciliatória e de afastamento das massas da população. Ambos os países produzem uma ideologia liberal não necessariamente manipulatória, mas ambígua na concretude de suas relações sociais, ora revolucionária, ora conservadora. Existe a possibilidade de dispensar as classes populares porque a burguesia não se alia ao povo para superar o feudalismo na Alemanha ou a estrutura agrária tradicional no Brasil, antes concilia-se com as classes dominantes feudal e latifundiária para reorganizar o Estado e a produção mantendo a estrutura econômica altamente exploratória e opressora.

Alinhado aos grandes clássicos Caio Prado Jr. e José Chasin, Mazzeo (1989) admite as particularidades do caminho brasileiro na sua gênese colonial, afirmando:

Se na via prussiana o processo conciliador ainda leva sua burguesia à autonomia nacional e ao progresso econômico de molde “capitalista verdadeiro”, na via “prussiano-colonial”, ao contrário, a interioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto “elo débil” do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico (p. 121).

Essa particularidade colonial de nossa formação social, em razão da estrutura econômica agrária tradicional e escravista, absorve o liberalismo apenas no sentido econômico para ter autonomia de realizar o comércio e a produção; entretanto restringe a sociedade civil às famílias brancas e que possuem bens e escravos, visto que a forma da organização produtiva em si limita qualquer progressismo liberal. A coerção e a violência constituem pilares desta sociedade, que se ergue no “terror às massas populares e o pesadelo constante de revolta dos negros”. O autor vai dizer que a estrutura escravista

das relações sociais de produção e do aspecto ideológico reproduz-se por meio da coerção violenta direta e através do tempo na tradição política autocrática, em que o paternalismo e ideologia do favor consistem numa “forma dissimulada (manipulatória) e por isso mais terrível de coerção”, aparecendo como “instrumento de dominação” (Mazzeo, 1989, p. 121-122). O Estado brasileiro absorve ou é absorvido por esta lógica escravista, subordinada e antirrevolucionária, e sua política também adquire uma essência manipuladora e excludente das massas populares. A burguesia nele dominante atua sempre no sentido de preservação dessa estrutura econômica e de sua burguesia autocrática e débil.

O caráter do capitalismo brasileiro fazia com que o Estado fosse o único capaz de fazer frente ao imperialismo e construir as estruturas de um capitalismo autônomo, já que em nossa formação social não é possível verificar uma “burguesia nacional” com perfil anti-imperialista. O autor afirma que a dependência e a “subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa” (Prado Jr., 2004, p. 117) está ligada ao sentido da colonização, à posição de economia exportadora dependente e em função do comércio internacional em que o país se formou. Essa posição torna o Brasil vulnerável aos investimentos internacionais imperialistas, que inclusive foram o grande impulso à vida econômica nacional por meio de capitais, infraestruturas, serviços públicos urbanos e industriais. A burguesia não só permite como solicita tal investimento, considerando-o como avanço econômico e prestígio.

Prado Jr. (2004) indica que o modelo econômico voltado para fora, dependente e de burguesia subordinada, marcado pela superexploração do trabalho e pela ausência de um mercado interno, não tem condições de se emancipar das contingências coloniais e nem dos imperativos do imperialismo. O sentido colonial está precisamente nestes três aspectos que caracterizam a estrutura produtiva brasileira mesmo após a industrialização da década de 1930: o caráter de economia exportadora servente e dependente do imperialismo; o aspecto devastador para o trabalhador e a inconsistência de um mercado interno autônomo e sustentável.

Em “História Econômica do Brasil” (1981) Prado Jr. traz detalhes acerca de como foi composto o cenário econômico do país ao longo do tempo,

indicando como esse sentido colonial foi repostado mesmo na libertação política da colônia. Ele indica que desde a chegada da corte portuguesa em 1808 o país desenvolve um desequilíbrio comercial que desencadeia um déficit aprofundando o endividamento e a dependência em relação aos capitais estrangeiros, situação que não se alterou com a independência. O sistema colonial foi assim repostado, apesar da liberdade comercial significar um elemento novo da evolução econômica do país, que seguiu repleta de contradições advindas dos determinantes coloniais e das necessidades de uma nação recentemente emancipada.

O mais importante evento dessa evolução econômica até a revolução de 1930 foi a abolição da escravatura, que ocorre em 1888 incorporando o país numa nova fase de desenvolvimento. A supressão da utilização de mão de obra escrava afeta profundamente o sistema colonial ao tocar no seu elemento mais basilar: a força de trabalho. A escravidão consistia no maior negócio brasileiro da época, e a abolição não possuiu nenhum caráter progressista ou humanitário, mas tratou-se essencialmente de uma etapa do desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Ela se deu sem grandes transformações na lógica da grande exploração do trabalho e não suprimiu os traços escravistas que nossa formação social imprimiu nas relações de trabalho principalmente no campo, e na complexificação e industrialização de nossa economia, esses traços também são identificados. Os processos e aspectos de natureza não econômica que subsistem após a abolição consistem em remanescentes escravistas e, portanto, capitalistas; e mesmo com o assalariamento da força de trabalho nas relações entre o trabalhador (principalmente do campo) e o proprietário ainda convivem formas de exploração e dominação arcaicas e modernas (Prado Jr., 1981 e 2004).

Acerca da questão agrária brasileira em Caio Prado Jr., Bezerra (2019) faz uma interessante síntese dos principais apontamentos do autor sobre o tema, que é amplo e muito presente na obra caiopradiana. Já trouxemos algumas pistas neste presente trabalho, o que faremos agora é tão somente um apanhado geral destacando a importância da pauta para pensar a concretude da sociedade brasileira e inserindo-a no panorama de suas principais determinações, indispensável para a compreensão de suas formas ideológicas.

A abordagem da questão agrária é essencial para o entendimento da sociedade brasileira, visto que desde a sua gênese colonial o Brasil se organiza em torno de uma estrutura produtiva no campo. Essa gênese, já bastante debatida, está na inserção do território pelos colonizadores na dinâmica do capitalismo mercantil, cujos interesses eram de uma “empresa comercial erigida sob a lógica do lucro e que explorasse em larga escala os recursos naturais, em proveito do desenvolvimento capitalista na Europa.” (Bezerra, 2019, p. 202). A evolução da economia colonial se deu a partir disso baseada numa estrutura agrária de larga escala e centralizada no latifúndio escravista, que logrou hoje uma estrutura agrária nacional concentracionista e com tradição escravista forte, que imprimem um elemento de continuidade neste passado colonial.

A natureza da economia agrária brasileira consiste na sua dimensão classista, no conflito entre capital e trabalho expresso na alta concentração fundiária de uma minoria apropriadora em relação a uma maioria que não acessa os direitos sobre a terra; ou seja, trata-se de um “bom negócio” que polariza a riqueza em contraposição ao crescente pauperismo da enorme massa do campo que se reproduz à margem “de um desenvolvimento agrário fundamentalmente antinacional e antipopular e, também, as sequelas brutais de uma organização produtiva que tende a corroer a força de trabalho o máximo que possa” (Bezerra, 2019, p. 206).

No século XX a modernização no quadro de uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho trouxe um cenário de reforço à degradação do trabalho como traço herdado do sentido da colonização, haja vista que a tecnologia e produtividade incorporadas na produção agropecuária só resultaram no aprofundamento da concentração de terra, riqueza e renda. Houve transformações qualitativas e quantitativas no campo brasileiro, que se ampliou e se capitalizou fazendo do setor do agro uma burguesia com grande peso na economia e política nacional.

Retomando a síntese de Bezerra (2019) acerca das concepções de Caio Prado Jr. a respeito da temática agrária nacional, ele indica que a grande exploração mercantil associada ao latifúndio constituem o aspecto basilar da miséria dos trabalhadores do campo, e a luta por uma reforma nesse setor não pode prescindir desse alvo central. Na década de 1960 o debate da reforma

agrária ganha bastante notoriedade no âmbito das chamadas “reformas de base” (Bezerra, 2019, p. 209) pelas quais a sociedade fazia pressão junto ao Estado. O clássico Marxista brasileiro formula a luta pela questão agrária afirmando a necessidade de formulação de um programa que articule medidas fiscais e até a possível desapropriação. É necessário que as reivindicações pela extensão da legislação social-trabalhista alcance vá ao encontro da demanda pelas alterações estruturais na propriedade fundiária objetivando sua desconcentração.

Nessa perspectiva, a proposta de reforma agrária pode ser resumida em três linhas principais: o equacionamento da questão fundiária para favorecer o acesso dos trabalhadores à suas riquezas; estabelecimento do mercado de trabalho rural que amplie a demanda e o valor da força de trabalho juntamente com os direitos trabalhistas e responsabilidades dos empregadores; e por último uma maior dinamização da economia agrária nacional. Estas três medidas, segundo o pensamento de Caio Prado Jr. indicado em Bezerra (2019, p. 210) apresentam:

potencial capaz de reorientar o desenvolvimento agrário brasileiro e superar a contradição entre os dois tipos de propriedade rural herdados do pacto colonial: de um lado, as grandes monoculturas (cana-de-açúcar, algodão, cacau e café) “voltadas para fora” e proporcionadoras de elevados níveis de lucratividade; do outro, a agricultura alimentar, destinada, sobretudo, à reprodução material das populações locais.

Pensar a questão agrária é, portanto, pressuposto indispensável para a ultrapassagem do chamado sentido colonial que está presente na economia brasileira, e para que se apontem caminhos voltados para a chamada economia nacional que, no pensamento caiopradiano, é aquela que consegue alcançar desenvolvimento econômico com inclusão social. (Assunção, 2005). É essa perspectiva de constituição de nacionalidade que contempla as necessidades de nossa própria sociedade, especialmente da classe trabalhadora que historicamente foi alijada dos ganhos da terra e participou apenas enquanto força de trabalho superexplorada.

Passamos agora à uma breve enumeração de algumas das contribuições de Francisco de Oliveira (1933-2019), um dos mais importantes intelectuais Marxistas nacionais que versam a respeito do capitalismo no Brasil.

Oliveira (2003) parte da crítica à tese do subdesenvolvimento corrente entre os intérpretes da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), a qual consiste na concepção do que seria uma formação histórico-econômica singular em torno da “oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’” (Oliveira, 2003, p. 32). A limitação dessa matriz teórica está na dissociação do subdesenvolvimento latino-americano de sua natureza enquanto produto da expansão capitalista, ou seja, como “formação capitalista e não simplesmente história” (oliveira, 2003, p. 32). Por conta da ênfase no aspecto dependente da relação das periferias com o centro do capital, a teoria do subdesenvolvimento falhou em captar as determinações particulares da dominação capitalista e do jogo das relações entre as classes internas de cada formação social, que segundo o autor são os verdadeiros aspectos responsáveis pelo crescimento ou o desenvolvimento.

Centrando-se nas transformações estruturais com objetivo de “reposição e recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção” (Oliveira, 2003, p. 29), o autor pretende demonstrar como se deu o desenvolvimento da industrialização brasileira. O ponto de partida do autor está no argumento de que aquilo que há de arcaico na formação nacional e que advém de seu período pré-industrial na verdade se trata de “reserva de acumulação primitiva do sistema global” (Oliveira, 2003, p. 33). Não é demasiado reforçar este aspecto, que se alinha ao que já foi debatido nas páginas desta pesquisa no que tange ao caráter essencialmente capitalista das relações sociais no Brasil, desde sua colonização.

Isto posto, o marxista brasileiro prossegue demonstrando o cenário geral da chamada Revolução de 30, os principais aspectos e medidas que foram aplicadas sob a égide do Estado e que caracterizam o reordenamento da economia. A primeira delas está na chamada regulamentação dos fatores de oferta e demanda cujo maior destaque consiste na legislação trabalhista, que teve importância fundamental para a criação da força de trabalho tipicamente capitalista convertendo o contingente populacional (principalmente o que chegava às cidades) em “exército industrial de reserva” forçando seu preço para baixo. Nesse sentido, a legislação do trabalho foi necessária à acumulação, para a qual foi extremamente benéfica tornando o valor do trabalho em denominador comum a todas as categorias.

O segundo aspecto se refere ao caráter planejador da intervenção estatal para a regulamentação dos outros fatores da produção além do trabalho, como por exemplo na substituição dos preços do “velho mercado” e implementação dos “preços sociais” para a fixação do “novo mercado”. Esses preços sociais advinham ou de financiamento público ou uma distribuição distinta de ganhos entre os grupos sociais, e atuavam ao lado de outras intervenções como o subsídio cambial (confisco do café, importações de equipamentos, expansão de crédito etc.), que se destinavam à tarefa de transferir “recursos e ganhos para a empresa industrial fazendo dela o centro do sistema” (Oliveira, 2003, p. 41). Tal processo não é compreendido em sua concretude nem pela esquerda nem pela direita, que vê nele um “estatismo” sem de fato entender que se trata na verdade de uma transição da economia agrário-exportadora para uma economia cujo polo central de acumulação reside no setor urbano-industrial, sem que se despreze o peso e caráter fundamental de complementaridade entre os setores.

O terceiro ponto a ser considerado na nova articulação produtiva brasileira diz respeito à agricultura. A agricultura no contexto da transição do centro da economia nacional possui duas tarefas principais: sua divisão interna de produtos de exportação precisa “suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo” (Oliveira, 2003, p. 42); somente nesse aspecto sua importância é bastante significativa, sendo crucial que o setor agrário seja estimulado na exata medida de mantê-lo ativo mas não central no sistema, já que este departamento representa o “velho mercado” que se tenta substituir. A outra tarefa se refere ao subsetor de produtos voltados ao mercado interno, pelo qual a agricultura suprirá as necessidades da população urbana sem elevar o custo de sua alimentação, nem das matérias primas, facilitando o novo tipo de acumulação urbano-industrial.

O autor também destaca que a solução do “problema agrário” perpassa “um complexo de soluções” apoiadas na grande disponibilidade de força de trabalho e de terras e na ação do Estado na construção de infraestrutura como a rede rodoviária. Esses elementos culminam na expansão horizontal com baixíssimo ou nenhum coeficiente de capitalização, como uma “acumulação primitiva” que, nos casos capitalistas periféricos é estrutural e não

somente um elemento da gênese do modo de produção do capital. A forma mais rudimentar da agricultura no Brasil passa a conviver com uma agricultura que incorpora insumos e mecanização, possibilitando melhoria técnica e incremento de produtividade na produção no campo. Porém, em ambas as formas da produção agrária a grande exploração do trabalho é mantida e o aumento dos ganhos pela produtividade não é repassado em melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no campo, conforme também observa Bezerra (2019) e Prado Jr. (2004), que salientam a permanência da grande exploração e dos traços escravistas que expressam a convergência de elementos arcaicos e modernos que caracterizam nossa formação,

Esse modelo possui grande importância para a acumulação. Impedindo o crescimento do custo produtivo na agricultura em relação à produção industrial, atua-se também rebaixando o custo de reprodução da força de trabalho, em razão desta utilizar-se da produção agrária para manter baixo o valor pago ao trabalho. O preço da força de trabalho urbana era composto basicamente por dois elementos: a alimentação e bens/serviços urbanos. Ambos eram estruturalmente rebaixados ao nível de uma economia de subsistência, e assim era para que a produtividade industrial e no campo se alargasse sem obstáculos, também favorecida pela intervenção do Estado.

Com isso, o modelo agrário mantendo a dinâmica secundária, porém fundamental ao modelo urbano-industrial, também possibilitou que se formasse um proletariado rural, ainda que sem nenhuma legislação ou proteção no trabalho, o que representou um reforço à acumulação. Nos termos de Oliveira (2003, p. 45):

[...] do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, do nível de vida da massa trabalhadora rural. Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do “novo mercado urbano-industrial” exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho.

Desse modo, fica claro que a aparente dualidade que se sobressaía na teoria do subdesenvolvimento na realidade se trata da integração dialética dos dois grandes setores da economia nacional, que possuem uma relação estrutural fundamental para o tipo da expansão capitalista entre as décadas de 50 a 70. Sob essa base de contradições exponenciadas pela particularidade brasileira, a grande acumulação desse período é marcada por uma forte concentração de renda, que é a raiz dos nossos problemas de distribuição de renda.

O quarto ponto destacado por Oliveira (2003) como aspecto da objetivação capitalista pós anos 30 está na formação do setor industrial, e parte da crítica que o autor faz a tese pela qual o arranque deste setor se deu via “substituição de importações”. Para ele, os antecedentes do boom da indústria brasileira residem na crise cambial que torna mais caros os produtos importados, na não disponibilidade de divisas e na dificuldade de acesso a esses bens em razão da 2ª Guerra Mundial. É gerada uma demanda que, por essas razões, torna o mercado estável e seguro para o investimento dos empresários nacionais que se aproveitam da falta de competição externa para elevar os preços dos produtos e produzi-los com menos qualidade.

A princípio a produção se limita aos bens não duráveis para as classes populares, o que posteriormente sofre uma reorientação do eixo produtivo para os chamados bens duráveis, nos mercados urbanos e nos chamados setores de “ponta” (Oliveira, 2003, p. 47), imprimindo um caráter concentracionista no modelo produtivo industrial. A teoria do subdesenvolvimento, ao focar as relações externas das economias latino-americanas e dispensar a análise concreta do aspecto interno de suas relações, faz nascer uma teoria da dependência. Seu principal prejuízo está na concepção de que a industrialização se objetivou por substituição de importações, sob necessidades do consumo e não da produção, o que retira desse processo sua real dimensão estrutural de classes e forma distributiva da renda. Isso faz com que surja uma ideia equivocada de que a produção cria as classes e orienta seu consumo, e não o contrário, que o mercado de bens sofisticados é em decorrência de se ter começado a produzir esses bens. Entretanto, como colocado por Oliveira (2003, p. 50), “a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da

acumulação, e não às do consumo”. O destino concentracionista verificado na mudança do eixo produtivo para os bens duráveis não acessados pela população de rendas mais baixas (a expansão da indústria automobilística é um exemplo) não é explicado por nenhum “fetiche ou natureza dos bens” mas à “redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do ‘exército industrial de reserva’, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação” (Oliveira, 2003, p. 50).

Nessa nova configuração da indústria focada nos setores de ponta, os bens de consumo duráveis, intermediários e de capital produzidos no Brasil possuem preços elevados em relação aos importados, e decorre porque, nas palavras do autor,

do ponto de vista da acumulação essa produção pode realizar-se porque a redefinição das relações trabalho-capital deu lugar à concentração de renda que torna consumíveis os produtos e, por sua vez, reforça a Acumulação, dado que a alta produtividade dos novos ramos em comparação com o crescimento dos salários dá um ‘salto de qualidade’, reforçando a tendência à concentração de renda (Oliveira, 2003, p. 51).

Não há nesse modelo produtivo nenhuma pretensão à igualdade, e a diferenciação produtiva em relação às classes sociais não só reforça a acumulação como a pressupõe. É nesses preços elevados e nessa concentração do consumo que a produção industrial focada nos bens duráveis e nos setores de ponta se realiza, e torna estes setores unidades-chave do sistema, orientando o perfil produtivo.

Assim, são repostos os termos de uma sociedade que exclui as grandes massas dos ganhos alçados com o “verdadeiro capitalismo”, que coloca nossos aspectos “arcaicos” nas novas perspectivas do “moderno”. Não há, portanto, dualidade, o que se verifica é a forma da particularidade da via colonial e do sentido imposto pela colonização e pela escravização, aspectos já anteriormente abordados.

A última face do contexto capitalista brasileiro e de sua industrialização é referente ao setor dos serviços urbanos. Oliveira (2003) indica que o crescimento das cidades que ocorreu até os anos 1930 não foi suficiente para a formação de uma infraestrutura urbana necessária à

expansão industrial, que se realiza como foco principal, mas que necessita de serviços urbanos para funcionar. Para não competir com a indústria pelos fundos da acumulação, o setor terciário se desenvolveu com nenhum ou quase nenhum coeficiente de capitalização, ou seja, com baixa concentração de capital. O resultado prático desse elemento histórico e estrutural é que os serviços foram crescendo intencionalmente mal remunerados, e dessa maneira transferem valor às atividades industriais, como por exemplo a rede de serviços automotivos que subsidia o crescimento da indústria automobilística (os lava-jatos, lojas de acessórios e oficinas cujo trabalho de renda baixa transferem e agrega valor à fábrica de automóveis). Ocorre também em função dessa configuração do setor terciário, uma disparidade entre os trabalhadores na indústria e a força de trabalho empregada nos serviços: não somente quanto à renda, mas também em relação à estabilidade no emprego, filiação sindical, legislação trabalhista, previdência social e de saúde, e no aspecto social: o trabalhador na indústria tinha mais prestígio e status social em sua comunidade.

Com isso, a desigualdade social, de distribuição e concentração de renda, questões ligadas a raça e gênero também são legados da forma com que se estruturou o setor de serviços no Brasil. Aqui cabe lembrar o imaginário dos lugares sociais relativos a cor e gênero baseado na divisão sexual e racial do trabalho, a realidade do trabalho doméstico no Brasil – majoritariamente feminino e negro, e a dificuldade que a classe média e alta tem para remunerar adequadamente pessoas prestadoras de serviços.

Em suma, o aspecto não capitalístico e de baixa remuneração crescendo ao lado da forte industrialização e urbanização e dinamismo no emprego na indústria são também elementos relacionados à integração dialética entre o velho e o novo tão característica da expansão capitalista brasileira. Oliveira (2003) cita o exemplo da habitação, em que grande parte das casas das classes trabalhadoras foram erguidas pelos próprios trabalhadores em dias e horários de folga e com trabalho coletivo da comunidade. O autor localiza no quadro do crescimento das cidades em que os serviços com crescimento horizontalizados e mal remunerados aparentam um cenário de caos, mas na realidade está em total acordo e alinhamento com o

processo de industrialização hipertardia no Brasil, cuja acumulação urbana se assemelha de longe à uma “acumulação primitiva”:

Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de produção da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de prática de “economia natural” dentro das cidades casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

É importante destacar que essa imbricação entre o velho e o novo não diz necessariamente de setores velho e novo que convivem juntos, mas se refere antes às práticas e formas de acumulação de reproduzem relações novas no arcaico e arcaicas no novo. Com esse padrão, as relações novas introduzidas no arcaico (o setor agrário na industrialização e a formação do proletariado rural) subsidiam a acumulação urbano industrial; e as relações arcaicas reproduzidas no novo (o salário de subsistência e a baixa remuneração dos serviços que lançam para baixo o valor da força de trabalho ao passo que intensificam a extração de valor e exploração) “preserva” o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (Oliveira, 2003, p. 60). Essa é a forma típica da acumulação capitalista industrial no Brasil, que reforça a concentração de renda, propriedade e poder e mantém as mesmas e crescentes desigualdades estruturais.

Prosseguindo na análise da especificidade particular da expansão capitalista industrial no Brasil, Oliveira (2003) indica que com as mudanças nas relações e na dinâmica do capitalismo internacional dadas com a crise dos anos 1930 e a 2ª Guerra Mundial foi necessário um novo modo de acumulação que substituísse a economia agrário-exportadora em razão das suas limitações nesse contexto. Para isso foram demandadas também novas relações de produção e na estrutura das classes sociais: hegemonia das classes urbano-industriais sem destruição completa dos grupos dominantes rurais, criação de um “exército de reserva” devido à grande oferta de mão de obra, legislação do

trabalho e criação do proletariado brasileiro urbano e rural. Além disso há a criação e expansão de um setor terciário que, ao contrário do aparente “inchaço” crescia de forma correspondente ao excedente populacional com a migração das cidades, sem capitalização e mal remunerado, o que era fundamental para não retirar fundos de capital do setor secundário, chave do sistema e centro da acumulação.

Como resultante desse processo, é gerada e reproduzida uma “periferia” marcada por relações de produção não capitalísticas que sustenta e alimenta os setores onde se concentra a capitalização e acumulação, e dessa maneira se dá a dominação e reprodução desse sistema complexo. A estratégia tanto das classes dominantes como do Estado se concentra nas relações de produção capitalistas, entre capital e trabalho, ou seja, no setor urbano-industrial da acumulação, mas ao contrário dos casos clássicos de objetivação capitalista por aqui esse processo não elimina as formas não capitalistas, que são repostas na agricultura e no padrão de baixa capitalização e apropriação do excedente, que se reproduz nos serviços.

O crescimento da expansão urbano-industrial no Brasil reforçou a má distribuição de renda e intensificou a desigualdade. Os pilares da acumulação nos anos 1950 centraram-se na associação com o capital internacional para financiar o crescimento, que tem um salto de produtividade não refletido nos ganhos das classes trabalhadoras. A taxa de exploração da força de trabalho também aumenta, em detrimento do salário real que diminui em relação aos 25 anos de crescimento, e essa combinação entre incremento de produtividade e deterioração do salário que garante os níveis da acumulação.

A mercantilização crescente do custo de reprodução da força de trabalho também constitui fator agravante do desequilíbrio entre os ganhos e despesas dos trabalhadores, que se veem tendo que trabalhar mais tempo para repor os custos de sua reprodução. Esse cenário forja uma consciência de classe no Brasil, ainda que de diferentemente do modo europeu. A crise pré-1964 está, segundo Oliveira (2003), no conflito que se forma entre as forças produtivas (com os incrementos tecnológicos e de produtividade) e as relações sociais de produção (assimetria na distribuição dos ganhos, os baixos salários, a baixa capitalização dos serviços, a forma concentracionista da expansão),

agregando contradições políticas às contradições econômicas do capitalismo no país.

O autor prossegue fazendo considerações sobre o contexto econômico após o golpe de 1964, afirmando que em seguida da recessão que durou até 1967 há uma retomada do crescimento baseado, dentre outras medidas, no controle salarial e no aumento da desigualdade de renda, o que não prejudicava a acumulação porque o mercado se concentrava nas rendas mais altas. Os conflitos entre capital e trabalho têm como solução a repressão e a violência, condições políticas para manter a forma e o ritmo da acumulação capitalista aumentando a taxa de lucros e contendo os salários. A compressão salarial desencadeia a formação de um excedente que é direcionado ao polo da acumulação e não do consumo, e os ganhos das classes trabalhadoras permanecem sendo rebaixados. Esse excedente é operado no sistema no âmbito do capitalismo financeiro, que adquire forte participação na acumulação e ameaça a lógica de funcionamento do sistema, que é centrado na industrialização. Isso faz com que a esfera principal da acumulação saia do campo produtivo e passe a se concentrar no campo da financeirização, o que é autofágico já que o principal princípio do capitalismo financeiro reside na “confiabilidade”, que é afetada conforme o rendimento real das empresas. O que ocorre então é que o sistema não consegue absorver produtivamente a capacidade de poupança, limitando o crescimento do sistema a ele mesmo.

A primeira solução que a economia brasileira encontra para desviar da baixa no crescimento em razão das condições descritas é elevar a taxa de lucro das empresas, o que se dá na via da monopolização de empresas e setores: o conglomerado é unidade da estrutura monopolística que é a forma da expansão capitalista no Brasil, principalmente advinda do capital estrangeiro e cuja principal consequência reside no endividamento estrutural do país. A outra medida utilizada para manter as taxas de lucro elevadas consiste na ação do Estado, que renuncia suas receitas para ativar a economia e lança mão do crédito externo para financiar suas despesas. Com isso é criado um ciclo constante na reprodução do sistema, pelo qual para manter o crescimento são alimentados os vetores que o comprimem e um progressivo reforço da exploração e repressão, caracterizando o quadro de uma combinação de expansão econômica e repressão política (Chasin, 2000; Oliveira, 2003).

Chasin (2000) nos fornece elementos basilares para o entendimento do Brasil e sua formação, a começar pela tese da “via colonial” de entificação do capitalismo hipertardio, desenvolvida nos anos 70 e que norteará toda a obra deste autor, sendo de grande importância para outros autores que se debruçam sobre a história do capitalismo brasileiro e sua sociedade. É importante estudar essa história e esse capitalismo numa ótica que relacione o singular ao universal e que seja capaz com isso de captar sua particularidade, e é nessa perspectiva que o autor concebe a tese da via colonial como forma particular de entificação capitalista nas sociedades com gênese colonial. Assim, esta ótica diz respeito à forma de inserção do Brasil na dinâmica do sistema de produção capitalista global “realçando a dimensão ontológica”, considerando “que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que realizam através de objetivações específicas” (Chasin, 2000, p. 05) ou concreções específicas, que dizem respeito às condições econômicas, políticas e sociais de cada formação social.

Segundo o pensamento chasiniano a chave teórica da via colonial enquanto forma de o capitalismo se consolidar no Brasil é importante para a análise das formas reacionárias da política e da economia, entendendo que estes aspectos compõem a totalidade da vida social e não podem ser dissociados, para que não se incorra na redução de nenhuma dessas dimensões à outra: nem a política à economia nem a economia em ações políticas, que não interferem de fato na totalidade das relações de produção e reprodução social. Tais dimensões se relacionam de forma dialética, e para o objetivo desta pesquisa é importante salientar essa relação para que entendamos como a ideologia conservadora religiosa tem fundamento e constitui-se em expressão da base material de reprodução da vida, ou seja, da particularidade do capitalismo brasileiro.

A tese da via colonial tem inspiração direta nos caminhos teóricos esboçados por Lênin para contrastar as formas clássicas e não clássicas de objetivação capitalista. O Marxista soviético aponta dois universais contrastantes: o caminho ou via ou clássica, e o caminho ou via prussiana ou não clássica. Ambos dizem respeito à passagem das sociedades pré-capitalistas ao modo de produção tipicamente burguês, ou mais precisamente,

à maneira e caracterização do processo de industrialização dos países – a implantação da indústria e a conseqüente subordinação dos demais setores sintetiza o que Marx distinguia como “verdadeiro capitalismo” (Chasin, 2000, p. 06).

O caminho clássico é característico dos primeiros países a objetivar o capitalismo na história, apresenta um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas e da industrialização, nele emerge também uma classe burguesa sólida e com perfil progressista e revolucionário que somando-se aos demais grupos sociais na ruptura total com o antigo modo de produção, possibilita melhores condições sociais (dentro do capitalismo) para as massas camponesas.

Já a via prussiana não realiza o capitalismo por meios revolucionários e progressistas e sim de uma manutenção da sujeição e servidão (ao modo burguês) da população camponesa, através de conciliação entre a classe burguesa nascente e a nobreza feudal e religiosa. Esse caminho obstaculiza a industrialização e o desenvolvimento das forças produtivas, que se objetiva de maneira lenta e tardiamente consolida o “verdadeiro capitalismo”. Associada à conciliação entre as classes dominantes ocorre a combinação de formas híbridas de dominação, as tipicamente capitalistas (salário) e aquelas próprias ao modo de produção anterior (troca, arrendamento, entre outras). A grande propriedade rural é decisiva, é a partir dela que as sociedades se inserem nas formas capitalistas de produção social. Não há nenhuma perspectiva progressista ou de ruptura da classe burguesa com as classes dominantes do modo de produção anterior; antes o que se constrói é uma aliança entre essas classes e seus interesses com a classe burguesa e seus anseios econômicos e políticos. A reforma das instituições sociais e do modo de organização da produção acontece sem participação política das massas camponesas, como o é na via clássica; mas as transformações levadas a cabo só são feitas na medida exata dos interesses burgueses em conciliação com as velhas classes dominantes.

Em outros termos, a via prussiana de objetivação capitalista caracteriza-se por uma conciliação com o atraso, um reformismo “pelo alto”. No caso concreto alemão, tomado por Lênin como exemplo do caminho não-clássico, as transformações sociais não apontam nenhum caráter progressista

e o que se tem são os “defeitos civilizatórios do mundo moderno sem as vantagens”, em que o “novo paga tributo ao velho” sendo que este velho se renova e não se apresenta mais como o mesmo, mas imprime seus aspectos na nova sociedade que se forma (Chasin, 2000, p. 06).

É importante demarcar que a via prussiana não significa um “modelo” de capitalismo, como se se pretendesse estampar determinadas características numa ou outra formação social. Os caminhos de objetivação do modo de produção burguês representam formas particulares do universal capitalista, dizem respeito aos diferentes processos em que diferentes sociedades, com determinações econômicas, sociais, políticas e de recursos naturais distintas, desenvolvem sua modernização e industrialização, no quadro global do capital pós mercantilismo. A via prussiana trata-se, nos termos chasinianos, de um particular contrastante aos casos clássicos, que mais se aproxima da realidade brasileira em razão dos seus elementos principais já descritos.

Porém, não se deve tomar esta categoria como própria do desenvolvimento capitalista brasileiro, visto que Brasil e Alemanha possuem naturezas bastante diferentes como, por exemplo, o fundamento e a organização da propriedade rural, que ao contrário do país germânico feudal, está essencialmente atrelada ao capitalismo mercantil e a grande exploração rural da empresa colonial, cujo sentido residia no abastecimento principalmente de alimentos à Europa – mais tarde trataremos melhor desse aspecto. Além desta característica rural que diferencia a Alemanha do Brasil, esses países de entificação capitalista não clássica também são distintos em relação à época e ritmo de industrialização. O primeiro se moderniza nas últimas décadas do século XIX com velocidade expressão, chegando a alcançar a cadeia imperialista mesmo que como elo débil e seu capitalismo é tardio, porém autônomo; enquanto o segundo só realiza sua industrialização concomitante às guerras imperialistas, principalmente a partir da década de 1930, quando o sufocamento da hegemonia da economia agrário-exportadora demanda o giro para uma economia hegemonicamente urbano-industrial. O Brasil industrializa-se de forma lenta e sem romper com a subordinação aos países centrais, mantendo-se caudatário e hipertardio em relação a estes (Chasin, 2000, p. 07).

Poderiam ser descritos outros aspectos diferenciadores das realidades sociais alemã e brasileira, porém o autor argumenta que estas são necessárias, e sintetiza:

De maneira que ficam distinguidos, neste *universal das formas não clássicas*, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso histórico-social, pagam alto tributo ao atraso, *dois particulares* que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um *velho* que não é, nem se põe como o mesmo. Conclusivamente: de um lado, pois, firmemente estabelecido, temos o *caminho prussiano*; a seu lado, sem que confirmamos demasiada importância aos nomes, fique, sem pretensões, a sugestão designativa de *via ou caminho colonial* (Chasin, 2000, p. 07, grifos do autor).

Nesse sentido a via colonial constitui uma caracterização particular dentro do universal não-clássico, importante para evitar a equiparação do Brasil com países de objetivação prussiana como Alemanha e Itália, que apesar de terem se consolidado tardiamente o fizeram de forma a se tornarem elos ainda que débeis da cadeia imperialista. Os diferentes determinantes históricos, sociais e econômicos desses países tornam absurdo que sejam igualados em um mesmo tipo de objetivação do capital. Nas palavras de Chasin (2000, p. 25), “tal a disparidade do estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em face daqueles países, que quaisquer igualizações ou identificações, além de impossíveis, são verdadeiramente uma brutalidade teórica”.

Com base nisto, entende-se que o caso da formação brasileira apesar de também trilhar a via não clássica constitui particularidade em relação aos outros países que também se desenvolveram pela via prussiana de objetivação capitalista. O país tropical apresenta uma realidade concreta distinta dos demais países, que mesmo tardiamente alcançam forma e ritmo dos grandes imperialistas centrais, realidade esta que lhe imprime traços não só na economia mas também no conjunto das relações sociais: com uma burguesia débil, subordinada e dependente que vive à sombra dos interesses das economias centrais; relações de trabalho marcadas pela superexploração e pelo racismo tatuado pela escravização como pilar econômico por séculos; uma questão agrária que desde a gênese se localiza numa lógica empresarial de lucro e vasta exploração do trabalho humano e de recursos naturais; entre outros aspectos.

A partir das contribuições de Chasin (2000) no quadro de transição entre o modo de acumulação agrário-exportador para a dinâmica econômica urbano-industrial desenvolvem-se formas ideológicas de reação diante desse processo. O autor analisa a proposta ruralista do integralismo de Plínio Salgado⁷, e a identifica como um salto na direção do passado que associava regressividade econômica com sua correspondente social, política e ideológica. Evidencia-se que a objetivação material do “verdadeiro capitalismo” emprega formas expressivas de reacionarismo, dentre elas o integralismo de Plínio Salgado, que tem a profunda articulação com a religião. Tal associação é expressa no lema “Deus, Pátria e Família” e também na participação ativa de Plínio Salgado na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 1964 em São Paulo. As Marchas idealizadas por um deputado de São Paulo com apoio de empresários e da Igreja Católica ocorreram por todo o país, e tinham representatividade feminina na figura da esposa do governador de São Paulo Leonor Mendes de Barros. Em oposição a João Goulart, o movimento buscava demonstrar o apoio da população à deposição do então presidente, que por sua vez havia implementado uma série de reformas com caráter progressista no país e era por isso tachado de “comunista”, com todo o teor perverso aplicado ao termo pela ideologia conservadora da extrema-direita.

A ideologia ruralista desse movimento foi, em muito, confundida como uma forma própria do fascismo no Brasil, mas possui determinações e contradições diferentes das que caracterizam o movimento reacionário na Itália. Enquanto o fascismo consiste numa forma ideológica da mobilização para a guerra imperialista, típica nas formações capitalistas tardias que se enquadram como elos débeis desta mesma cadeia; o integralismo tratou-se de uma ideologia própria do capitalismo hipertardio que buscou limitar as forças produtivas às vias do ruralismo, quando este capitalismo começava a industrializar-se. As distintas formas de objetivação material produziram

⁷ Plínio Salgado (1895-1975) foi um escritor e político conservador brasileiro, que criou em 1932 a Ação Integralista Brasileira, um movimento político de ideais nacionalistas e de extrema-direita inspirado no fascismo italiano, cuja doutrina tinha o lema de “Deus, Pátria e Família”. O chamado Movimento Integralista possuía o caráter de uma antimodernização extremada que visava o retorno às formas pré-capitalistas de entificação social, retomando a chamada “vocação agrária” – uma exaltação   organização social em torno da vida rural em detrimento do avanço da urbanização e industrialização, responsabilizadas pela carestia dos bens de consumo da população.

objetivações ideológicas também distintas, ou seja, os movimentos reacionários nos países de objetivação tardia são geneticamente diferentes daqueles produzidos na via colonial ou hipertardia de entificação capitalista. Sem pretender um tratado profundo desta questão, cabe apenas destacar que o Brasil, como forma hipertardia do capital, apresenta uma ideologia reacionária própria e distinta do fascismo, ainda que seus idealizadores tenham se inspirado em grande medida do movimento europeu importando seu lema.

Para o integralismo em suas bases inclusive anteriores ao movimento pliniano em si, a vida rural era onde residia a verdadeira nacionalidade brasileira, e seu nacionalismo consiste no retorno ao campo como defesa das formas mais sadias da civilização brasileira. O autor vai dizer que, acima das variadas perspectivas dentro do integralismo ruralista, “o *ruralismo* é, em si, um *caldo de cultura*” (Chasin, 2000, p. 26), que ultrapassa o campo econômico e se ramifica ideologicamente na moral, na intelectualidade, na arte, na literatura, sempre destacando a superioridade da vida agrária. No contexto das aberturas e incertezas dadas nos anos 1920/1930, a proposta pliniana tentou um “combate espiritual ao imperialismo” (Chasin, 2000, p. 26), que, sendo impossível de resistir no plano material só restava contrapor-lhe pela via ideológica. Assim são dadas as bases do ant imperialismo regressivo, caracterizado pelo antic cosmopolitismo e nacionalismo defensivo.

A questão racial é outro importante pilar da formação social brasileira e da sua constituição enquanto nação, intimamente ligado à questão da estrutura produtiva agrária que tratamos anteriormente e em torno da qual se organizou toda a vida social no Brasil. O elemento raça está presente nas determinações econômicas, políticas, sociais e culturais de nosso país, cuja sociedade escravista legou uma herança racista presente até hoje no quadro de suas ideologias. Já tendo traçado algumas reflexões, é possível verificar quão fundamental é refletir sobre raça em um país fundado na exploração do trabalho dos negros e no genocídio indígena, cuja revolução burguesa não foi capaz de resolver a problemática racial, como crava Ianni (2004). O autor vai dizer que o feito da revolução burguesa brasileira se limitou à transformação dos grupos racializados em população enquanto coletividade juridicamente apta para o trabalho, reorientando o sentido do trabalho conforme a necessidade do mercado de trabalho livre após a abolição.

Problematizando a ideia da cidadania para além da igualdade jurídica e abstrata, Ianni (2004) denuncia a manipulação das classes dominantes sobre as desigualdades raciais, culturais, regionais e de classe que permeiam a sociedade brasileira. Jogando com as forças sociais conforme seus interesses que, como afirmamos páginas atrás, não contemplam nada de popular, progressista ou democrático, a burguesia utiliza-se de diferentes modos de dominação desde a repressão até à capitalização e cooptação de forças, movimentos e ideias relacionadas ao debate e à luta contra essas desigualdades no país. A temática dos conceitos de povo-nação é associada às determinações particulares da formação social capitalista no Brasil, evidenciando os limites de uma formação que não alça a superação das desigualdades e opressões raciais que a caracterizam desde a gênese. Ao contrário, persiste uma gama de contradições de uma nação inacabada cujos principais dilemas seguem sendo reafirmados, arquitetados a bel prazer das classes dominantes e em termos cada vez mais distantes de sua resolução na realidade. Dentre estes dilemas fundamentais estão os relacionadas à interação dos grupos sociais racializados em todas as áreas da sociedade e a qualquer tempo histórico. Em tudo de Brasil há implicação racial: na economia, na política, na cultura, na religião, nada prescinde ou dispensa questionamentos sobre raça, ela foi e continua latente enquanto aspecto fundamental da sociedade brasileira.

Avançando na sua contribuição ao pensamento social brasileiro no tocante às relações raciais, Clóvis Moura (1925-2003) nos indica que em diversos tempos históricos, esferas da vida social, sob diferentes modos e lançando mão de gradações e sujeitos distintos, há sempre no âmbito da sociedade brasileira uma forte cultura autoritária que remete à profundidade e alicerce com que foi gestado o desenvolvimento de nossa história aos anos de trabalho forçado e escravizado. Os séculos de subordinação econômica, cultural, religiosa e psicológica não foram corrigidos após a transformação dos negros escravizados em força de trabalho “livre” (etapa do capitalismo brasileiro cumprida sem nenhuma pretensão verdadeiramente inclusiva ou democrática).

A desigualdade no tratamento e nas oportunidades se converte na vida concreta em desigualdade de renda, de trabalho, de poder e participação

econômica e política. A relação “escravo e senhor”, termos em que o intelectual compreende os aspectos relacionados às relações sociais no Brasil, é associada às várias outras que são fundamentais na formação e transformação nacional, tais como trabalho e capital, latifúndio e agricultura familiar, cidade e campo, burguesia e operário, entre outras tantas determinações de nossa sociedade, nas quais são recolocadas, sob formas distintas as estruturas de dominação e apropriação que imprimem o caráter da objetivação capitalista levada a cabo por uma burguesia débil, autocrática e antipovo.

Outro aspecto importante destacado por Moura (1988) é referente ao que ele chama de “síndrome do medo”, que é o medo real, concreto e profundo em que vive classe senhorial, temendo a insurreição da população escravizada, que nos primeiros séculos do escravismo existia no território brasileiro em uma maioria significativa, provocando ansiedade nos senhores. Em função dessa síndrome do medo, essa classe dominante desempenhava papel central na violenta repressão presente na legislação e no aparelho de estado em geral, e até mesmo no âmbito da religião com a perseguição às práticas espirituais dos negros, que eram sua principal fonte de resistência. Com a fase tardia, essa síndrome também se racionaliza e engendra mecanismos distintos de opressão aos negros, como hoje se verifica nos estereótipos racistas contemporâneos e na violência do Estado nos territórios periféricos predominantemente ocupados por pessoas negras. Em suma, a síndrome do medo que desenvolvia a violência material e ideológica aos negros escravizados transforma seus mecanismos e justificativas ao longo do tempo, mas permanece enquanto uma constante das relações racistas no Brasil.

A classe trabalhadora brasileira é predominantemente negra, e quando são analisados alguns dados percebemos que, quanto mais o tom de pele escurece, mais são reveladas as decorrências de uma formação social baseada na escravização e na exploração do trabalho com intensa violência e repressão que caracterizam a particularidade brasileira no modo de produção capitalista. Os fundamentos aqui analisados revelam a íntima relação entre divisão social do trabalho e sua correspondente racial, e os dados do Estudo das Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) confirmam a posição subalterna do negro

na nossa sociedade e os rebatimentos dos mecanismos estruturais de preconceito e barragem social dessa população em diversos aspectos da vida social.

A pesquisa citada indica que, a partir da linha de pobreza monetária proposta pelo Banco Mundial, a proporção de pessoas pobres no país era de 18,6% entre os brancos e praticamente o dobro entre os pretos (34,5%) e entre os pardos (38,4%). Em se tratando de desocupação em relação ao trabalho, os índices são de 11,3% para pessoas brancas, 16,5% para as pretas e 16,2% para as pardas; e quanto à subutilização os dados são de 22,5%, 32% e 33,4%, respectivamente, demonstrando a significativa desigualdade racial no âmbito do trabalho que resulta, entre outros elementos, na profunda insegurança de trabalho e renda para as pessoas negras (pretas e pardas) no país, cujo rendimento médio, de R\$1.764 para os pretos e R\$1.814 para os pardos permanece muito abaixo da média dos trabalhadores brancos, que chega a R\$3.099. Ainda na esfera do trabalho, a desigualdade racial também se manifesta nos dados sobre a ocupação nos cargos de gerência. Mesmo sendo um país em que na população ocupada 53,8% das pessoas são negras, pretos e pardos estão presentes em somente 29,5% dos cargos gerenciais em 2021, enquanto a população ocupada branca (45,2%) é sobrerrepresentada neste indicador, em 69% dos cargos gerenciais. A pesquisa ainda afirma que a proporção de pessoas negras nesses cargos decai conforme aumenta o rendimento, evidenciando quão efetivo é a herança escravista do enquadramento social em função da raça.

Além da esfera do emprego e da renda, o Estudo do IBGE (2022) apresenta dados em diversas áreas, tais como educação, condições de moradia e patrimônio, saneamento básico, participação e gestão na política institucional e violência, e em cada um desses campos, revela-se a desigualdade social no Brasil segundo o critério de raça. Assim, destacando alguns dados relevantes, têm-se que um dos aspectos do patrimônio é o que se refere à relação entre cor ou raça e propriedade da terra. Nos casos em que o produtor é proprietário da terra, 48% dos produtores são brancos, 42,7% pardos e 7,9% pretos. Já onde o produtor não era proprietário da terra, os brancos correspondem à 34,5% dos produtores, os pretos 10,5% e os pardos são 52,1% do total. Com base nisso, observa-se que conforme se enegrece a

cor do produtor, menores são os índices de participação na divisão do trabalho enquanto proprietário, sendo que a participação dos negros (pretos e pardos) constitui maioria de 62,6% como produtores na condição de concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, arrendatário, parceiro, comodatário, ocupante e os produtores sem área. Como já abordado nas páginas anteriores, o meio agrário representa uma área de significativa desigualdade racial como reprodução do racismo no Brasil, legado de nossa formação social escravocrata e que não logrou ações efetivas de transformação das estruturas sociais de perpetuação da exploração racial no trabalho.

Portanto, a confirmação e reatualização das contradições principais de nossa formação erguida sob o trabalho escravo nos marcos de um capitalismo predatório e periférico são aspectos latentes no que tange às relações raciais com rebatimentos presentes na sociabilidade contemporânea, reafirmando a necessidade de que se conheçam as bases com que tais contradições se reproduzem.

O desenvolvimento capitalista não ocorre sem que também sejam criados mecanismos ideológicos que subsidiem a atuação prática das classes e que forneçam respostas aos indivíduos na sua reprodução cotidiana complexa e permeada por conflitos de ordem econômica, política, religiosa e cultural. É, por isso, imprescindível que sejam compreendidas as determinações que objetivam esse desenvolvimento econômico e que fazem com que os homens realizem sua participação na vida social conforme as ideologias das quais lançam mão, o que não raramente se dá com a incorporação das ideologias das classes dominantes, dentre elas a religião conservadora. Nesse sentido, a religião se materializa como resposta dos seres sociais em comunidade aos principais dilemas dados na realidade por eles vivenciada: a abolição da escravatura e a incorporação dos negros na sociedade, a urbanização e industrialização, a precariedade da vida, do trabalho e do salário, dentre tantos outros.

Até aqui, fundamentamos a compreensão acerca do que é a ideologia e de como suas formas – política e religião – se constituem enquanto momento ideal da ação do ser social, esse ser que responde às questões que lhe são postas em sua reprodução. Com as ideologias, o ser social opera um outro tipo de objetividade, a objetividade social, que vai além daquela restrita à

interação homem natureza – o trabalho, cujo lócus reside no pôr teleológico, na característica exclusivamente humana de movimentar a realidade a dispor de sua necessidade, quaisquer que sejam. Nessa etapa, nossos esforços se deram na tarefa de conhecer essa realidade, quais são suas determinantes principais, quais os elementos e questões gerados nessa realidade, que demandam e provocam no ser social a construção e utilização de suas ideologias, que não são despertadas por pura ideia ou vontade, mas que possuem objetividade material expressa na base estrutural da sociedade na qual se reproduzem.

No próximo tópico, o desafio consiste em utilizarmos de uma situação social concreta, no caso, a Reforma Trabalhista de 2017, para visualizar como os sujeitos, identificados a partir da religião e inseridos na política institucional, lócus mais visível de operação dessa forma de ideologia, compreendem e respondem à essa situação em si. Enquanto fazem isso, enquanto operam sua tarefa legislativa, os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica sinalizam quais ferramentas ideológicas lançam mão para analisar e justificar os termos que envolvem essa situação histórica, construindo e movimentando a história e o desenvolvimento social geral, a partir de seus pores teleológicos singulares, conforme explicamos na primeira etapa da pesquisa. Vejamos agora o que tais participações demonstraram em termos de componentes ideológicos.

4. Ideologia, Religião e Política: a Frente Parlamentar Evangélica na Reforma Trabalhista de 2017

A análise da ideologia religiosa que incide na política não pode dispensar o exame das determinações estruturais e conjunturais relacionadas à sociedade a qual se pretenda compreender. Conforme demonstrado no primeiro capítulo, a religião constitui-se enquanto forma ideológica, expressão do conteúdo ideal/subjetivo que compõe a ação material/objetiva dos homens em sociedade. Fornecendo explicações, justificativas, punições, e exercendo controle através do medo, a ideologia religiosa persiste há séculos ao longo dos diversos momentos do desenvolvimento humano e social, e segue preservada através da sociabilidade estranhada que lhe oferece as condições de reificação das relações sociais. Nessas condições, a religião realiza-se como instrumento no qual os homens e mulheres reconstróem a universalidade do gênero, perdida em meio aos processos cotidianos reificados que perpetuam os estranhamentos sociais.

Por meio da religiosidade, as características, natureza, expectativas e medos humanos são projetados em seres e lugares. Do além: deus, diabo, céu, inferno; desse modo a função social como ideologia se dá também como ser existente, não apenas como ideia, o que também lhe confere o caráter de estranhamento. Assim, a religião persiste na sociedade enquanto uma dupla ideologia, pois, além de possuir função na objetividade social, também subsidia os mecanismos de estranhamento que constituem essa própria objetividade.

No caso brasileiro, é imprescindível a busca pelos determinantes de nossa formação social, como foi o intento do capítulo 02, no sentido de captar quais aspectos do real se constituem como elementos intrínsecos e indispensáveis da análise crítica da sociedade brasileira dentro de sua especificidade nas dinâmicas de reprodução do capital. Tal esforço se faz necessário tendo em vista a concepção Marxiana, mais elaborada por Lukács (2011) – vide capítulo 01 – acerca da política e da religião, na qual ambas consistem esferas da ideologia que compõe a superestrutura do capital, fornecendo-lhe justificativa, instrumento e legitimação de mecanismos de perpetuação do *status quo* e de ferramenta para a consolidação e reprodução do capitalismo e, para além disso, significa também como espaço de autorrealização do ser, de autoidentificação de grupos e que também se realiza

como manifestação e também apelo contra a miséria real, é o anestésico do povo em meio ao cotidiano alienante (Marx, 1993).

A função social cumprida pela religião possui raízes históricas nos fundamentos ontológicos dessa forma de ideologia, presentes na formação e vida social do país. A realidade brasileira no desenvolvimento do capitalismo hipertardio, além da herança ibérica, fornece as bases das construções ideológicas que surgem como resposta das classes sociais e dos indivíduos aos dilemas que são dados na reprodução social da vida, sob os contornos dos aspectos principais que constituem o país enquanto nação, especialmente no âmbito do trabalho, sob o qual nos debruçaremos.

Seguimos neste capítulo ao estudo de uma situação particular (porém não isolada) da conjuntura recente do país, a saber, a Reforma Trabalhista instituída a partir da Lei 13.467/2017 baseada no PL 6787/2016. Nosso interesse é analisar, a partir de uma situação social concreta, como se caracteriza a atuação parlamentar dos evangélicos na política institucional do Brasil, organizados a partir da chamada Frente Parlamentar Evangélica, em se tratando de um tema que não abarca os tradicionais ativismos da religião na política como a moral e a sexualidade. Tal enfoque se justifica pela necessidade de entender o conteúdo ideológico presente na ação política desses deputados, que, em menor ou maior grau (dada a heterogeneidade de composição da Frente) engajam o movimento evangélico tradicionalmente no âmbito moralista. Porém tal engajamento, de maior visibilidade, não resume totalmente a participação dos evangélicos na política no Brasil, sendo importante captar sob quais tendências e inclinações ideológicas esse grupo social, representado nos parlamentares, se movimenta e vota as grandes questões econômicas do país, mais especificamente, a Reforma Trabalhista em 2017.

A Veja Brasil publicou reportagem na edição do dia 21/07/2023⁸, em que traz dados significativos a respeito da expansão religiosa quantitativamente e quanto à sua expressão na política brasileira, e indica que apesar de o grupo de evangélicos ser heterogêneo, a vertente conservadora é a que mais influencia a política. A expansão evangélica indica uma “transição religiosa”,

⁸ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2851>.

processo em que o Brasil passa de um país com maioria católica (na década de 1940 eram 95% contra 2,7% de evangélicos) para uma nação cuja população é majoritariamente evangélica em 2032, sendo que no Censo de 2022 a estimativa para a divulgação total dos dados é de aproximadamente 30% da população. De acordo o texto, “o alargamento da base social evangélica impulsiona o seu poder político” (VEJA, 2023, s/p).

Na 55ª Legislatura (2015-2018), a Frente Parlamentar Evangélica contava com 199 deputados federais. Essa Frente exerce grande influência no que é votado e aprovado na casa legislativa brasileira, e tem atuado historicamente não apenas no sentido moralizante, para limitar as pautas que vão na contramão da chamada agenda conservadora, como por exemplo a legalização de jogos ou a descriminalização do aborto e da maconha. Para além, o movimento evangélico na Câmara dos Deputados trabalha principalmente na obtenção de benefícios financeiros como isenção de impostos para templos e até para bens protocolados de pastores; nas articulações para a aprovação ou rejeição de medidas econômicas e sociais que afetam o cotidiano da população, bem como atua nos grandes momentos da política nacional, como o impeachment de 2016 por exemplo, no ano anterior à aprovação da Reforma.

Essa atuação não se dá de forma abstrata, mas é correspondente à base social e de classes que a sustenta, como os grupos empresariais evangélicos e as grandes famílias que entrecruzam o ministério eclesiástico com as propriedades pessoais. A Frente também é representativa, principalmente nos discursos, do movimento evangélico crescente que se manifesta em eventos de rua como a “Marcha pra Jesus”, nas redes sociais através dos chamados influencers cristãos, além da música e cultura em geral como rádio e TV. Em suma, a Frente Parlamentar Evangélica, apesar de se tratar de um grupo bastante diverso (nem todos os deputados pertencem à uma igreja ou comunidade evangélica, nem é verificada em sua trajetória política ou pessoal prática protestante ou atuação em bases comunitárias de fé; alguns apenas se associam visando trocas de apoio político às próprias pautas e às de seus partidos, seja em assuntos morais ou econômicos), possui legitimidade institucional e efetiva para orientar e influenciar as grandes

decisões que passam pela Câmara, exercendo peso decisivo no que é legislado no Brasil.

A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) é um agrupamento de deputados e também senadores, fundada oficialmente em 2003, embora a participação ativa de parlamentares evangélicos organizados na chamada bancada evangélica é notável desde os tempos da constituinte, em 1986 (Trevisan, 2013). No período da redemocratização, nomes como a deputada Benedita da Silva (PT), única mulher pentecostal e negra, da Igreja Assembleia de Deus, e o deputado Lysâneas Maciel (PDT), presbiteriano, além de outros parlamentares, atuavam incentivando seus pares da bancada evangélica a se juntarem na defesa dos direitos sociais. Houve, porém uma curva acentuada à direita na maior parte de seus membros, que se reflete por exemplo nas votações do impeachment de Dilma Roussef em 2016, e na Reforma Trabalhista em 2017; em que 79% dos deputados da FPE foram pela deposição da presidente eleita, e 52% aprovaram a nova regulamentação do trabalho no Brasil (Serrano, 2020).

Traçando um panorama geral acerca desse agrupamento protestante do legislativo nacional, o mesmo existe desde 2003 como uma organização mais sistemática de parlamentares a partir da bancada evangélica que já atuava desde a constituinte. Porém, por ainda possuir pouca expressão numérica quando da sua fundação, somente em 2015 a FPE é oficializada na Câmara dos Deputados por publicação no Diário Oficial. Na 55ª Legislatura, 199 deputados federais compõem a FPE, que até a Legislatura anterior contava apenas com 75, evidenciando o crescimento exponencial deste “setor” no legislativo. Do total de deputados eleitos para a Casa, 38,79% eram associados à Frente, que contou com um de seus membros exercendo a Presidência da Câmara até julho de 2016: Eduardo Cunha (PMDB/RJ). O parlamentar carioca era orgulhosamente conservador, inclusive declarando-se assumidamente contra projetos de tom progressista, o que efetivamente se cumpriu na agenda e na condução das pautas nessa Legislatura, expressamente regressiva em relação aos direitos sociais. Como exemplo temos a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 171, posta por um deputado pastor da Assembleia de Deus e que trata acerca da redução da maioria penal; e o Projeto de Lei (PL) 6.583/2013 de um membro da FPE, o

chamado Estatuto da Família que classifica como família somente a união entre um homem e uma mulher (Serrano, 2020).

De maneira humilde e sem pretensões de esgotamento do tema, que ainda segue latente e em curso na sociedade contemporânea, esta pesquisa visa verificar qual a ligação entre a base material e forma ideológica que compõe o substrato religioso no legislativo brasileiro, dentro de um contexto determinado, a saber, o que concerne no trâmite do PL 6787/2016, que deu origem à Lei 13.467/2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras leis correlatas, produzindo mudanças significativas e intencionais nessa esfera concreta e central da vida social. A pergunta raiz deste objetivo pretende se aproximar, ainda que com limitações, de um entendimento a respeito da atuação evangélica na política brasileira para além do campo moralista, sua face mais visível, buscando compreender sua participação no campo do trabalho, base da economia e do capitalismo como modo de produção, especialmente em uma nação com raízes fincadas na via colonial, na escravização, na dependência econômica e na opressão em suas mais diversos matizes.

Para tanto, foi realizada pesquisa documental com os registros das notas taquigráficas da comissão especial instituída em 09/02/2017 na Câmara dos Deputados para emitir parecer ao então Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo, que “altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências”, que culminaria na Lei 13.467/17; e também da votação em plenário. As notas são os registros dos discursos e falas que ocorrem durante as sessões no plenário ou nas reuniões de comissões na Câmara dos Deputados, escolhidas como fonte de pesquisa por se tratar de dados primários que apresentam, na íntegra e com autenticidade, as falas e posicionamentos levantados pelos parlamentares no legislativo durante os debates oficiais da Reforma Trabalhista em 2017.

Foram analisadas as participações dos deputados membros da comissão especial, vinculados à FPE e/ou que tiveram falas expressivas relacionadas ao objeto da pesquisa, buscando captar nesses discursos que

elementos aparecem concernentes às perspectivas ideológicas que subsidiaram as participações. No total, a comissão especial encaminhada do parecer à PL 6787/16 tem no site da Câmara dos Deputados vinte e uma notas taquigráficas registradas, uma para cada reunião e/ou assembleia contando também com a participação de juristas e representantes de entidades do direito do trabalho, das organizações sindicais, de associações e federações de categorias empresariais e de trabalhadores, e membros da sociedade civil em geral. O trabalho de análise realizou-se pela leitura desse material na íntegra e de buscas no portal online da Câmara dos Deputados, bem como em outros sites e portais para identificação e localização dos parlamentares que compõem a FPE. As falas trazidas em citações diretas contêm a identificação do parlamentar que as proferiu, da Nota Taquigráfica (NT 09, por exemplo), e da paginação em que pode ser localizada a fala em cada NT, todas disponíveis no site da Câmara dos Deputados.

O procedimento metodológico consistiu em investigação nas notas taquigráficas realizando destaques de trechos no texto, buscando identificar as formas ideológicas presentes e subsidiárias nas falas de membros da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (FPE), a partir de nomes coletados na listagem no site da Câmara dos Deputados com base nos parlamentares eleitos em 2015 e que faziam parte do grupo na ocasião do trâmite do PL, que continha um total de 198 deputados. É importante mencionar que não necessariamente todos esses congressistas participaram da comissão especial, que pela sua natureza na Câmara possui um número limitado de membros; bem como nem todos eles tiveram seus discursos encontrados nas notas da Votação, o que não descarta suas possíveis participações para aprovação do PL (que teve na bancada evangélica uma importante âncora), haja vista que as Frentes Parlamentares se relacionam entre si na troca de influências e votos nas tramitações de seus interesses, além do fato de que nem todos os deputados vinculados nominalmente à FPE participavam dela ativamente.

A análise das notas taquigráficas pretendeu subsidiar empiricamente o fundamento teórico trabalhado no primeiro capítulo, que apresenta as constituições de política e religião como formas ideológicas; além de também possibilitar um retrato limitado de como essas categorias são pensadas e

expressas pelos parlamentares evangélicos. É importante dizer que tal retrato não visou representar a perspectiva evangélica “em geral”, no que concerne à religião e à política brasileiras; antes disso, o desafio e o objetivo foi demonstrar como pensam e argumentam os sujeitos eleitos, em grande parte pelo público evangélico, no que tange aos grandes momentos da política nacional, que definiu os rumos do trabalho e que afeta milhares de seus eleitores, majoritariamente trabalhadores.

Desse modo, nos limites de capacidade, tempo e condições concretas de realização, o capítulo que se segue faz, primeiro, apontamentos acerca uma contextualização geral do momento em que o país estava enquanto ocorria o trâmite da Reforma Trabalhista, recuperando brevemente seus antecedentes e o quadro econômico e o político geral. A análise se dá em duas vias principais: na primeira, são trazidas falas diretas de parlamentares extraídas das notas taquigráficas, e visa apresentar e destacar discursos que explicitem as opiniões e participação destes sujeitos, os principais termos, concepções, argumentos e conexões ideológicas apresentadas; na segunda então é tentado um trabalho de aprofundamento destes elementos identificados como destaques nas participação parlamentar da FPE, buscando compreender as perspectivas de sociedade, economia e/ou trabalho a partir da realidade que serve como chão concreto do qual se erguem/são edificadas as ideologias e seus entrecruzamentos, como no caso da religião e da política.

Compreende-se a escalada evangélica de maneira associada ao contexto de desmonte dos direitos do trabalho que fundamenta essa ofensiva conservadora para além de seu tônus moralizante mais aparente, por meio da qual ofuscava-se o conteúdo e a dimensão dos processos econômicos que afetavam diretamente a vida do trabalhador.

Foram diversas as ofensivas conservadoras postas em pauta no momento em que os evangélicos assumiam não só a Presidência da Casa, mas também legitimidade e influência políticas determinantes para cruzar as ideologias da religião e da política. Boito Jr. (2018) cita a derrota do Governo no contexto destas eleições para a Presidência da Câmara, em 2015, na qual Eduardo Cunha (PMDB/RJ) venceu o candidato petista Arlindo Chinaglia (SP). Para o autor, o fato representou um declínio do regime presidencialista brasileiro, no qual o executivo exerce controle sobre o legislativo. Tal declínio

traduziu um dos aspectos da crise existente no segundo mandato da então presidente: a instabilidade política, intensificada “pelas forças neoliberais, mas também pela resistência ao ajuste fiscal e pela guerra declarada pela bancada evangélica e conservadora contra os movimentos feminista e LGBT.” (Boito Jr., 2018, p. 220).

O contexto da Reforma Trabalhista de 2017 sucede o que Boito Jr. (2018) denomina como crise do programa neodesenvolvimentista, termo utilizado para caracterizar o perfil político e econômico dos governos do PT iniciados em 2003 com Luís Inácio Lula da Silva e finalizados em 2016 com o impeachment de Dilma Rouseff. O neodesenvolvimentismo consiste, segundo o autor, no “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico” (Boito Jr., 2018, p. 57), na quadra histórica da espoliação do Estado pelo capital financeiro e especulativo, diferentemente do desenvolvimentismo que caracterizou a industrialização brasileira no século XIX. A diferenciação entre esses dois momentos do capitalismo brasileiro, conforme entendido por Boito Jr. (2018, p. 58), se dá em três aspectos principais, sumariamente: a) os índices de crescimento econômico são menos expressivos em razão das limitações impostas pelo tipo da acumulação financeira neoliberal – através da dívida pública e do juro elevado; b) ocorre uma especialização regressiva, em que o aporte tecnológico regride e é concentrado nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários e de exploração de recursos naturais, ou aqueles industriais de baixa densidade tecnológica; e, por fim, c) o modelo econômico é voltado mais intensamente ao mercado externo e à exportação, o que é estimulado pela histórica reconcentração de renda e abertura econômica. Sem pretensão de nos determos nas divergências entre o desenvolvimentismo que protagonizou o salto de acumulação capitalista no passado e a maneira com que o sistema se reproduz hoje, tais elementos são importantes, para o objetivo da pesquisa, tão somente para contextualizar o quadro econômico e político que antecedeu o impeachment de 2016 que, como veremos a seguir, alavancou o cenário de desmonte dos direitos do trabalho no Brasil.

Outro elemento de análise interessante, trazido por Boito Jr. (2018), diz respeito à leitura acerca das frações de classe no interior da burguesia no Brasil. É importante destacar que à medida que se complexifica o modo de

produção, seus determinantes, mecanismos e engrenagens, e a forma da particularidade exercida nos países a ele integrados, também se complexificam as composições das classes fundamentais, burguesia (capital) x proletariado (trabalho). Nessa perspectiva, nem a classe do capital nem a classe do trabalho constituem blocos homogêneos, iguais, identificados completamente entre si quanto aos interesses e posições nas relações e no ciclo da acumulação.

O autor identifica duas frações principais que exercem maior influência na dinâmica política e econômica do país. A chamada grande burguesia interna, que reúne a grande burguesia industrial e do agro voltada para exportação, e outros setores variados envolvendo bancos, construção civil e outros, sendo uma fração heterogênea que se unifica a partir da disputa com o capital financeiro internacional pelos fundos da acumulação, já que teme ser absorvida pelos grandes grupos que representam este capital no exterior. Em razão deste temor a fração da grande burguesia interna depende da ação estatal no sentido protetivo, incorporando em sua atuação econômica uma adesão restrita ao neoliberalismo e ao imperialismo, que o autor chama de “imperialismo com limites”, temendo a abertura comercial e o investimento interno de capital estrangeiro, com o qual não pode competir. De acordo Boito Jr. (2018, p. 66), os grandes industriais e o setor do agronegócio, os mais importantes dessa fração burguesa, têm aderência somente à

política social do neoliberalismo: desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes nos direitos sociais – nas áreas de saúde pública, previdência pública e de educação. Porém, relutavam em aceitar ou mesmo se opunham à aspectos importantes da política econômica do neoliberalismo: rejeitavam a política de abertura comercial, que ameaçava o mercado cativo criado pelo desenvolvimentismo para a indústria local, e procuravam manter posições de força que tinham conquistado no capitalismo brasileiro, as quais eram ameaçadas pelas reformas liberais.

A outra fração da burguesia que compõe o poder burguês no Brasil no contexto da Reforma Trabalhista em 2017 é a que Boito Jr. (2018) denomina como grande burguesia compradora, composta pelo grande capital financeiro internacional e pelos grandes bancos nacionais e outros ramos que se beneficiaram das pressões impostas pela implementação do modelo

capitalista neoliberal no Brasil, a partir de 1990. Essa fração tem no neoliberalismo a satisfação de seus interesses, especialmente na política econômica de abertura comercial ampla: facilitando a importação de produtos industriais dos países centrais e também os investimentos de capital estrangeiro em áreas de atuação de empresas estatais ou de capital nacional, além das pressões para a incorporação no ramo do capitalismo financeiro, especialmente no tocante à criação de legislação favorável à especulação rentável da dívida pública. Nesse interesse, diversos grupos nacionais e internacionais cresceram seus investimentos e sua participação na acumulação, tais como empresas aliadas ao capital externo atuando nos leilões das estatais, empresas comerciais voltadas à importação, empresas das áreas de saúde e educação e outros setores industriais internacionalizados que se adaptaram à política neoliberal de abertura de mercados.

Essas são as caracterizações gerais das duas principais frações que constituem a burguesia no Brasil, e o elemento central de distinção entre elas é, precisamente, a posição quanto ao imperialismo no quadro do neoliberalismo particular do capitalismo brasileiro, nos termos do autor (Boito Jr., 2018),

A grande burguesia compradora tem interesse na expansão quase sem limites do imperialismo, enquanto a grande burguesia interna, embora esteja ligada ao imperialismo e conte com a sua ação para dinamizar o capitalismo brasileiro, procura impor limites àquela expansão (Boito Jr., 2018, p. 64).

Nesse desenho de classe, nos anos após a redemocratização a economia política brasileira orientou-se por priorizar os interesses da fração compradora do capital, na dinâmica do neoliberalismo no país, inclusive durante o chamado neodesenvolvimentismo. No entanto, o ponto de fusão dos interesses das distintas camadas da classe dominante consiste especificamente no que tange ao desmonte dos direitos sociais e do trabalho, que aumentam a apropriação da riqueza e intensificam a exploração da força de trabalho brasileira.

Em suma, tais contribuições do autor trazem a análise das principais frações da classe dominante no Brasil, bem como dos interesses econômicos dispostos no plano das relações sociais no país e que sem dúvida influenciam

diretamente as dinâmicas políticas e, mais especificamente, as relações de trabalho.

De maneira mais ampla e considerando a natureza particular do capitalismo brasileiro, e sob os reflexos de sua formação histórica de via colonial, Arbia (2017) nos fornece um panorama mais profundo, ainda que não seja nosso objetivo na presente pesquisa nos determos neste aspecto, acerca dos elementos necessários para a compreensão do recente desmonte dos direitos do trabalho no Brasil.

A Reforma Trabalhista de 2017 se insere num quadro mais amplo da conjuntura nacional, que pode ser analisado com o argumento trazido por Fernandes (2008) da dupla articulação dependente. Nessa perspectiva, articulam-se elementos particulares conjunturais e estruturais da sociedade e do capitalismo brasileiro. Do ponto de vista da estrutura, a via colonial de constituição do modo de produção capitalista no Brasil imprimiu nessa formação aspectos fundamentais oriundos de seu modo enquanto colônia de exploração, como a produção de baixa tecnologia voltada para alimentação dos sistemas nos grandes centros; uma classe burguesa, graças à dinâmica própria das condições estruturantes, incapaz de alavancar um capitalismo autônomo; e o terceiro aspecto, determinante para o âmbito do trabalho: a intensificação, em níveis cada vez mais intensos, da exploração do trabalho como mecanismo de compensação para a produção tecnologicamente deficitária e dependente. Esses fatores são fundamentais no *ethos* da economia brasileira, que ao longo de sua história passou por processos de modernização de forma cíclica, pelos chamados “milagres econômicos”, “frutos virtuosos do realinhamento dependente realizado por direções políticas autocráticas” (Arbia, 2019, p. 14).

Na particularidade da dupla articulação dependente que concilia a ampliação da exploração em um quadro de retração mundial com a espoliação massiva da força de trabalho como “solução” à debilidade de nosso capitalismo se reproduzir autonomamente, a cada esgotamento de ciclo de acumulação (*modus operandi* do capitalismo brasileiro) são reificados os mecanismos de ampliação dessa exploração do trabalho, realinhando, na forma política típica da autocracia burguesa, o caráter dependente. Nesses processos, o ritmo e a forma da acumulação ditam ações – em muito levadas a cabo pelo Estado em razão da debilidade da burguesia no país, devido ao seu gene colonial –

voltadas para a aceleração e realização do ciclo de capital, e prorrogação dos lucros e da acumulação em geral.

No exemplo de 2016, analisado pelo autor, a recessão econômica se coloca a partir da incapacidade do governo Dilma, e da própria economia nacional, de produzir mecanismos de manutenção da acumulação e de promoção de um novo ciclo, ainda que, como praticado historicamente, pautado nos “milagres econômicos”, que não tocam nem alteram as determinações de subalternidade herdadas geneticamente da via colonial.

No período anterior à Reforma Trabalhista (RT) uma série de fatores condicionou essa tentativa de recuperação e ampliação da acumulação capitalista, representada na própria reforma. Arbia (2017) traz aspectos da conjuntura que indicam o esgotamento do ciclo de acumulação do período anterior, denominado “superciclo das commodities”, e que também forjaram o desmonte dos direitos do trabalho no Brasil. Tal esgotamento se dá como parte dos efeitos da crise de 2008/2009, que promoveu impactos negativos nos custos relacionados a energia, alimentação e educação, e impactaram os sistemas econômicos nacionais como um todo.

De acordo com o autor, alguns dos principais elementos que internacionalmente estruturam a recessão que antecede a Reforma trabalhista no país são:

crise de 2009 e seus efeitos tardios no Brasil, a partir de 2015; recessão econômica mundial sem sinais claros de recuperação; volatilidade do sistema financeiro e pilhagem dos mercados pelo grande capital especulativo, sem que os Estados-Nacionais mostrassem capacidade de oferecer resistência sistemática; IV revolução industrial; expansão das dívidas de praticamente todos os Estados-Nacionais (Arbia, 2017, p. 42).

Para isso também confluem fatores midiáticos e políticos, além de instabilidades e frustrações quanto à posição social e poder de consumo da chamada classe média, decepcionada quanto às expectativas de padrão de vida e desorganização do status e hierarquia sociais, e também das classes populares, frustradas com a instabilidade econômica após anos de boom na acumulação refletidos nas possibilidades de emprego e renda. Os elementos políticos são sinalizados desde meados de 2013, nas chamadas Manifestações de Junho, que surgiram com pautas relacionadas ao transporte urbano e

caminharam cooptadas por setores da direita, direcionadas para o ataque ao PT, ao governo Dilma, à política e à democracia, sob o discurso anticorrupção e “contra tudo que está aí” (Arbia, 2017, p. 11); soma-se também o contexto instável nas rodovias com as manifestações dos caminhoneiros em 2015, e também contra a realização da Copa do Mundo FIFA em 2014 e das Olimpíadas do Rio em 2017. Além disso, como citado pelo autor e algumas páginas atrás, a “inabilidade política da presidente Dilma [...] e as investidas espetaculares da operação Lava-Jato” (p. 14 e 15); o ritmo arrastado da gestão da crise e das reformas historicamente necessárias ao país compõem nesse quadro fatores sociais e políticos que constroem no país um cenário de profunda instabilidade.

Em outro trabalho, Arbia (2020) reflete acerca da compreensão de que estaríamos diante do fim da “Nova República” e seu correspondente período da Constituição Federal de 1988 enquanto possibilidade viável de manutenção de um Estado de Direito, ainda que dentro das limitações particulares “de um país que, tendo a heterodeterminação como permanência, nasce colonial, desenvolve-se dependente e amadurece periférico, o que o torna especialmente frágil frente aos ventos errantes da economia mundial” (Arbia, 2020, p. 593). Essa hipótese é erguida no trabalho do autor a partir do argumento de que a “Nova República” sucumbiu por frustrar as expectativas das classes para as quais a perspectiva de conciliação fundamentou inclusive a própria Lei Maior:

por um lado, mostrava-se incapaz de promover – no âmbito de sua institucionalidade adstringida – melhores condições de vida aos setores do trabalho; por outro, incapaz de remover os obstáculos para a expansão econômica, de natureza muito mais estrutural (da condição periférica nacional) que propriamente política (Arbia, 2020, p. 594).

Com a liberalização empreitada por Fernando Henrique Cardoso, foram já repostas as limitações da economia brasileira dado que nem todas essas camadas da classe do capital seriam beneficiadas nesse processo, como por exemplo, no fato de que a financeirização, ao passo que favorecia a entrada de capital externo e ampliava os ganhos do capital financeiro e especulativo, também se apropriava de recursos orçamentários sob a forma de títulos da dívida pública, que em tese seriam destinados para expansão

econômica, investimentos em infraestrutura e subsídios aos capitais com maior dependência da “mão invisível do mercado” (Estado) para realizar o ciclo de acumulação.

O declínio da “Nova República” se coloca mais concretamente com os governos Lula e com o neodesenvolvimentismo com um “duplo padrão” de política econômica com incremento da financeirização e hegemonia do capital externo, exportação de commodities e, no âmbito da classe do trabalho, das políticas e programas de transferência de renda. Nesse plano econômico, as privatizações de monopólios estatais, abertura de concessões e parcerias público privadas (as mais notáveis no campo da saúde e educação, por exemplo), além das investidas desreguladoras do trabalho, expressam as medidas tomadas visando equacionar a dívida pública. O neodesenvolvimentismo então aponta ganhos aparentes e a curto prazo: para o capital lucro financeiro e expansão com equilíbrio fiscal e monetário; para o trabalho retomada nas taxas de empregabilidade e políticas redistributivas. Porém, como a história e as análises demonstram, a tentativa de agradar a dois senhores não vingou, e as dificuldades da política econômica petista com relação à reconversão do capital acumulado em rotatividade e expansão do ciclo de acumulação dificultaram as transformações do PIB em investimento, além do endividamento crônico que barra a expansão econômica a longo prazo, dadas as “questões estruturais mal resolvidas” (Arbia, 2020, p. 593).

Refém dos ditames internacionais e neoliberais para o desenvolvimento nacional, “parcela da burguesia vê agora na liofilização do Estado – e na incineração da CF88 – a única saída para uma autêntica liberalização do Brasil, único caminho capaz de promover o crescimento econômico” (Arbia, 2020, p. 595), e é nesse quadro que se insere a Reforma Trabalhista de 2017, um produto de um contexto mais amplo, mas que surge quase imediatamente após a derrocada da esperança politicista da esquerda brasileira que via na institucionalidade a tranquilidade e estabilidade da democracia.

4.1. Evangélicos no Brasil

Os protestantes traçaram uma trajetória interessante na história brasileira, desde a maneira como lidavam e apareciam na sociedade em geral

ou “secular”, como denominam, até a forma como compreendem e interagem com o dinheiro ou a política. A este respeito, Balloussier (2024) traz uma rica perspectiva que nos orienta a enxergar esse grupo para além de pré-noções. Na obra “O Púlpito – Fé, poder e o Brasil dos evangélicos” (Balloussier, 2024) a autora realiza uma apresentação das perspectivas evangélicas acerca de temas relevantes como empreendedorismo, política e dinheiro, a partir de figuras importantes do cenário protestante no país, incluindo Silas Malafaia, pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e Sóstenes Cavalcante⁹, pastor também assembleiano e deputado federal carioca atualmente do Partido Liberal (PL), que trabalhou ativamente pela aprovação da Reforma Trabalhista de 2017, sob a legenda do DEM/RJ, e que votou a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Além destas e de outras grandes figuras evangélicas no cenário nacional, a autora também apresenta o ponto de vista de pessoas desconhecidas que compõem essa população e expressam o imaginário geral dos evangélicos acerca de temáticas presentes no cotidiano e nos embates nacionais. Na presente pesquisa, utilizamos da obra de Balloussier (2024) para trazer alguns de seus apontamentos, os quais nos auxiliam no entendimento a respeito da ideologia religiosa que se espalha massivamente na vida social brasileira.

Uma importante contribuição da autora está em desmistificar o uso da sociologia weberiana para justificar a gana pelo lucro e usufruto de bens materiais. Balloussier (2024) explica que *A ética protestante e o espírito do capitalismo* pouco ou nada tem a ver com a sanha do evangelicalismo contemporâneo em acumular e usufruir das riquezas dessa terra. Na obra do início do século XX, o sociólogo Marx Weber traça paralelos entre o pensamento de Benjamin Franklin, americano que na primeira metade do século XVIII dava conselhos para se tornar “saudável, rico e sábio” evocando

⁹ Este é o mesmo deputado que, em 2024, é responsável pelo projeto de lei que ficou conhecido como “PL do estupro” ou “PL da gravidez infantil”. O [PL 1904/2024](#), ainda em debate em Grupo de Trabalho na Câmara, pretende equiparar o aborto antes de 22 semanas ao crime de homicídio, com pena de até 20 anos à mulher que o realizar em casos em que a gestação tiver viabilidade fetal, mesmo em casos de estupro. O projeto promoveu forte mobilização popular por estipular, se transformado em lei, que a pena para uma mulher vítima de violência sexual que resultar em gravidez, no caso em que aborte, será maior que a pena de seu agressor, já que o estupro chega à pena máxima de 15 anos de prisão, quando a vítima é menor de 14 anos. Por esse Projeto, um estupro só tem a pena equiparada à sua vítima quando seu ato culminar em morte da pessoa violentada.

um “tônus ético para sustentar o capitalismo” (Balloussier, 2024, p. 69). Esses conselhos eram postulados e tinham adesão na América construídos sobre as bases de princípios de algumas das maiores vertentes protestantes do período como calvinistas, presbiterianos e batistas, pois formularam uma espécie de “bússola ética” que direcionava as pessoas a focar no trabalho, procurar enriquecer e abdicar de prazeres e despesas fúteis. Tais premissas também eram encontradas nos textos de Richard Baxter, teólogo puritano século XVII estudado na obra weberiana, que repudiava o “gozo da riqueza, a ostentação, o luxo, o prazer carnal, o ócio e o sono excessivo” (Balloussier, p. 70).

Essa manifestação da ideologia religiosa do passado deve ser, no entanto, analisada conforme sua época, especialmente conforme a estrutura social que a sustentava, e sob este prisma, estas orientações de vida prática que guiavam o chamado evangélico histórico tinham como característica a premissa da pequena propriedade enquanto virtude e sinal de benção espiritual. Assim a autora também salienta que, para Weber¹⁰, estes princípios novos se comparados ao catolicismo, teriam influenciado o racionalismo econômico que alavancou a burguesia na história, evidenciando sua função social enquanto ideologia religiosa.

Essa ética protestante distancia-se em muito da realidade evangélica no Brasil, especialmente a partir do pentecostalismo mais recente

¹⁰ Sem intenção de tecer aprofundamentos, é importante citar a crítica a Weber feita em Mészáros (2004). Nela, o marxista húngaro argumenta que a teoria weberiana, cuja postura crítica é “genérica, superficial e socialmente vazia” (Mészáros, 2004, p. 214), se expande na segunda metade do século 20 em virtude das mudanças relevantes ocorridas no capitalismo e no modo de reprodução social como um todo, que passaram a exigir “exatidão científica”. Weber organiza a construção da objetividade científica, para justificar e resgatar do relativismo a própria atividade científica; e para isso ele exclui do pensamento científico o que ele chama de juízos de valor ou “visões de mundo”, incompatíveis com o “conhecimento factual”, e é nesse sentido que operam metodologicamente os chamados “tipos ideais”. Com isso, o pensamento weberiano exclui uma possível “articulação coerente e objetivamente viável das ‘visões de mundo’ e dos valores a ela associados sobre uma base coletiva e socialmente eficaz” (Mészáros, 2004, p. 215). A perspectiva teórica weberiana, que formata os termos da sua própria objetividade e validade científica, difunde-se em meio e em função do contexto do pós-guerra, e é articulada, na visão de Mészáros (2004, p. 216), “tendo em mente o socialismo como principal adversário” dado o “destino” do modo de produção do capital. O autor também destaca que para Weber o capitalismo constitui-se de modo insuperável, é a época do “desencantamento do mundo” e tudo tende a se tornar racionalmente explicável, diminuindo o espaço do inesperado, do novo e do mágico. A partir disso, compreende-se que tal perspectiva, alvo da crítica de Mészáros, aponta em sentido oposto ao que é verificado nas relações concretas. Nelas, o mágico ou o religioso não apenas permanece intensamente na dinâmica social, como também em seu espaço é operada a manutenção e expansão de elementos da lógica capitalista nessas relações, o que se evidencia, por exemplo, na Teologia da Prosperidade.

ou “neopentecostalismo”, na qual o sucesso material não é só buscado como também conquistado com a “benção de Deus” e como sinal dela: a Teologia da Prosperidade “assegura que é possível trazer para o plano terrestre o prometido show pirotécnico do fim do túnel” (Balloussier, 2024, p. 71). Nesse prisma, os evangélicos contemporâneos são guiados por grandes pastores e instituições a acreditar que a busca pelas bonanças financeiras não são algo a ser repellido nem um dos “sete pecados capitais” conforme a doutrina católica apresenta a chamada avareza. Em um dos exemplos trazidos pela autora citando o sociólogo Ricardo Mariano (2005), Edir Macedo Bezerra, fundador e líder de uma das maiores denominações evangélicas brasileiras e empresário proprietário do Grupo Record e da rede Record de televisão, aconselha “que o fiel vivesse ‘a vida abundante que Deus amorosamente deseja para você’, e preconizava que, para isso se materializar, ‘Deus deseja ser nosso sócio” (Balloussier, 2024, p. 193).

Ao contrário disso, a prosperidade é uma graça dada por Deus aos seus filhos que se dedicam em ofertar com benevolência na “obra do senhor” – nessa perspectiva, dizimar e doar para a igreja, desde a décima parte do trabalho até o carro próprio – e trabalhar duro para combater a “maldição” da miséria (como explica o bispo Robson Rodovalho da Igreja Sara Nossa Terra, de Brasília em Balloussier, 2024, p. 71). Na mídia televisiva, em rádios e mais recentemente também na internet, disseminam uma cultura que valoriza o empreendedorismo como alternativa corajosa daqueles que não aceitam a “pobreza como determinação de Deus para sua vida”, nas palavras do bispo Rodovalho, e evocam testemunhos com histórias de sucesso financeiro e bens materiais como galardão do crente fiel, estimulando outros a fazerem o mesmo. Por este aspecto que caracteriza a forma como a Teologia da Prosperidade influencia a compreensão e a participação econômica das pessoas evangélicas, é possível compreender essa doutrina que nasce na religião mas que tem instrumentalidade direta na vida social e na economia enquanto mais uma ferramenta ideológica do neoliberalismo, que por sua vez atua na responsabilização individual dos trabalhadores pelo seu sucesso ou insucesso nas finanças e na vida material em geral, na maneira como são ou não são prósperos (Balloussier, 2024).

Na obra que estamos utilizando, o tópico mais caro a este trabalho é aquele no qual a autora examina a política segundo os evangélicos que nela atuam institucionalmente no Brasil. Um destes nomes é Sóstenes Cavalcante, deputado federal atualmente no terceiro mandato, que teve falas expressivas no contexto da Reforma Trabalhista em 2017 e que tem um vínculo sólido com o pastor carioca Silas Malafaia, desde que ambos perderam a campanha para eleição do pastor Samuel Câmara, irmão do deputado Silas Câmara, à presidência da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil, a CGADB, em 2007, para o maior nome pastoral dessa denominação: José Wellington Bezerra da Costa. Após a disputa de poder evangélico, Sóstenes migrou para a igreja de Malafaia, Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e do pastor televisivo recebeu a proposta de se candidatar ao Congresso em 2014, em meio aos bons ventos que sopravam para a direita desde junho de 2013, e o agradeceu em tribuna quando nela subiu em fevereiro de 2015. Veremos seu nome aparecer com destaque nas próximas páginas desta pesquisa.

Outra importante figura política evangélica citada é Arolde de Oliveira, deputado bolsonarista que fez campanha contra o isolamento social, a “histeria” e o “pânico”, afirmando que “o Brasil não pode(ria) parar”; foi o primeiro parlamentar a falecer por complicações da covid-19 no Brasil. Arolde atuou desde a formação da primeira bancada evangélica no Congresso, em 1986, e assumiu papel significativo para o avanço dos interesses dos evangélicos no país. Na Constituinte, os trabalhos iniciaram nas subcomissões temáticas que deveriam apresentar uma proposta de projeto para aquele tema, e o deputado batista assumiu a presidência da subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, atuando, entre outros campos, na concessão de rádio e TV para as Igrejas. Balloussier cita ainda que, em 1987, a família de Arolde de Oliveira fundou a gravadora MK Music, que anos depois se tornaria o Grupo MK de Comunicação, um dos maiores do setor de comunicação no meio evangélico e no Brasil em geral.

O grupo compreende as empresas MK Music, MK Editora, 93 FM - Rádio Mundo Jovem (com transmissão no Rio de Janeiro), MK Shopping e os portais Pleno News e Som Gospel, e é conhecido por disseminar desinformação e por atuar como veículo de *fake news* e propaganda política da direita evangélica e de suas pautas, além de atuar favorecendo politicamente a

eleição de políticos evangélicos como Arolde de Oliveira e Jair Bolsonaro. Em 2017 foi apresentada pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF-RJ) uma ação civil pública contra a Rádio Mundo Jovem, identificando que esta teve o deputado Arolde de Oliveira em seu quadro de sócios de 1993 a 2011, o que está em desconformidade com a Constituição Federal que veta que parlamentares de “firmar ou manter contrato” com empresas utilitárias de concessão de serviço público, como o caso de veículos de rádio difusão. Apesar de ter passado sua parte na empresa para sua filha, Marina de Oliveira, cantora conhecida no meio gospel, Arolde permaneceu no controle da empresa e utilizando-se de seus canais para fins políticos, conforme apontado pelo MPF-RJ¹¹.

A atuação política do parlamentar demonstra, ao longo de sua longa trajetória política, que seus interesses políticos e religiosos se entrecruzaram e corresponderam ao crescimento do segmento gospel no país e da influência e participação dos evangélicos na política nacional, expandindo seu poder religioso e econômico, espraiando-se em diversas esferas da vida social. Seu exemplo não é isolado e expressa a lógica de pensamento que compõe a chamada *Teologia do Domínio*, a compreensão de que o crente precisa ocupar e conquistar “áreas sensíveis da sociedade, carentes da presença de Deus [...] antes que alguma alternativa nefasta se apodere deles” (Balloussier, 2024, p. 174, 175). Nessa perspectiva, a política é uma área privilegiada da atuação evangélica que, acreditando em sua superioridade moral a qualquer outro grupo social, se propõe a conquistar posições importantes no Estado, visando à adequação e limitação do sistema legal “dos homens” às leis e preceitos bíblicos. Sob essa narrativa a bancada evangélica tem se posicionado ao longo dos anos, mais visivelmente em pautas morais, porém não somente, tendo no processo da Constituinte o maior ponto de partida.

Um exemplo disso, trazido pela autora, está no trecho citado da obra *Plano de Poder*, publicada pelo bispo Edir Macedo com coautoria do jornalista Carlos Oliveira, no qual se coloca a questão de que a Bíblia “é um manual que não se restringe apenas à orientação de fé religiosa, mas também é um livro

¹¹ [Grupo de mídia evangélica é um dos que mais dissemina desinformação, dizem pesquisadores \(apublica.org\)](https://apublica.org)

que sugere resistência, tomada e estabelecimento do poder político ou de governo e vai muito além desses temas” (Balloussier, 2024, p. 93). O trecho expõe de maneira clara a intenção evangélica de domínio, ocupação, conquista, e ao que destes interesses for derivado; evidenciando também a correlata instrumentalização do texto bíblico para atingir respectivos fins que, novamente é importante destacar, não se restringem ao puro e simples poder político – que em si corresponde à dinâmica da estrutura econômica a ele relacionada – antes, diz respeito à apropriação de poder e riqueza econômica atrelados à elite religiosa e suas famílias, como é o caso da família do deputado Arolde de Oliveira.

O sociólogo Ricardo Mariano (2005) constrói uma tipologia das igrejas pentecostais no Brasil, a vertente do evangelicalismo que contém entre seus subgrupos o neopentecostalismo, extrato que segundo o autor mais cresceu numericamente nos últimos anos no país, e que abarca grandes denominações e figuras que entrecruzam as esferas da religião e da política, inclusive a partidária e institucional. O autor faz um ordenamento do campo pentecostal a partir de aspectos como a ruptura com o ascetismo no comportamento dos religiosos e das mudanças no seu modo de inserção e interação social, que apontam para uma dessectarização e acomodação social.

Para isso, Mariano (2005) classifica o pentecostalismo a partir de três vertentes, utilizando-se teoricamente de outros autores brasileiros e americanos para compreender e representar esse fenômeno que tem sua origem nos EUA. O *pentecostalismo clássico* refere-se à primeira onda – segundo a classificação de Freston (1993) citado em Mariano (2005) – representada nas igrejas pentecostais pioneiras no Brasil, quais sejam, Congregação Cristã do Brasil e Assembleia de Deus no Brasil, datadas respectivamente de 1910 e 1911. O período relacionado a essa classificação vai até 1950, que compreende a chegada dessas igrejas e seu espraiamento por todo o país. Inicialmente com membresia em sua maioria pobres e com baixa escolaridade, eram discriminadas pelos protestantes históricos (decorrentes dos primeiros grupos dissociados do catolicismo) e também pela Igreja Católica, as igrejas pentecostais clássicas “caracterizaram-se por um ferrenho anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta

iminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior” (Mariano, 2005, p. 29).

Nestas, o autor destaca que, nos anos 1990 em que se realiza a pesquisa, diversificou-se o perfil social dos membros que permanecem majoritariamente compondo as camadas pobres e de baixa escolaridade, mas que também contam entre si com pessoas de classe média, empresários e profissionais liberais. Mariano (2005) aponta que “ambas ainda mantêm bem vivos a postura sectária e o ideário ascético” mas que, com o tempo e as transformações latentes na sociedade, já vêm flexibilizando aspectos relacionados a usos e costumes e composição social. Destaca ainda que a Assembleia de Deus, que se dividiu em duas denominações no final da década de 1980, tende à maior dessectarização ou acomodação social, acompanhando algumas mudanças sociais, fato demonstrado no “seu recente e deliberado ingresso na política partidária e na TV, em busca de poder, visibilidade pública e respeitabilidade social” (Mariano, 2005, p. 30).

Com relação à segunda classificação, o autor coloca que se iniciou em São Paulo a partir dos anos 1950, com a atividade missionária da International Church of the Foursquare Gospel (Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular), que no Brasil dá as bases para a Igreja do Evangelho Quadrangular. A mensagem trazida e fortalecida no território nacional nesse período é a do evangelismo de massa centrado na cura divina, que utiliza formas de difusão dessa mensagem por meios inovadores, como o trabalho itinerante em tendas, praças públicas, ginásios e estádios de futebol, teatros e cinemas, além da inovação da pregação pelas rádios, diferentemente das igrejas clássicas que, com a marca de seu sectarismo e rejeição já citados, consideravam o rádio uma ferramenta “mundana e diabólica” (Mariano, 2005, p. 30). Com estes métodos e a mensagem de cura divina, as igrejas da segunda onda se multiplicaram e em seu rastro surgiram algumas denominações como a Igreja Evangélica O Brasil Para Cristo (1955, São Paulo), Igreja Deus é Amor (1962, São Paulo) e a Igreja Evangélica Casa da Bênção (1964, Belo Horizonte), além de outras menores, que aglomeravam várias pessoas também das camadas populacionais empobrecidas e causavam alarde e reações negativas, inclusive na imprensa “que os acusava de charlatanismo e curandeirismo” (Mariano, 2005, p. 30).

Apesar disso, estas igrejas trouxeram visibilidade ao movimento religioso no Brasil e, com a ênfase na mensagem de cura, alastraram e diversificaram o pentecostalismo no país. A esta onda, o autor imprime a classificação de *deuteropentecostalismo*, cujo radical *deutero* significa segundo; justifica essa opção devido ao fato de que a diferença entre as duas primeiras ondas pentecostais constitui, no Brasil, distinção mais relacionada à critérios histórico-institucionais do que teológicos, visto que as origens das igrejas e movimentos originários das denominações brasileiras possuem a mesma base, tendo nascido nos EUA com doutrinas muito semelhantes. Na particularidade das igrejas nacionais, o lastro temporal de 40 anos e as diferentes ênfases doutrinárias nos dons do Espírito Santo – as clássicas enfatizam o dom de línguas enquanto as segundas, o de cura; além de mudanças no evangelismo fazendo maior uso do espaço público e da rádio, são os elementos que subsidiam as diferentes classificações entre a primeira e segunda ondas do movimento pentecostal no Brasil.

Mariano (2005) destaca na análise a terceira classificação, referente à terceira onda do movimento pentecostal brasileiro, que começa na segunda metade dos anos 1970. Entre as principais denominações, têm-se: Igreja Universal do Reino de Deus (1977, Rio de Janeiro), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980, Rio de Janeiro), Igreja Sara Nossa Terra (1976, Goiás), e Igreja Renascer em Cristo (1986, São Paulo). O neopentecostalismo caracteriza-se, conforme colocado pelo autor, por três aspectos centrais: “1) A exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e o seu séquito de anjos decaídos, 2) pregação enfática da Teologia da Prosperidade; 3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade” (Mariano, 2005, p. 36). Além destas, a estrutura empresarial das instituições religiosas também é destacada, inclusive o fato de algumas terem fins lucrativos. Dessa maneira, as igrejas neopentecostais promovem “arrojadas formas de inserção social” (Mariano, 2005, p. 37), ampliando a visibilidade obtida na segunda onda e ocupando cada vez mais espaços na mídia, na política e, em geral, no mundo, anteriormente demonizado e apartado dos crentes.

O neopentecostalismo distingue-se também pela influência que exerce sobre as igrejas pertencentes às ondas anteriores, de maneira correspondente à forma como estas igrejas absorvem, aderem e reproduzem

“novas crenças e práticas de sucesso e agrado das massas” (Mariano, 2005, p. 39), apropriando doutrinas e incorporando modismos teológicos, processo que o autor denomina de “neopentecostalização”. Processo este que é promovido com forte inspiração do pentecostalismo americano, presente na Teologia da Prosperidade e também na Teologia do Domínio, que opera por meios como a literatura (a editora de propriedade de Romildo Ribeiro Soares, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, publicou dezenas de livros de pregadores estadunidenses mensageiros da Teologia da Prosperidade, alguns inclusive foram publicados na Folha Universal, portal de notícias da Igreja Universal do Reino de Deus), o gospel, o intercâmbio de pastores e membros, cursos e associações diversas, além do fato de que grande parcela dessas igrejas possuem origens associadas ao movimento evangélico estrangeiro, especialmente dos EUA.

Mariano (2005, p. 44) coloca que um importante diferencial das igrejas neopentecostais em relação às demais está na

[...] exacerbação dessa cosmologia acentuadamente dualista, fundamentada na crença de que, na atualidade, vivemos e participamos de uma empedernida guerra cósmica entre Deus e o Diabo pelo domínio da humanidade. Tal perspectiva teológica, porém, não se reduz à crença nesta guerra sobrenatural e a mediações ritualistas para enfrentá-la. A teologia do domínio ostenta igualmente um ideário de dominação sociopolítica (Cox, 1995, 281-297) ou, nos termos de Gilles Kepel (1991), concepções de recristianização da sociedade “pelo alto”, quer dizer, pela via político-partidária e, acrescentaria, pela mídia eletrônica.

É, portanto, essa guerra e esse temor de que forças do mal dominem os homens que impele os evangélicos neopentecostais à disputa por espaço na sociedade, na política, na música, na cultura, nas mídias em geral, e no consumo, poder aquisitivo e posição de classe. É nesse sentido que a Teologia da Prosperidade também caminha, deixando para trás o ascetismo dos pentecostais históricos e clássicos os quais não contavam com camadas de classe média e pessoas abastadas em seu meio; bem como dissociando a rejeição do mundo da ideia de santidade e salvação. Nessa nova vertente, “o apego dos neopentecostais ao mundo é indispensável” (Mariano, 2005, p. 44), visto que o lócus de suas pregações e esforços de fé reside primordialmente nessa vida e nesse plano, perdendo-se o enfoque nas bênçãos e salvação

celestiais e na perseverança diante da iminência do juízo final. Por esse caminho então, dedicando suas teologias à resposta e solução mágicas dos dilemas e impasses do cotidiano, o neopentecostalismo deixa de negar o mundo e passa a afirmá-lo, estabelecendo contraste com as bases escatológicas do pentecostalismo clássico, que inclinavam seus membros e instituições religiosas à autoexclusão da vida social, da política e do ascetismo e rejeição em relação ao mundo. Mariano (2005, p. 45) sintetiza que os neopentecostais:

Querem prestígio e respeitabilidade social. São triunfalistas e intervencionistas. Pretendem transformar a sociedade através da conversão individual e da inculcação da moral bíblica, mas também (o que é novo) da realização crescente de obras sociais, da participação na política partidária, da conquista de postos de poder nos setores privado e público e do uso religioso do rádio e da TV.

Diante desses elementos, nota-se que o processo de neopentecostalização apontado pelo autor na década de 1990 subsiste e se expande na sociedade, podendo caracterizar a crescente expansão do evangelicalismo no país, dado que essas caracterizações sumarizadas realizam um desenho não só das igrejas pertencentes à terceira classificação na tipologia construída, mas também de parte daquelas nascidas na primeira e segunda onda do movimento pentecostal brasileiro, como ocorre na Igreja Assembleia de Deus por exemplo, pioneira no Brasil. O mesmo autor também aponta, baseado em pesquisas estatísticas, que o crescimento no número de evangélicos se deve grandemente ao avanço acelerado do pentecostalismo, que se espalha majoritariamente nas populações mais pobres e menos escolarizadas. Segundo ele,

com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos –, têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais (Mariano, 2005, p. 12)

Outra autora que se destaca na discussão do tema, Dip (2018) afirma que para analisar o comportamento da bancada evangélica no

Congresso é necessário considerar os pilares do neopentecostalismo brasileiro: a Teologia da Prosperidade e a Teologia do Domínio, que como demonstrado em Mariano (2005), afastam-se do discurso ascético e sectário das igrejas pentecostais, compostas em maioria por pobres e que postulavam o afastamento dos crentes das riquezas materiais sob risco de, no contrário, tais riquezas afastarem os crentes de Deus. Como citado, com a diversificação do perfil social evangélico isso muda, e faz-se necessário fazer concessões, e são as neopentecostais, mais flexíveis, o berço dessas transformações.

Dip (2018) traz no livro a história de um casal, em que ambos foram pastores na Igreja Renascer em Cristo por mais de uma década, a partir da década de 90, período em que peregrinaram em diversas cidades trabalhando para o crescimento e expansão da denominação, juntamente com seus filhos. Marta (nome fictício da esposa) conta no trecho trazido pela autora que seu marido optou por pastorear sem o recebimento de salário, e era frequentemente enviado a templos menores para impulsionar o crescimento destes, e em seguida transferido para repetir o sucesso em outra comunidade menor. Diversas mudanças de endereço, doações de bens pessoais e dinheiro, eventos de apoio a candidaturas políticas, jejuns entre outras ofertas, sempre orientados “a não entregar a Deus sacrifícios que não custassem nada, em referência a uma passagem bíblica” (Dip, 2018, p. 95). A arrecadação financeira e a posição no ministério eram tópicos de intensas disputas no interior da igreja, especialmente entre seus líderes, como meio para promoção social e disputa de poder, e Marta relata que as lideranças exigiam dela e do marido cada vez mais, além de suas capacidades. No final dessa trajetória de fé e entrega, os pastores foram destituídos da igreja publicamente por serem “rebeldes” e em seguida a programação da rádio da igreja expôs o casal e sua família, “fomos amaldiçoados, mencionaram nosso nome, como se fôssemos os maiores bandidos!” (Dip, 2018, p. 95). Ao final do relato, o desabafo:

Eu me arrependo muito [...] de termos perdido tanto tempo de nossa vida enriquecendo os líderes da Igreja e não termos construído para nós. De termos perdido a convivência com os nossos e de termos ingenuamente acreditado em pessoas que se autossantificam e idolatram. Quando vejo alguém frequentando esses cultos dessas Igrejas-Business, percebo o quanto são enganados. Os colaboradores, trabalhadores voluntários são quem realmente sustentam essas máquinas e são explorados (Dip, 2018, p. 95).

Diante disso, observa-se que existe uma distância real, no âmbito das relações concretas, entre as lideranças evangélicas proeminentes no cenário religioso e político brasileiro e a maior parcela da membresia evangélica. Essa distância compreende, porém não somente, desde a estratificação social de renda, escolaridade, trabalho, entre outros aspectos que compõem a classe dos sujeitos nos diferentes “níveis” ou “escalões” no interior das denominações; abrangendo até mesmo o ideário religioso que sustenta e compõe a fé, as crenças. A forma, a intensidade e a motivação com que as teologias do Domínio e da Prosperidade são pregadas e disseminadas no âmbito dessas denominações não são homogêneas. Os “colaboradores explorados” que sustentam e fazem com que as igrejas cresçam o fazem na expectativa e na confiança de estarem trabalhando e ofertando para Deus, como nas palavras de Marta: “Eu me convenci de que eu entregava para Deus. O que fizessem com isso não era mais minha responsabilidade. Os bastidores de muita coisa nunca saberemos” (Dip, 2018, p. 96). Nesse sentido, é possível inferir que há, no seio das igrejas evangélicas, inclusive as neopentecostais, razões, ideologias, diferentes do puro e simples acúmulo de riquezas e sede de sucesso e bênçãos para o aqui e o agora. Em suma, aqueles que pregam a partir dos altos lugares, estes sim, possivelmente, lucram; enquanto, do chão de uma realidade que demanda alguma espécie de “ópio”, de alívio, de respiro, aqueles que creem doam. E geralmente, como na história não rara trazida pela autora, acabam perdendo também.

4.2. A Reforma Trabalhista de 2017 segundo os parlamentares da FPE

A comissão especial destinada a proferir parecer ao PL nº 6787 de 2016 teve seu ato de criação em 03 de fevereiro de 2017 e contou com 36 titulares e 36 suplentes, mais um titular e um suplente para rodízio de bancadas não contempladas, conforme o regimento do Congresso Nacional (a relação completa dos integrantes está disponível no anexo deste trabalho). Operou em 21 reuniões e assembleias públicas dos dias 09 de fevereiro até 25 de abril daquele mesmo ano, em um período relativamente breve para a realização de debates em um campo tão elementar da vida social. “Celeridade” e “pressa” que, inclusive, foram defendidas por parlamentares da FPE em suas

participações, como é o caso dos deputados Celso Maldaner (PMDB-SC) que colocou a necessidade de agilizar o trabalho da comissão porque o país e “os trabalhadores têm pressa!”; e Arolde de Oliveira (PSC-RJ) que salientou que a lei é “muito oportuna” e cabia à comissão “dar a maior celeridade possível”.

As atividades da comissão especial contaram com convidados representantes de diversos atores coletivos de segmentos jurídicos, sindicais e empresariais, se propondo ao debate e apreciação da PL do relator deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) que alterou profundamente não só o Direito do Trabalho (enquanto face superestrutural e ideológica da categoria objetiva trabalho), mas também significou uma remodelação das relações de trabalho concretas no país.

Não cabe, nos limites desta pesquisa, alongar a este respeito, mas cabe mencionar, como já indicado nas páginas anteriores, que a reforma trabalhista operou basicamente no sentido da flexibilização e retirada de direitos dos trabalhadores, principalmente se se pensar associadamente a outras propostas concomitantes no Congresso àquele tempo, como as da reforma da previdência e da terceirização. Para brevemente sinalizar essa reflexão, citamos um fragmento da fala da então ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaíde Alves Miranda Arantes, convidada na reunião do dia 16/03, que rebate os três principais argumentos motores da reforma:

Eu cito resumidamente um artigo do Deputado Federal Robinson Almeida, do PT da Bahia, sobre as três mentiras da Reforma Trabalhista, que eu adoto. A primeira mentira é a de que a reforma vai promover a geração de empregos. Em lugar nenhum do mundo, reforma trabalhista promoveu geração de empregos; ao contrário. O contrato temporário, por exemplo, que foi instituído, gerou a precarização dos empregos efetivos existentes e não gerou empregos. O Deputado Wadih Damous também já escreveu sobre isso, já falou sobre isso. A segunda mentira é a de que a CLT é velha e está superada. Ela nasceu em 1943, mas, nos últimos 15 anos, segundo o artigo, teve 75% dos seus artigos alterados, sempre mantendo a sua estrutura básica, para a qual ela foi consolidada, que é a proteção do trabalhador com a finalidade de imprimir igualdade nesta relação desigual, que é a relação capital-trabalho. Com as propostas de reforma, essa concepção, que foi o objetivo da CLT, fica maculada. E a terceira mentira é a de que a negociação coletiva entre patrões e empregados seria mais vantajosa para os trabalhadores. Uma questão que nós precisamos refletir é que o negociado sobre o legislado já existe e foi ampliado pela Constituição de 1988. A pretensão de agora é o negociado sobre o legislado, em prejuízo dos trabalhadores, porque, para negociar vantagens, isso já existe. Então, o negociado sobre o legislado, objeto das propostas de reforma, visa à precarização. Nós carecemos de uma reforma sindical. [...] A saída

para a crise precisa ser encontrada na economia, e não na precarização do trabalho. (NT 10, p. 28)

Nas atividades da comissão especial, alguns deputados aparecem com frequência nas participações e debates. A maioria desses nomes constantes é de membros da Frente Parlamentar Evangélica, a saber: Benedita da Silva (PT-RJ), Celso Maldaner (MDB-SC), Fábio Garcia (DEM-MT), Gorete Pereira (PR-CE), Sérgio Vidigal (PDT-ES), Valdir Colatto (MDB-SC) e Vitor Lippi (PSDB-SP); Arolde de Oliveira (PSD-RJ) não consta como membro signatário da FPE na 55ª Legislatura, porém é um dos parlamentares que “fundaram” a primeira bancada evangélica no país pós ditadura militar, sendo constituinte ao lado de Benedita da Silva.

Neste momento da pesquisa foi feita a opção metodológica pela qual consideramos possível visualizar os principais tópicos trazidos por esses congressistas em seus trabalhos ao longo das reuniões da comissão, citando alguns trechos que carregam os pensamentos e as opiniões políticas deles de maneira não circunscrita somente ao texto do PL, mas abarcando também outros aspectos constitutivos da bagagem ideológica pela qual norteiam suas atividades legislativas. Desse modo, primeiramente traremos os trechos representativos do modo de pensar dos deputados, de forma direta, apresentando o que é colocado por eles, o que aparece nas falas em termos de trabalho, sociedade, economia, desenvolvimento, classes sociais, e outros temas, sem pretender esgotar as possibilidades de reflexão e análises contidas nesses trechos. Depois, tentaremos levantar os principais termos ou colocações que revelam as possíveis concepções ideológicas centrais percebidas através dessas falas, visando a compreender o que, em termos de ideologia, permeia e fundamenta o modo de pensar, votar e em geral, de atuação política dos congressistas da Frente Parlamentar Evangélica no Brasil. Aqui, portanto, a pesquisa busca demonstrar o que há por trás das conexões ideológicas mais superficialmente identificadas no primeiro momento, nas citações, apontando e aprofundando as conexões ideológicas presentes nessas falas com a realidade de nossa formação social.

A modernização da CLT surge frequentemente como tópico argumentativo dos parlamentares, associada sempre à competitividade e a geração de empregos, maior promessa da Reforma Trabalhista. De forma

frequente e incisiva, Celso Maldaner, Vittor Lippi e Arolde de Oliveira pautam a necessidade de modernização da legislação trabalhista sob diversas justificativas, como veremos em alguns trechos:

Não tenho dúvida nenhuma de que essa modernização que estamos discutindo vai trazer muitos ganhos, decorrentes da negociação coletiva. Certamente vai haver o aumento de produtividade e, com isso, os ganhos dos trabalhadores também vão aumentar. Vamos ter agilidade para nos adaptar à realidade econômica. O Brasil tem que voltar a crescer para gerar mais emprego (Celso Maldaner MDB/SC, NT. 04, p. 43).

Essa legislação foi feita em 1943, quando o Brasil nem indústria tinha. Depois é que as indústrias vieram. Veio também a Internet. O mundo mudou totalmente. O mundo é outro. Hoje a economia é do conhecimento, da prestação de serviços. As pessoas podem trabalhar em casa. As pessoas precisam de atividades que não estavam previstas. Nós vamos ficar presos ao passado ou nós vamos discutir o futuro? Eu estou aqui para discutir o futuro (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 02, p. 28).

Quem, porventura, tem empresa ou opera em empresa ou exerceu funções na área de trabalho sabe que as relações estão modificadas hoje pela tecnologia. Nós vivemos num mundo em que as leis do trabalho foram feitas ainda no tempo pré-industrial brasileiro, como foi dito aqui, num Estado agropecuário, que estava em transição para a primeira etapa industrial do Brasil. Foram feitas ainda com Getúlio Vargas, e num regime que, evidentemente, não era democrático. Foi a vontade do próprio Presidente e a vontade política daquele grupo que o seguia que fizeram essa lei. Aliás, diga-se de passagem, foi uma lei extremamente avançada para a época, considerando a forma como foi feita. Contudo, esgotou o prazo dessa lei (Arolde de Oliveira PSD/RJ, NT. 02, p. 31-32).

As mudanças na sociedade e no trabalho estão também presentes em falas do deputado Arolde de Oliveira PSD/RJ, grande empresário no ramo das comunicações.

Hoje nós vivemos num mundo em que as relações estão todas modificadas, em que a Internet trouxe algo que as pessoas não estão ainda percebendo: a desintermediação. A desintermediação está criando um novo nível de relação na sociedade. E não são apenas as relações sociais, são as relações psicossociais, o que é muito mais profundo, para quem possa alcançar o que eu quero dizer (Arolde de Oliveira PSD/RJ, NT. 02 p.32).

Nós analisamos a questão do trabalho sempre associado ao emprego, mas o emprego é uma parte do trabalho. Então, nós vamos ter que discutir, sim, as questões das relações sociais neste momento tecnológico, basicamente as relações trabalhistas, como o contingente do emprego formal, conforme nós entendemos hoje como contrato. Essa é a realidade. Mas nós vamos ter que achar alternativas para o trabalho e para a renda fora dessa situação do

trabalho formal entendido como emprego. Penso, inclusive, que nós precisamos fazer uma incursão séria pelas possibilidades da economia solidária, da economia compartilhada, pelo terceiro setor, que é uma alternativa ao emprego (Arolde de Oliveira PSD/RJ, NT. 09 p.47).

Outra fala de destaque nesse sentido é do deputado Fábio Garcia, que reitera a necessidade de atualização das leis do trabalho, sugerindo um suposto anacronismo da legislação em relação aos números do desemprego no país que, por sua vez, demanda especificamente da Reforma Trabalhista e da ação parlamentar o estímulo necessário para a virada positiva desse quadro.

Nós estamos falando aqui de um decreto-lei de 1943 e de uma lei de 1974, num País que tem hoje quase 13 milhões de desempregados. Não resta dúvida de que é nossa obrigação, neste momento, rever as relações trabalhistas, exatamente para que possamos estimular o emprego, estimular que as empresas empreguem, e ajudar o Brasil nessa recuperação econômica, que já começa a dar sinais claros do seu início (Fábio Garcia DEM/MT, NT. 02, p. 23).

A ideia de que a CLT já não condiz com o Brasil contemporâneo também é identificada no pensamento de Arolde de Oliveira, que dissertando sobre o estatuto trabalhista nacional, afirma então que

Ocorre uma descontinuidade, uma vacância de leis, como foi dito aqui. Essa vacância de leis, por outros motivos também, é muito visível. Naturalmente, estabelece-se um Estado anárquico, um Estado sem legislação que regule as relações entre as pessoas, inclusive as relações de trabalho, que são as mais importantes, porque dizem respeito à vida, à sobrevivência (Arolde de Oliveira PSD/RJ, NT. 06, p. 54).

Apresentaremos mais à frente outros trechos a respeito da visão dos deputados acerca do Estado. Por hora, é interessante perceber como o deputado citado coloca o trabalho na centralidade da vida social, algo que de fato se apresenta na dinâmica concreta das relações da sociedade capitalista. Em cima disso, Arolde salienta que a tarefa dos legisladores é promover trabalho e renda, pois disso depende a sobrevivência das pessoas. O congressista também disserta, de maneira vaga e sem trazer dados empíricos ou analíticos a respeito de dificuldades enfrentadas pelos desempregados que “ficam pobres”, indicando que um suposto declínio de posição social provoca

adversidades maiores que um estado de pobreza permanente. Talvez aí estivesse contido um receio pessoal do parlamentar/empresário diante das difíceis circunstâncias enfrentadas pela economia nacional naquele período, já elencadas anteriormente nesta pesquisa. A solução para a questão do desemprego, do perigo de não ter trabalho e dos riscos à sobrevivência passa pela flexibilização da legislação do trabalho. Na visão do deputado, apesar da crise, são os encargos trabalhistas que tornam prioritário o uso da tecnologia e inevitável o desemprego, consequência dessa legislação.

Nós estamos com quase 14 milhões de desempregados. Portanto, o que nós temos que gerar é trabalho e renda, porque o trabalho é a sobrevivência das pessoas, é a origem de tudo. A origem do trabalho é a sobrevivência lá nas sociedades tribais, na coleta, na pesca, na caça — é a sobrevivência! [...] E nós temos gente morrendo de fome, passando necessidade, pessoas que até ontem estavam trabalhando e hoje estão passando necessidade. Não sabem sequer passar necessidade, porque o duro na vida não é ser pobre: o duro na vida é ficar pobre. São pessoas que tinham e estão deixando de ter. Essa legislação realmente precisa ser flexibilizada, para facilitar a geração de renda, seja através de emprego, seja através de trabalho, na economia solidária ou na economia compartilhada, onde quer que seja (Arolde de Oliveira PSD/RJ, NT. 02, p. 32).

A recessão hoje é o maior ofensor do emprego. Porém, nós temos que o volume de encargos que nós precisamos devolver, como empresários, na folha de pagamento, torna a questão da tecnologia uma prioridade. As empresas buscam substituir trabalhadores, porque fica muito melhor, muito mais barato, não tem problema (Arolde de Oliveira PSD/RJ, NT. 02, p. 62).

A preocupação com os encargos é verificada de forma massiva nos discursos de diversos parlamentares, que associam esse custo e a própria legislação trabalhista ao desemprego e à competitividade no cenário econômico, sem reflexões mais amplas sobre empregabilidade e/ou mercado de trabalho em geral.

O Custo Brasil está impossível! Nós temos que revê-lo. Eu acho que se deve desonerar o custo para manter o empregado. A média no mundo é de 21% de encargos trabalhistas; aqui é de 86%. Nós temos que rever esse custo. É importante que nós mexamos nisso. Não queremos tirar direito dos trabalhadores, pelo contrário. É muito significativa essa modernização. [...] Quem concorda com a atual situação de 13 milhões de desempregados? Eu não concordo. Vai trazer empregos? Sim, Procurador-Geral. Essa modernização vai gerar empregos. Nós temos certeza de que vamos tornar o País mais competitivo (Celso Maldaner MDB/SC, NT. 03 p. 46).

De forma interligada a esses elementos já descritos, recorrentemente aparecem nas falas dos parlamentares críticas enérgicas ao Estado, à Justiça do Trabalho e/ou ao Direito do Trabalho, que é representado como “grande demais”, “indústria das ações trabalhistas” e até mesmo colocado como “inimigo do Brasil”. Nota-se aqui, de maneira emblemática, que os parlamentares assumem a posição em favor do empresariado e da burguesia, contraditoriamente afirmando, em relação ao discurso de negação dos antagonismos sociais, a luta de classes e seus posicionamentos na dinâmica do conflito entre capital e trabalho, inerente à lógica de reprodução do capital. Com isso, também afirmam o aspecto de tensionamento presente no Estado em uma sociedade capitalista, e atuam nessa dinâmica no sentido de defesa das classes proprietárias. Para resolver esse suposto problema provocado por haver “bastantes direitos” e por essa Justiça “pender somente para um lado”, a solução reside, no pensamento desse grupo parlamentar, na flexibilização da legislação trabalhista, elemento que faz parte do que chamam de “reformas estruturantes”:

O Risco Brasil já caiu. Estou vendo que a coisa vai melhorar, vai deslanchar, mas temos que fazer as reformas estruturantes de que há tantos anos se fala e ninguém faz no País (Celso Maldaner MDB/RJ, NT. 06, p. 49)

Vai haver melhoria no ambiente de trabalho. Hoje as pessoas estão maduras e preparadas para, através do diálogo, encontrar a melhor solução no trabalho. Isso vai melhorar o ambiente de trabalho e, com certeza, vai reduzir os conflitos judiciais, que nos assustam muito aqui no Brasil. [...] Há intervenções e ações demais. O Ministério do Trabalho está complicando a vida do trabalhador. Hoje o trabalhador gostaria de ter diálogo e de ver suas decisões homologadas pelo sindicato da categoria (Celso Maldaner MDB/RJ, NT. 04, p. 43-44).

A meu ver, hoje o maior inimigo do Brasil é o Estado, inclusive esta é uma expressão do próprio Ives Gandra. O custo do Poder Judiciário no País é de 87 bilhões de reais. Nos Estados Unidos o custo é de 10 bilhões, daí para menos. Mais 50% é para o Ministério do Trabalho. Se eu pudesse, extinguiria o Ministério do Trabalho porque ele está atrapalhando muito. O vilão são o Ministério do Trabalho e o Poder Judiciário. A CLT contém mais de 900 artigos e mais de 2.400 instruções normativas e súmulas. Pelo amor de Deus! A média dos encargos trabalhistas no mundo não chega a 21%. Aqui no Brasil chega a 71,4% (Celso Maldaner MDB/RJ, NT. 06, p. 44).

O maior inimigo do Brasil é o Estado demais. Nós não aguentamos mais essa máquina inchada, com um Poder Judiciário que custa 87 bilhões de reais por ano, mais de 50% o do Ministério do Trabalho (...) (Celso Maldaner MDB/RJ, NT. 08, p. 57).

E o problema é simplesmente a Justiça do Trabalho, porque a Justiça do Trabalho, como disse aqui um Deputado, tem lado (Gorete Pereira PR/CE, NT. 07, p. 65).

Outros parlamentares também citam índices e números relativos à ações trabalhistas e dados econômicos de outros países, comparando realidades diversas de maneira superficial e sem incluir as fontes dos dados ou trazer reflexões sobre as realidades concretas desses países ou do Brasil, tão somente visando “comprovar” o argumento de que o Direito do Trabalho no Brasil estaria na contramão do resto do mundo e por isso então demandaria ser modernizado para permitir o crescimento econômico e a geração de empregos.

Nós temos que reconhecer os avanços e a importância de tudo o que foi feito ao seu tempo, mas também temos que estar preparados para reavaliar as coisas. A globalização e a competitividade — gostemos ou não — são fundamentais. Se quisermos viver num mundo à parte, em que não se está preocupado com o resto do mundo, tudo bem. Mas, se estivermos preocupados com o resto do mundo e entendermos que dependemos da competição com outros países, nós temos que começar a analisar o que está acontecendo no resto do mundo (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 02, p.28).

Nos Estados Unidos, que têm 300 milhões de habitantes — uma população 50% maior do que a do Brasil —, há 75 mil novas ações trabalhistas. Nos Estados Unidos, existe um ativismo trabalhista muito forte. Na França, que também é um país de legislação trabalhista bastante avançada, com um sindicalismo forte, há 70 mil ações trabalhistas. O Japão, que é um país mais conservador, tem 2.500 ações trabalhistas. E no Brasil? Há 3 milhões de novas ações trabalhistas. Não são 30% a mais, são 40 vezes mais! Isso é um absurdo! Se contássemos isso em qualquer país do mundo, falaríamos: “Não, isso não tá acontecendo. Você tá errado”. Não está. Isso está nos jornais. Esse número está aumentando 20% ao ano. No Brasil, dever haver possibilidade de crescimento e geração de empregos, diminuindo o número de desempregados e aumentando a competitividade. Este é o nosso compromisso com o Brasil (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 02, p.29, p.30).

Ninguém aqui quer tirar direitos. [...] é uma mentira atrás da outra para desconstruir a modernização de que o Brasil precisa. Será que está bom hoje? O Brasil é o País do mundo que menos cresceu! O pior número econômico do mundo é do Brasil. O país do mundo com o maior número de ações trabalhistas — equivale a 30 vezes mais do que o de outros países, como França e Estados Unidos — é o Brasil. Nós estamos numa das piores colocações do mundo em relação à competitividade, que é a capacidade de competir e gerar empregos, de empreender. [...]

Será que existem dois mundos? O mundo dos burocratas, dos dogmas antigos, das corporações, e o mundo real? Ou será que desses números de que eu estou falando aqui ninguém sabe? Ninguém sabe que a pior economia do mundo é a do Brasil, que o país do mundo com o maior número de ações trabalhistas é o Brasil, que um dos piores países do mundo em competitividade é o Brasil?

[...] é muito importante que, além da nossa atividade-fim, tenhamos uma visão sistêmica, uma visão holística do momento, da gravidade do momento que nós estamos passando, com responsabilidade e pragmatismo. Senão cada um de nós vai continuar defendendo o seu quadradinho. E não é disso que o Brasil precisa. O Brasil precisa de grandeza, de maturidade, de responsabilidade e de coragem, para que tenha os mesmos níveis de crescimento do mundo, que está crescendo 3,5%. Essa é a média de crescimento do mundo. E o Brasil tem potencialidade para crescer o dobro disso! Mas o nosso crescimento é negativo, e os empresários do Brasil não sabem o que fazer porque estão sendo vítimas de algo que foi muito bom, a legislação, as leis e uma série de coisas que vieram para contribuir, mas que hoje criam, algumas delas, graves distorções. [...] Os jovens hoje não têm expectativa de conseguir emprego porque o número de indústrias no Brasil está diminuindo, porque o número de empregos está diminuindo (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 03, p. 42).

Eu escutei do Presidente do México que o desenvolvimento mexicano atual foi resultado da reforma trabalhista que eles fizeram lá, por meio da qual conseguiram gerar empregos e flexibilizar relações. Foi isso que nós escutamos (Gorete Pereira PR/CE, NT. 03, p.36).

Outra variável significativa dos discursos levantados pela FPE na comissão especial para apreciação do PL 6787 diz respeito às representações da luta de classes capital x trabalho presentes nas falas dos parlamentares, que o fazem ignorando o antagonismo fundamental entre o trabalhador e aquele que detém os meios de produção elemento constitutivo e inalienável de uma sociedade capitalista,

São mais de 13 milhões de desempregados. Imaginem se ele está satisfeito! Então, não dá para continuar como está. Nós temos que fazer alguma coisa, temos que ter uma legislação que incentive, que privilegie quem gera emprego. Atualmente, a legislação pune quem gera emprego neste País, a legislação tem lado (Celso Maldaner MDB/SC, NT. P. 56).

O empresário deveria ser premiado, e não castigado. Hoje o que sinto como empreendedor e como empresário? Para a CLT não há mais solução, já que esta possui 73 anos. Deveria ser feito um novo código. Desculpem-me a comparação, mas fazer isso com o empresário é como botar um boi no brete: *“Agora te peguei empresário, não tem mais solução agora! Vou te levar para o Ministério por bem ou por mal!”* A situação está desse jeito. Na Nova Zelândia e na Austrália, você paga 2 mil reais para o trabalhador, e o Governo não ganha nada em cima desse valor. O Governo ganha em cima do que o trabalhador vai gastar! É Imposto de Renda, é ICMS, é o movimento da economia, é bitributação, o Governo não pode ganhar nada! De 20% dá 10% para as centrais sindicais. O custo é muito alto. Lá é dado apenas 2% para o seguro, caso ocorra algum acidente ou morra um trabalhador. Portanto, não há mais condições disso continuar. A legislação tem que premiar quem gera emprego, e não punir. Neste País quem gera emprego é punido (Celso Maldaner MDB/SC, NT. 06, p. 48-49).

[...] seria importante sempre ter nesses debates representantes dos trabalhadores e também representantes dos empreendedores e empresários, que geram emprego, pois hoje temos só um lado da moeda (Celso Maldaner MDB/SC, NT. 05, p.69).

(...) o empregador nunca tem razão nos conflitos e nos dissídios. Por que não tem? Porque essa cadeia de defesa dos trabalhadores é complexa, inclui escritórios especializados em Direito do Trabalho, a Justiça do Trabalho. (...) montou-se uma cadeia em que entra a Justiça do Trabalho, entram os sindicatos e o Ministério Público. Então, essa cadeia é muito esperta, mas que só pende para um lado. E é tão esperta essa cadeia que — e até vou usar a frase de um antigo amigo meu — “é tão esperta que um pouquinho mais vira corrupção” (Arolde de Oliveira PSD/RJ, NT. 05, p. 63).

Fico preocupado, Sr. Ministro, quando aqui escuto dizerem que as pessoas que geram emprego no Brasil, que trabalham dia e noite para gerar emprego, são lobos, que é o lobo contra o cordeiro. Meu Deus do céu! É isso que está matando o Brasil, é essa visão míope, é essa divisão de classes. Pelo amor de Deus! Isso é um atraso! (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 03, p. 43).

Há muita gente que trabalha pelos direitos do trabalhador aqui. Ótimo! Temos bastantes direitos. Estamos destruindo os empregadores. Eu conheço tanta empresa que fechou por causa de ação trabalhista! (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 04, p. 55).

Será que todos os empresários do Brasil são malfeitores ou será que está havendo algum abuso? Quem é que está ganhando com isso? Eu sei quem é que está pagando a conta. São as empresas, que não estão suportando mais. [...] Os empregados, felizmente, têm uma série de representações. Agora, quem está dando o emprego e que, às vezes, é vítima dessa litigância de má-fé não tem para onde correr; ele tem que escolher entre o péssimo e o ruim e acaba fazendo um acordo para perder menos (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 06, p. 66-67).

Também de maneira explícita, é questionado o fato de o Direito do Trabalho operar em favor do hipossuficiente, o que para este grupo se traduz em “só ter um lado”, como vimos anteriormente. Nesses discursos, não é levada em consideração a fragilidade da relação de trabalho e o vínculo de necessidade e até mesmo dependência que o trabalhador tem em relação ao emprego e ao empregador nessa relação, que mina seu poder de negociação e o torna, necessariamente, hipossuficiente, pela própria natureza do trabalho no capitalismo pela qual o trabalhador não detém os meios de produção. Como demonstrado, os parlamentares assumem posição em favor do capital na luta de classes, em seu papel enquanto Estado, ao mesmo tempo em que afirmam que a defesa do trabalho é feita de maneira a punir o capital, em falas contraditórias e significativas quanto ao lugar de classe representado e defendido de maneira aguerrida, como as a seguir:

Nós estamos, realmente, protegendo o trabalhador. Felizmente, esse é um papel social de todos nós. Mas não podemos punir as empresas. Não podemos prejudicar quem está dando emprego. Não podemos ser injustos e aplicar sempre uma regra. “Não, porque a regra é sempre entender que o trabalhador é hipossuficiente”. Poxa, mas nós estamos tratando como se todos os empregadores agissem de má-fé? Eu entendo que, agora, na grande maioria das vezes, nessa situação de desequilíbrio que está acontecendo, a vítima está sendo quem dá o emprego. Hoje, é temerário ter um empregado. Se eu tivesse um filho que possuísse uma empresa, eu teria muita preocupação (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 07, p. 56).

Nós sabemos que o trabalhador é quem precisa de proteção, é quem precisa de trabalho digno, é quem precisa de trabalho com boa condição. Mas temos que entender também que, se não existir a empresa, não existirá o trabalho. Ela tem que ser protegida da mesma forma, senão não existirá o trabalho. Nós não podemos matar a galinha dos ovos de ouro no Brasil, senão nós ficaremos numa situação realmente muito difícil (Gorete Pereira PR/CE, NT. 03, p. 36).

O tom de inquisição quanto à integridade jurídica e até moral do Direito do Trabalho, bem como a falta de profundidade na compreensão e representação da sociedade, do trabalho e das classes sociais aparece também em outros momentos, como vemos nos trechos a seguir:

O que está acontecendo? Isso deve ser fraude. Quem está se enriquecendo com isso? Estamos induzindo os nossos trabalhadores a cometer fraude, e ninguém toma nenhuma providência? Quantas vítimas estamos fazendo? E quem está pagando essa conta é aquele que está dando emprego. Tenho convicção, até por pesquisa que vi numa grande empresa do Brasil, que mais de 90% das ações trabalhistas aqui são fraudulentas, não têm comprovação. E aí? Como ficamos? (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 07, p. 53).

[...] nós temos uma nova indústria no Brasil, uma indústria que está crescendo 20% ao ano. E ela já é 40 vezes maior do que a média do que ocorre no resto do mundo. Essa indústria é chamada de “indústria das ações trabalhistas”. Essa indústria está lesando gravemente as empresas neste País, principalmente as pequenas e microempresas. Muitas dessas empresas que estão sendo lesadas, vitimadas, enfim, gravemente atingidas por essa temerária indústria do Brasil já fecharam as portas. E as que estão aí também têm medo de crescer, porque se criou uma insegurança jurídica neste País absolutamente inacreditável (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 06, p.64-65).

Desculpem-me por falar isso. Eu acho isso uma questão antiética, e eu tenho um profundo respeito pela classe dos advogados, pela OAB, mas está havendo abusos. O trabalhador sozinho não faz isso. Eu acredito que, com isso, está havendo a maior indústria do Brasil, que se chama indústria das ações trabalhistas (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 07, p. 57).

Ora, quantas vezes advogados colocam nos processos uma quantidade enorme de horas extras, estimulados muitas vezes pelo

trabalhador? Ele diz que fez as horas extras, e o empregador que nunca pediu hora extra alguma vai para o Ministério e é obrigado a pagar nem que sejam duas, sem que ele tenha concedido nenhuma (Gorete Pereira PR/CE, NT. 03, p.36).

A Reforma Trabalhista foi levada a cabo tendo como uma de suas principais prerrogativas a prevalência do negociado sobre o legislado, que essencialmente significa que um acordo firmado entre as partes contratantes do processo de trabalho pode se sobrepor ao que está na CLT (e nisso também a Reforma atua fragilizando estes acordos ao minimizar a ação dos sindicatos, retirando a obrigatoriedade da contribuição sindical, sua principal fonte de recursos; e também isentando a participação de representações sindicais nos acordos, que passaram a serem feitos diretamente entre empregador e trabalhador). O negociado sobre o legislado ou a “negociação coletiva” produziu impactos sobre temas relevantes como o fracionamento de férias – sendo ampliada a possibilidade de dividi-la com períodos mínimos de 10 dias, cuja concordância passa pela fragilidade da necessidade de manutenção do emprego, e a dispensa coletiva – que anteriormente era regulada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) que colocava a negociação sindical como obrigatória para que ocorresse dispensa coletiva que, com a reforma, foi equiparada à dispensa individual, não demandando participação sindical nem indenização adicional (Almeida, 2021).

A principal justificativa levantada para que a legislação passasse a incluir essa possibilidade de negociação é dada com a chamada “insegurança jurídica”, que aparece diversas vezes ao longo das notas taquigráficas da comissão especial, e nos trechos citados aqui, como a maior causa do desemprego e do baixo crescimento nacional, travado em razão do medo dos empresários de contratar devido à “insegurança jurídica”

[...] nós somos um dos piores países do mundo para quem quer produzir e dar empregos. [...] uma das questões que mais chama a atenção é a insegurança jurídica. “Insegurança jurídica” parece um nome meio abstrato para a população. O que é insegurança jurídica? Insegurança jurídica é aquilo que não depende de você. [...] na grande maioria das vezes, nessa situação de desequilíbrio que está acontecendo, a vítima está sendo quem dá o emprego (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 07, p. 56-55).

Nós precisamos criar segurança jurídica. Nós estamos numa situação totalmente diferente da dos outros lugares do mundo. Volto a dizer: não são 10%, 20% a mais do que os outros países; mas 30 a 40 vezes. Essa é uma denúncia que precisa de uma solução. Por quê?

Porque nós precisamos dos empregos. [...] Portanto, precisamos ter responsabilidade aqui. Não temos nada contra o trabalhador, muito menos contra a CLT, mas essa questão de abusos e de exageros está vitimando as empresas brasileiras. Isso precisa de uma resposta, porque, senão, o desemprego, sem sombra de dúvida, vai aumentar, sim, porque ninguém quer investir com a insegurança jurídica que existe hoje (Vitor Lippi PSDB/SP, NT. 06, p. 66).

A este argumento colhemos um contraponto extraído de uma das participações de representantes da Justiça do Trabalho nas audiências da comissão especial, que evidencia a natureza antagônica indissociável das relações de trabalho:

Porque o Direito do Trabalho tem o elemento do conflito. O Direito de trabalho não é uma relação de constante cooperação. Há interesses antagônicos. Obviamente, há o interesse de todos que esses interesses antagônicos sejam mediados da melhor forma possível: mediados pela força do Direito, pelo uso da razão, pelo uso das interpretações, pelas decisões anteriores. Mas o conflito sempre permanecerá, porque ele é inerente à própria relação capital/trabalho. [...] o Ministério Público só tem uma coisa a dizer em relação ao que foi colocado aqui, de uma forma bastante direta: para o Ministério Público, a única vinculação, a única obrigação que ele tem é com a Constituição. Quem criou o Ministério Público foi a Constituição; quem autoriza Ministério a agir é a Constituição; quem limita o Ministério Público do Trabalho e qualquer outro órgão do Ministério Público é a Constituição. Então, não existe parcialidade, não existe nenhum tipo de viés. O que existe é a defesa da Constituição (Procurador Regional do Trabalho Dr. Cristiano P. A. Pinto, NT. 07, p. 50-51).

É Sérgio Vidigal PDT/ES quem pergunta diretamente à Desembargadora e Pesquisadora em Economia do trabalho da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Magda Barros Biavaschi, acerca da “maior justificativa da realização da reforma trabalhista, que ela vai gerar mais empregos — a flexibilidade geraria mais empregos — e dar mais segurança jurídica.”. Na ocasião, numa reunião da comissão especial em março de 2017, o parlamentar que compõe a FPE indaga à pesquisadora: “essa legislação reduziria as ações trabalhistas e daria mais segurança jurídica às relações entre trabalhadores e empregadores?” (Sérgio Vidigal PDT/ES, Nt. 08, p.63-64). Traremos aqui trechos das falas da jurista que fazem uma interlocução a esse questionamento:

O Direito de Trabalho nasce na contramão da ordem liberal, porque chega à conclusão de que as vontades não são iguais e que o

encontro dessas vontades não vai produzir a norma que vai reger civilizadamente as relações sociais individuais, intergrupais etc. Daí nasce o Direito do Trabalho, repito, que é um pacto civilizatório. [...] A judicialização não será resolvida, porque não é aí que resolvemos a judicialização. E não é flexibilizando direitos que nós vamos resolver o problema da economia brasileira. O problema do mercado de trabalho está intimamente ligado à questão de economia brasileira. Foi por isso que nós nos referimos aos estudos da OIT. A OIT testou, em um estudo, 63 países e, em outro, mais de 100 países, e verificou que os que mais flexibilizaram são os que têm os piores índices de emprego e de produtividade (Magda Barros Biavaschi, NT. 08, p. 72-73).

Nessa perspectiva, o aprofundamento das relações capitalistas se constitui “movido por um desejo insaciável de acumulação de riqueza abstrata. É por isso que ele precisa de regras e normas, para haver o convívio de forma legal dentro desse sistema” (Magda Barros Biavaschi, NT. 08, p.72). Utiliza-se da ideologia jurídica como ferramenta para manutenção de mínimos civilizatórios, que conforme a fala da jurista foram profundamente afetados pela barbárie das duas grandes guerras que, “com extermínio brutal”, foram necessárias “para a humanidade se dar conta de que a ordem liberal não dá conta das questões econômicas e sociais” (Magda Barros Biavaschi, NT. 08, p.72-73). Em outro trecho do início de sua participação na audiência na comissão especial, a mesma afirma:

Em síntese, essa PEC é antagônica, na minha visão, à Constituição de 1988, consagrando o fim de um Estado social garantidor de direitos, sem qualquer debate com a sociedade sobre o regressivo sistema tributário brasileiro, que penaliza os pobres e libera os ricos, sem atacar os pontos sorvedouros dos recursos públicos, como as desonerações, a sonegação e o pagamento de juros nominais, que corresponderam a mais de 8% do PIB em 2015, mais ou menos o valor gasto com todo o sistema de Seguridade Social, que também se quer reformar (Magda Barros Biavaschi, NT. 08, p. 24).

O trecho recortado sintetiza de maneira muito feliz a macro realidade em que se insere a Reforma Trabalhista de 2017, trazendo elementos que se relacionam à estrutura da economia brasileira e de sua formação sócio-histórica, como analisado no capítulo anterior desta pesquisa. Com sua elevada concentração de renda, desigualdade social e absorção de recursos por parte do grande capital, que através da especulação financeira e das relações heterodeterminadas fundadas na via colonial e no capitalismo dependente, que formatou o capitalismo brasileiro ao longo da história, o país não consegue empreender crescimento econômico sustentável, e nem mesmo

uma classe burguesa que, movida por perspectivas de um capitalismo autônomo, pudesse propor alterações políticas, jurídicas e econômicas capazes de, ao menos, aproximar-se de um desenvolvimento social nacional autossustentado.

Na contramão da linha argumentativa até agora apresentada pelos deputados da FPE na comissão especial relativa ao PL 6787, apenas dois nomes dessa Frente aparecem estabelecendo contrapontos à lógica cujo fundamento reside na redução dos direitos dos trabalhadores. Um deles, é o de Benedita da Silva, já mencionada no início do capítulo, como uma das pioneiras da chamada bancada evangélica, lá dos tempos da constituinte, ao lado de seu colega jurista Arolde de Oliveira. Mulher negra, tem em seu currículo vasta trajetória como trabalhadora e na política, líder comunitária da comunidade Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro, contribuiu na fundação do Partido dos Trabalhadores na década de 1980, e também na introdução do hábito da oração como uma tradição na Câmara Federal. É ex-empregada doméstica, ex-servente de colégio e ex-auxiliar de enfermagem, e sob essa bagagem de vida justifica sua atuação parlamentar, percebida em trechos como os a seguir:

Levamos décadas e décadas para incluir trabalhadores e trabalhadoras com direitos neste País. Como pode uma reforma pensar em aumentar a carga horária de trabalhadores, quando, há pouco tempo, depois de mais de 20 anos, acabamos de aprovar nesta Casa os direitos das trabalhadoras domésticas? Todos nós temos uma trabalhadora doméstica em nossa casa. Como podemos dizer a essas mulheres — que trabalharam anos e anos e que só agora têm os seus direitos garantidos — que elas terão, segundo a Previdência, de contribuir por mais 29 anos, se algumas nem sequer tiveram suas carteiras assinadas durante 20 ou 30 anos de trabalho? (Benedita da Silva PT/RJ, NT. 04, p. 46).

A deputada discorre acerca de diversos pontos abordados na Reforma Trabalhista, como o argumento de que a legislação do trabalho no Brasil estaria atrasada ou anacrônica, como mostrado páginas atrás, o qual rebate afirmando que “esta CLT, que acham muito velha, tem 75% de modificação — esta CLT” (Benedita da Silva PT/RJ, NT. 05, p. 56). A parlamentar ressalta também o retrocesso contido na possibilidade de a Reforma aumentar a jornada de trabalho, ao lembrar do fato histórico relacionado ao Dia Internacional da mulher, em que “cento e vinte nove foram

as que morreram queimadas, mas havia mais trabalhadoras naquele momento. O que aconteceu, senhores? Elas queriam redução da jornada de 14 horas!” (Benedita da Silva PT/RJ, NT. 05, p. 57). Sobre o acordo ou negociação coletiva, Benedita da Silva argumenta que a Constituição Federal já garante que haja a representação dos trabalhadores, o que não se verifica na forma como está sendo colocado no PL 6787.

Citando também outras reduções de direitos propostas pela Reforma, como as concernentes à redução do tempo de férias e do horário de almoço, além da instabilidade promovida pela ampliação do trabalho temporário, Benedita da Silva faz uma reflexão referente ao significado real dessas mudanças na legislação para a vida das mulheres trabalhadoras, especialmente as mulheres negras, que, dados os fundamentos de nossa construção social, constituem grande parte da força de trabalho empobrecida pela lógica das relações de trabalho engendradas no país.

Esse trabalho, em relação às mulheres, penaliza muito mais, porque a mulher já tem hoje tripla jornada de trabalho. Desde a escravidão, nas senzalas, já se considerava o trabalho doméstico como trabalho. E houve uma conquista desta senzala, que foi exatamente o pessoal da casa grande dos dias de hoje terem dinheiro para pagar esse pessoal da senzala. E esse pessoal da senzala é chamado principalmente de “domésticas”. São mais de 7 milhões de trabalhadoras domésticas. E algumas sequer estão sindicalizadas. Depois de anos e anos de luta, elas conseguem evidentemente ter os seus direitos assegurados pela CLT. Mal exerceram os seus direitos, essas trabalhadoras, caso passe essa reforma trabalhista, perderão mais ainda (Benedita da Silva PT/RJ, NT. 05, p. 58).

Na contramão da maioria de seus colegas de Frente – grupo esse que, cabe recordar, é bastante diverso e cujo núcleo duro de atuação é bem menor que o número de signatários, sendo poucos aqueles evangélicos de fato como o é Benedita – a parlamentar apresenta em seu pensamento uma leitura de conjuntura com a qual identifica a fragilidade tanto política quanto das condições econômicas para que a negociação coletiva seja estabelecida para além do que a Lei Maior já postula (em que não pode haver negociação regressiva em relação ao que já é pactuado na legislação), abrindo possibilidades de retrocesso em direitos trabalhistas adquiridos. Na mesma direção, salienta a necessidade de que haja enfrentamentos reais à crise

econômica, a partir de projeto político do executivo, dado que uma suposta saída não advém simplesmente de mudanças na legislação do trabalho.

Nós temos uma Constituição de cuja elaboração eu me orgulho de ter feito parte, e fizemos as discussões necessárias para garantir os direitos aos trabalhadores. Não adianta dizermos que a CLT está envelhecida e que precisa ser modernizada. Vamos modernizá-la. Nós topamos modernizar a CLT. Mas temos dois “poréns”: primeiro, a conjuntura política e econômica não permite que haja, por parte da organização sindical, empoderamento suficiente para entrar numa área de negociação — essa é a primeira coisa; segundo, queremos ver o projeto político do Governo Federal para sairmos da crise econômica, porque temos aí uma questão financeira, não uma questão que venha dos trabalhadores ou de uma mudança de lei (Benedita da Silva PT/RJ, NT. 05, p. 59-60).

O outro parlamentar destoante da vertente majoritária da FPE é Sérgio Vidigal PDT/ES, médico psiquiatra, é filiado ao PDT desde 1988, ano em que se tornou vereador em Serra-ES, e disputa eleições todos os anos desde 1996. Direta ou indiretamente no mesmo município, onde atualmente é prefeito. Tem em sua trajetória o apoio de movimentos sociais e a autoria de um projeto de lei para aprimoramento do atendimento a mulheres vítimas de violência, no ano de 2017. Votou a favor do impeachment de Dilma Rouseff em 2016, fato que quase custou sua expulsão do partido, que orientara sua bancada a votar contra a medida. Em seu histórico na justiça constam denúncias por nepotismo e por terminar a gestão sem recursos suficientes no caixa¹². Vidigal tem relações de apoio político com o PL e relações pessoais com Magno Malta, ex-senador evangélico cuja posição conservadora é emblemática. Nas eleições municipais de 2020 em Serra-ES, nas quais saiu eleito prefeito, o PT também apoiou o Sérgio Vidigal, ainda que sem estar listado na coligação. Nesse breve resgate da trajetória do deputado, é possível perceber seu trânsito entre os diversos espectros da política.

Ele faz apontamentos interessantes quanto à importância da CLT, Estado e gestão pública, trabalho e classes sociais, além de propor questionamentos válidos com perguntas e provocações centradas no texto da PL 6787, como visualizamos anteriormente. O deputado também tece considerações importantes quanto à história brasileira referente ao trabalho, o

¹² Disponível em: [A Gazeta | Quem é Sergio Vidigal, prefeito eleito na Serra](#). Acesso em 21/08/2024.

passado escravocrata e o avanço social contido na legislação trabalhista, reafirmando a necessidade de não somente respeitar esse arcabouço jurídico como também de garantir que não seja ferido nenhum direito adquirido.

Eu quero deixar bem claro para os nossos pares que é preciso ter muito cuidado com a CLT. Ela é muito cara para este País, ela é muito importante, porque o nosso processo começou em 1888, com a abolição da escravatura. Essa legislação começou a dar direitos, de fato, ao trabalhador. É preciso flexibilizar? Sim, é preciso flexibilizar. É preciso dar segurança jurídica? Sim, é preciso dar segurança jurídica. Mas não se pode tirar direitos do trabalhador. Eu queria acrescentar que também é necessário que nós tenhamos o conhecimento e a responsabilidade de garantir os direitos dados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, que foi feita em 1948 (Sérgio Vidigal PDT/ES, NT. 03, p. 37-38).

A nossa história com a CLT — Consolidação das Leis do Trabalho é uma história antiga. Nós respeitamos muito a CLT. Entendemos que ela, depois da abolição da escravatura, foi o primeiro instrumento de resgate do cidadão brasileiro. Nós não podemos perder direitos. Não queremos penalizar ninguém e não mexer nos direitos, não. Entendemos que talvez tenha que se discutir alguma flexibilização na relação, oferecer segurança jurídica, mas não podemos permitir que o trabalhador perca seus direitos (Sérgio Vidigal PDT/ES, NT. 05, p. 72 – 73).

O deputado não se esquivava de realizar apontamentos a partir de uma perspectiva mais geral e histórica do capitalismo brasileiro, e apresenta sua perspectiva da crise e do “grande problema” nacional, que para ele, é “a falta de gestão pública”.

[...] quem acabou com a capacidade de investimento no País foi o setor público, que investiu mal. Olha o que nós fizemos com os recursos do FAT: 40% dele vão para o BNDES. Será que o aplicamos corretamente, gerando trabalho e emprego para a população? Não. O País viveu o tempo todo no extrativismo. Desde sua descoberta. Foi assim com a cana-de-açúcar, com o pau-brasil, com o ouro, é assim com o petróleo, é assim com o minério de ferro, é assim com a soja. Nós temos que modernizar também a gestão do País. E creio que este é um momento importante para discuti-lo, mas temos que ter responsabilidade. Não podemos, de forma alguma, inviabilizar o futuro do trabalhador brasileiro. Está claro que não é a reforma da Previdência nem a reforma trabalhista que irão recuperar a economia. O que vai recuperar a economia chama-se investimento, atratividade, ambiente para crescimento (Sérgio Vidigal PDT/ES, NT. 05, p. 73).

Sérgio Vidigal relembra as bases extrativistas da economia nacional, e sua fala representa a parca menção à questão agrária nacional encontrada em todo o material analisado. Ainda que o deputado não apresente

profundidade e radicalidade no debate, o entendimento de que a economia nacional brasileira foi construída ao longo do tempo com base em atividades desenvolvidas no campo representa uma percepção singular nas formas do pensamento social que os parlamentares demonstraram no contexto de consolidação da Reforma Trabalhista.

[...] o trabalhador e o empregador [...], que são hoje considerados grandes vilões, mas, na verdade, são grandes vítimas devido à falta de uma política adequada neste País. [...] Nós estamos com o foco errado. O grande culpado por este País estar nessa crise chama-se setor público. Deveríamos fazer aqui um grande movimento e solicitar ao setor público que faça uma reforma administrativa, uma reforma no Judiciário, uma reforma no Ministério Público. Com certeza, o que estamos para aprovar aqui não resolverá o problema da crise no Brasil (Sérgio Vidigal PDT/ES, NT. 06, p. 46).

O que o setor empresarial precisa fazer? Ele precisa aumentar a competitividade. Para isso, é necessário reduzir custos. O País perdeu tempo. Nós poderíamos ter trabalhado incentivando a geração de energias renováveis, porque o insumo energia elétrica pesa muito na produção brasileira, principalmente no nosso parque industrial, que está totalmente atrasado na sua modernização (Sérgio Vidigal PDT/ES, NT. 08, p. 62).

Eu acho que o País perdeu o tempo. Naquele momento, em 2008 e 2009, quando a exportação de commodities permitiu que o País pudesse superar a crise que era mundial, nós perdemos oportunidade. Nós poderíamos, naquele momento, ter investido na redução da burocracia, da carga tributária, na qualificação profissional, no aumento da escolaridade deste País. E agora chegamos à conclusão de que a culpa é da CLT. [...] nós não podemos fragilizar aquele que emprega nem o empregado deste País. Eu acho que o grande patrimônio que este País tem é o nosso trabalhador, porque é ele que produz (Sérgio Vidigal PDT/ES, NT. 07, p. 40).

Sem esgotar as possibilidades de aprofundamento da análise, é importante perceber como o parlamentar, apesar das conexões pouco radicais – no sentido marxista do termo – Sergio Vidigal consegue superar a maioria de seus colegas de bancada no que tange à fundamentação de sua perspectiva e posicionamentos políticos. Identificamos aqui, entre outros elementos, aspectos do que Oliveira (2003) e outros autores colocam quanto ao baixo incremento tecnológico da produção, que marca o capitalismo agrário, mas cuja lógica abrange o sentido mesmo da particularidade brasileira no capital erigido sob a signa da colonização e da posição servente e dependente no quadro do imperialismo.

Como é possível extrair dos trechos destacados, Sérgio Vidigal se diferencia da maioria de seus colegas de bancada não somente pelo posicionamento final contrário à Reforma Trabalhista, mas também na leitura e apresentação de seu ponto de vista com relação às principais pautas levantadas nos debates, como a crise econômica, a competitividade e a recuperação do cenário econômico. Recuperando nossa história marcada pela exploração do trabalho e pelo capitalismo caudatário com pouco incremento tecnológico, conforme traz o capítulo anterior deste trabalho, Vidigal apresenta em seu discurso a compreensão de que é o trabalhador quem produz, diferente do pensamento embutido na ideologia de defesa do empresariado, presente nas falas mostradas anteriormente.

No entanto, apesar de seu pensamento apresentar alguma correspondência com a realidade concreta, o deputado não alcança os fundamentos do panorama por ele descrito, abordados no capítulo 2, calcados em elementos relacionados à via colonial de entificação capitalista, à debilidade de nossa burguesia, à barbárie e violência presentes em nossas relações de classe e parca organização dos trabalhadores, à posição da economia brasileira da divisão internacional do trabalho, assumindo elementos do sentido da colonização e reatualizando nossos determinantes estruturais da dependência ao passo das alterações globais do sistema de produção do capital, sempre se reproduzindo às margens do desenvolvimento econômico e social.

Com relação às notas referentes aos discursos dos parlamentares na Votação do PL 6787/2016 foi observado que os argumentos contra e a favor da Reforma Trabalhista tendem a se repetir. Nas falas contrárias à proposta, os deputados se posicionam contra a tramitação rápida do projeto no Congresso, que se realizou sem apoio popular e representa ataque e destruição da CLT, além de significar retrocessos nos direitos trabalhistas, precarização do trabalho, e até mesmo uma “traição” aos trabalhadores, com os quais a base do governo age com “ignorância ou má-fé” ao negar que a mudança não retira direitos dos trabalhadores (Orlando Silva – Pcdob/ES). Os congressistas também apontam a situação favorável ao emprego em 2013 e 2014, no sentido de afirmar que nesse período a política econômica estaria “no rumo certo” (Orlando Silva Pcdob/ES) e que no governo de Michel Temer já seria

“equivocada, recessiva, engessando o Estado” (Paulo Teixeira – PT/SP). Também é colocado durante a votação a afirmação de que a Reforma Trabalhista fere os trabalhadores, e são a parte enfraquecida dentro da relação capital x trabalho, além de consistir em ataque ao direito do Trabalho e enfraquecimento do acesso à justiça e a organização sindical (Leo de Brito – PT/AC). Sobre os sindicatos também é argumentado que a Reforma destrói a estrutura sindical e que a livre negociação não funciona sem que os sindicatos tenham mantida sua contribuição (Paulo Pereira da Silva – SD/SP). Os parlamentares também se posicionaram contrários à então proposta de Reforma Trabalhista associando a medida a outras contemporâneas que fizeram parte de um pacote de iniciativas do executivo pós impeachment de 2016, como a PEC 95 e a reforma da previdência.

Na parcela da FPE que apoiou a medida de alteração da legislação trabalhista, também encontra-se a repetição dos tópicos argumentativos levantados na comissão especial, como, a competitividade; o desemprego e a geração de empregos consequente da Reforma; o “excesso de ações trabalhistas”; a legislação “atrasada” com necessidade de modernização; a defesa de que a PL não retira direitos e é na única saída para a crise econômica e para estimular a contratação; além da crítica ao “Estado paternalista, intervencionista, generoso e irresponsável” que é a causa da situação do país (Alceu Moreira – PMDB/RS), e a opinião de que a medida viria em prejuízo da “quadrilha de sindicatos” (Alberto Fraga – DEM/DF).

As representações levantadas contra o Estado, já sinalizadas também nos trechos trazidos das reuniões da comissão especial, são contrastadas pela deputada Benedita da Silva – PT/RJ que coloca:

e a ideia aqui é de que o Estado é um verdadeiro monstro, é um fantasma que deve ser afastado. No entanto, foi o Estado que fez com que nós tivéssemos uma melhor agricultura familiar, foi dele que saíram os incentivos para a implementação econômica de vários setores da economia brasileira, dos pequenos empreendedores, das pequenas e microempresas. Então, eu quero discordar veementemente da iniciativa de se colocar o Estado como o grande monstro que fez que houvesse desemprego. Assim, eu quero que exista o Ministério do Trabalho, o sindicato dos trabalhadores, o sindicato patronal. Isso faz parte do cotidiano de uma civilização. Então, não venham com essa de colocar o Estado como um monstro, quando este dá subsídios para que o setor produtivo brasileiro possa avançar (Benedita da Silva PT/RJ, NT. 12, p. 66).

Nessa fala a parlamentar sinaliza a questão do Estado e a forma pela qual, conforme teorizado em Oliveira (2003), a acumulação capitalista no Brasil reivindica do Estado a ação de motor de impulso para cada novo ciclo, a exemplo da abolição da escravatura e da industrialização. Dada a particularidade histórica da via colonial na qual, em virtude da debilidade estrutural da burguesia enquanto classe promotora do capital, o modo de produção e reprodução social se configura aqui “dependendo sistematicamente, para tanto, das ações do Estado brasileiro (sejam econômicas ou extraeconômicas), que incluem uma particular e agressiva ingerência sobre as formas de reprodução do trabalho” (Arbia, 2019, p. 43);

Por esta mesma premissa, as classes abastadas no Brasil, nas quais se localizam os parlamentares e suas famílias, muitos deles proprietários de grandes empresas, como os deputados Arolde de Oliveira (PSD/RJ) e Celso Maldaner (MDB/SC), mantêm sua posição social no limiar do temor constante por mudanças sociais que afetem o “instável equilíbrio estrutural entre a posição que essas camadas ocupam na estrutura social hierárquica nacional [...] e os acessos sociais franqueados no interior de uma economia dependente” (Arbia, 2017. P. 13). Temor que se intensifica quando situado no nível de nossa estrutura econômica, caracterizada por uma acumulação insuficiente e má distribuição que se condensa numa lógica de reprodução social baseada na subordinação ao grande capital e na regulação social autocrática e violenta, que sempre recorre à superexploração do trabalho.

Ademais, os elementos que caracterizam a quadra neoliberal do capitalismo, quais sejam: as revoluções tecnológicas, a ampliação exponencial do exército industrial de reserva, a mundialização do capital, entre outros aspectos de particularidade política e econômica dos países, constrói a resultante verificada na consolidação da Reforma Trabalhista de 2017: a “desregulamentação predatória e exploração brutal da força de trabalho” que foi levada a cabo pelo Estado, que se desocupa das tarefas de reprodução da mercadoria força de trabalho e volta seus recursos antes destinados a isso para, de maneira sistêmica, pragmática, e dentro dos protocolos democráticos da política institucional, direcionar “o mais-valor social dos fundos estatais para

dinamizar o capital noutras frentes, prioritariamente, para realizar o capital financeiro” (Arbia, 2019, p. 43).

A análise documental dos registros oficiais referentes à tramitação da Reforma Trabalhista em 2017 apontou quais foram as principais âncoras ideológicas com as quais argumentaram os parlamentares da FPE. Em suma, a parcela minoritária contrária à alteração da legislação do trabalho brasileira aponta para o fato de a CLT já ter passado por diversas modificações ao longo do tempo, e não é a mesma de sua origem. Ressaltam a importância da lei, e de que a saída para a crise se localize na política econômica, na gestão estatal e no setor público, a partir de investimentos e enfrentamentos reais à crise com projeto político e econômico. Afirmam a posição contrária da população e o significado de retirada dos direitos duramente conquistados na história do país, além dos ataques à justiça do trabalho e ao sindicalismo brasileiros. Nas falas analisadas, foi possível identificar algum conhecimento no tocante à formação social, histórica e econômica do Brasil, e dos impactos dessa Reforma não só no âmbito do trabalho, mas nas relações sociais em geral, como na advertência feita pela única deputada negra presente na comissão especial, para a realidade social das mulheres negras no país.

A maioria dos deputados se posicionou a favor do então PL 6787. Para isso, trouxeram o argumento de que a legislação trabalhista brasileira estava arcaica, defasada, e demandava atualizações e flexibilizações de seus supostos direitos excessivos, que pendiam a balança da justiça em detrimento daqueles que, apesar do temor da grande insegurança jurídica latente nessa legislação, corajosamente “dão” oportunidades e empregos aos trabalhadores, demasiadamente amparados e protegidos pela justiça do trabalho. Justiça essa que, nas perspectivas identificadas na pesquisa, suscita questionamentos quanto à sua integridade jurídica e moral, em função do enorme número de ações trabalhistas no país, sem que se suspeite de que a razão para esse quadro de judicializações se deva, concretamente, à realidade do trabalho em uma nação cujo modo de reprodução social se particulariza na intensa exploração de seus trabalhadores como compensação de seus déficits estruturais.

A solução para este Brasil, na visão dos parlamentares favoráveis à mudança na legislação, perpassa pela Reforma Trabalhista. Alertando para as

mudanças sociais na economia e nas relações de trabalho, muitas advindas da tecnologia, a produtividade é colocada como o alvo e a consequência natural da flexibilização de uma CLT feita em tempos já superados e que provoca uma “insegurança jurídica” limitante ao desenvolvimento do país. A Reforma chega, portanto, como única saída promissora para a crise, a resposta necessária aos empregadores aflitos com o temor dos encargos trabalhistas e para aqueles que estão desempregados esperando a modernização. A crise, por sua vez, é consequência de um Estado altamente generoso para os trabalhadores e punitivo para as empresas, assim como o direito do trabalho.

Desse modo, sem pretensão de esgotar as possibilidades analíticas levantadas nos discursos, foram identificadas linhas de raciocínio que foram do arcaísmo da legislação ao desemprego; da demonização da justiça do trabalho à insegurança jurídica; da defesa do patronato à crítica ao estado grande demais; passando também pela desqualificação do sindicalismo brasileiro, pela comparação vazia com outros países e pela ausência de radicalidade na compreensão de nossa economia e formação nacional. Com tais elementos, os deputados, associados entre si em nome da religião, se posicionaram dando respostas à questão política e econômica, determinada na mudança da legislação do trabalho, lançando mão de argumentos elencados a partir de suas compreensões acerca da realidade social. Não foram percebidas, porém fortes apelações religiosas ou morais, como é facilmente identificado em outras pautas em que geralmente a agremiação evangélica da Câmara dos Deputados se destaca, o que, sem dúvida, desperta uma interessante possibilidade de pesquisa futura. Por ora, a análise demonstrou que a classe política religiosa movimentava os nexos da realidade brasileira a partir de interesses políticos e econômicos que não se dissociam do panorama estrutural das relações sociais no Brasil, bem como não se destoam da conjuntura do capitalismo mundial e da inserção da economia nacional nesse quadro. Assim, na realidade brasileira marcada pela subordinação imperialista na política e na economia, por uma burguesia débil, e pela intensa exploração do trabalho, os ganhos civilizatórios da classe trabalhadora permanecem sempre instáveis em razão da também instável natureza dos ciclos de acumulação do capital.

5. Considerações Finais

O desafio ao qual se propôs esta pesquisa não se esgota em seus resultados finais. Antes, como boa semente de conhecimento social, cujo objeto não pode ser captado completamente visto que a totalidade social sempre escapa aos olhos do pesquisador, nosso trabalho pretende lançar pistas que iluminem novos objetos e instiguem novas pesquisas.

Partindo de um estado mais abstrato, do tratamento teórico ao tema da ideologia, compreendendo sua especificidade na política e na religião, compreende-se que as formas ideológicas se constituem no âmbito da objetividade social, tendo por base a materialidade das formas concretas de produção e reprodução da vida em sociedade. Afastando-se do âmbito do trabalho, gênese do ser social, este mesmo ser promove novas formas ideais em sua interação com a natureza, com o mundo e com outros seres sociais, engendrando novas relações, construindo sua identidade, suas crenças, sua personalidade social, e respondendo aos elementos e conflitos postos pela dinamicidade de seu desenvolvimento e da história. É nessa dimensão que localizamos, portanto, os fundamentos teóricos para a compreensão da ideologia, orientação ideal do ser social, através da qual o homem entende, responde, justifica e movimenta sua realidade.

A política se coloca como esfera social relacionada ao conflito, cujo pôr teleológico atua sobre a consciência dos homens, no âmbito da totalidade fenomênica. Dada a natureza dos conflitos sociais no modo capitalista de reprodução social, essa forma ideológica se coloca como ferramenta com a qual os homens atuam e movimentam-se nesses conflitos.

Do mesmo modo, no capitalismo, o mundo invertido e a sociabilidade estranhada fornecem a base e a necessidade da religião enquanto ideologia, resposta do ser social que movimenta os nexos reais visando a atender e justificar suas ações em meio as diversas questões apresentadas em seu desenvolvimento social. Essa base material do fenômeno religioso é dada a partir do estranhamento, descompasso entre a capacidade objetiva e a apropriação subjetiva do desenvolvimento social enquanto produto da ação humana, fruto de sua generidade. Fundado na universalização da tendência reificadora das relações e identidades sociais, esse estranhamento

fornece a base da vida cotidiana, pautada pela forma mercantil como mediação necessária para reprodução da vida. A ideologia religiosa opera através da realização do homem no transcendente, em função de que o ser social não consegue se reconhecer como autor consciente de sua própria história e desenvolvimento. Nesse sentido, como o homem não se realiza em sua consciência genérica em meio à concretude cotidiana, ele opera essa realização através da exteriorização da apropriação das potências do homem no transcendente, que por sua vez se torna uma potência em si mesmo quando exerce poder e controle sobre o próprio homem que a criou e projetou nele suas próprias características, relações e ações coletivas, apreendidas como imposições de uma força estranha. Nasce disso o fenômeno ideológico religioso, que tem no estranhamento seus fundamentos e na superação da sociabilidade estranhada a condição de sua superação própria. A religião é, portanto, um meio pelo qual os homens atuam em sociedade, e forneceu a base regulatória para as relações sociais em diversos contextos, sendo essa a função social que a caracteriza enquanto forma de ideologia: reflexo e justificativa do mundo invertido, estranhado, universalidade abstrata, falsa.

Indo do abstrato ao concreto, a pesquisa bibliográfica acerca da realidade objetivou compreender em quais fundamentos a realidade brasileira oferece as bases para a construção de suas ideologias. Nesse momento, foram evidenciados os elementos principais constitutivos da formação sócio-histórica brasileira, localizados a partir da via colonial de entificação capitalista, que imprime aspectos que formatam a particularidade brasileira na totalidade social, nos campos da economia, da política, da religião, e nos demais. Esse caminho se deu no sentido de entender qual é a sociedade que propõe ao ser social respostas, ou seja, sobre quais determinações particulares se ergue também a particularidade ideológica do país. Percorremos teorizações a respeito do capitalismo e da sociedade brasileira, como o sentido da colonização que em síntese indica três aspectos principais que marcam a colonização e que persistem, atualizando-se com as novas demandas do modo de produção capitalista: a economia centralmente exportadora posicionada no sistema mundial de modo a atender aos ditames imperialistas, o caráter destrutivo de exploração do trabalho e a incapacidade de manutenção de um mercado interno.

Com base nesses aspectos, a economia e a sociedade brasileira se reproduzem no lastro da escravização, com base em um capitalismo atrofico, uma burguesia débil e antirrevolucionária, e um Estado incapaz de formar as bases de entificação de um modo de produção que consiga se reproduzir de forma autônoma e cujo padrão de relações sociais se caracteriza pela violência e coerção, marcado pelo alijamento das massas populares do acesso à riqueza, ao Estado e à Justiça. Nessa lógica, o capitalismo atrofico brasileiro se pauta pela constante atualização de velhas heranças genéticas de suas relações sociais, e, no âmbito do trabalho e da política, pelo resgate de uma cultura antipovo, buscando equilibrar seu modo de acumulação autodestrutivo pela via da intensificação da exploração.

Tendo como panorama a realidade antes descrita, a análise do fenômeno ideológico articulado entre a religião e a política, dentro de uma situação histórica determinada, apontou resultados indicativos de uma acomodação ao sentido conservador identificado na formação sócio-histórica brasileira. A atuação parlamentar evidenciou como os sujeitos agremiados entre si pela ideologia religiosa operaram o manejo de nossas determinações sociais no sentido da manutenção de um capitalismo altamente destrutivo para a classe do trabalho, e cujo Estado e funções do direito são sempre hostis às camadas mais baixas da população, atuando de maneira a favorecer o desmonte de direitos duramente adquiridos em prol do avanço das engrenagens da acumulação capitalista no país, em função de sua inserção subordinada no quadro global do modo de produção. Tais perspectivas tratam da intensificação da crise global do capital, que se reflete no país, em função de suas particularidades, no desmonte dos direitos do trabalho.

Nessa realidade, a partir dessa base material são formadas as ideologias disseminadas no âmbito das igrejas evangélicas brasileiras que, na vertente neopentecostal, que mais cresce no país, se pautam pela Teologia da Prosperidade e Teologia do Domínio, que não apenas legitimam a busca pelas riquezas deste mundo, antes demonizada, como também impulsionam a presença dominadora dos crentes em todas as esferas da vida social, combatendo tudo que escapa do entendimento, controle e poder religioso evangélico, imprimindo e moldando a realidade conforme seu padrão moral. Essas expressões ideológicas são protagonistas das mensagens propagadas

não somente no púlpito, mas também na cultura, no empreendedorismo empresarial presente na música, literatura, na indústria do entretenimento, na rádio, na tv, e na política, das eleições municipais até o mais alto escalão da república. Atuando em sua função social de regulação, a ideologia religiosa evangélica e, mais especificamente, neopentecostal, se adaptou através do tempo e do espaço, chegando aqui por meio de igrejas do exterior, mas assumindo as particularidades do território brasileiro, e reivindicando para si cada vez mais visibilidade e ocupando cada vez mais espaços.

Nos resultados obtidos, sem consumir as possibilidades de apreensão do objeto, a FPE não dissocia sua atuação na Reforma Trabalhista ocorrida em 2017 dos fundamentos ideológicos de outras frentes e identificações parlamentares, ao focar seus esforços na reatualização dos fundamentos conservadores de nossa sociedade. Situando sua participação na totalidade estrutural e conjuntural da realidade brasileira, foi possível inferir o alinhamento dessa camada política às perspectivas gerais do conservadorismo brasileiro, que também não nasce na recente expansão religiosa e da visibilidade de suas ideologias no cenário nacional, porém guarda relação genética com a forma de entificação capitalista no Brasil.

6. Referências Bibliográficas

A GAZETA. Quem é Sérgio Vidigal, prefeito eleito na Serra. [s. l.] Disponível em < [A Gazeta | Quem é Sergio Vidigal, prefeito eleito na Serra](#) >.

AGÊNCIA PÚBLICA. Grupo de mídia evangélica que pertence a senador bolsonarista é um dos que mais dissemina desinformação, afirmam pesquisadores. [s. l.]. Disponível em < <https://apublica.org/2020/08/grupo-de-midia-evangelica-que-pertence-a-senador-bolsonarista-e-um-dos-que-mais-dissemina-desinformacao-afirmam-pesquisadores> >.

ALMEIDA, Dayse Coelho de. **Quatro anos da reforma trabalhista: promessas descumpridas e realidade.** *Migalhas*, [s. l.], 16 dez. 2021. Disponível em < <https://www.migalhas.com.br/depeso/356743/quatro-anos-da-reforma-trabalhista-promessas-descumpridas-e-realidade> >.

ARBIA, Alexandre Aranha. **Análise das políticas para o trabalho no Brasil: como Marx pode contribuir?** Revista *Katálysis*. Florianópolis: v. 22, p. 36-56, jan./abr. 2019.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **Pandemônio de infâmias: classes sociais, estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo.** 2005. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. – São Paulo, SP, 2005.

AVENTURAS NA HISTÓRIA. Contra Jango: relembre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. São Paulo: 2023. Disponível em < <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/neste-dia-em-1964-era-iniciada-primeira-marcha-da-familia.phtml> >.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. **O púlpito: fé, poder e o Brasil dos evangélicos.** 1. Ed. São Paulo: Todavia, 2024.

BEZERRA, Lucas. **A questão agrária brasileira no pensamento de Caio Prado Júnior.** *Argumentum*, Vitória: v. 11, n. 1, p. 200-212, jan./abr. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputados são empossados para mandato na 55ª legislatura. [s. l.]. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/noticias/449449-deputados-sao-empossados-para-mandato-na-55a-legislatura/> >

BRASIL. Câmara dos Deputados. Notas taquigráficas: PL 6787/16 – Reforma Trabalhista. [s. l.]. Disponível em < [Notas Taquigráficas — Portal da Câmara dos Deputados](#) >.

CARVALHO, Rone. **O que explica a multiplicação de templos evangélicos no Brasil.** Disponível em < [\(https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo\)](https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo) >.

CHASIN, José. **A Miséria Brasileira – 1964-1994 – Do Golpe Militar À Crise Social.** São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CISNE, Mirla; FERREIRA, Verônica. **Feminismo e desigualdade: uma análise materialista das relações de opressão-exploração das mulheres.** Argumentum, Vitória: v. 13, n. 3, p. 7-20, set./dez. 2021.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?: A bancada evangélica e seu projeto de poder.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 5 Ed. Global Editora. São Paulo: 2008.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **A dialética entre o ideal e o material: considerações sobre o complexo categorial da política na obra tardia de Lukács.** Trabalho & Educação, Belo Horizonte: v. 24, n. 1, p. 95-108, jan./abr. 2015.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **Estranhamento e a questão da emancipação das individualidades.** In: NACIF, Cristina Lontra; KAWAHARA, Ivan Zanatta (orgs.). Introdução à ontologia do ser social de Georg Lukács. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. p. 77-90. 2022.

FORTES, Ronaldo; NETO, José Paulo. **Ideologia e política no último Lukács.** Curso livre Lukács. 2. Ed. 1 vídeo (2h 52min). Publicado pelo canal TV Boitempo. São Paulo: jun. 2016. Disponível em < <https://youtu.be/jWCjQVptv7w> >.

G1. Saiba como votou cada deputados no texto-base da reforma trabalhista. Abr. 2017. Disponível em: < [Saiba como votou cada deputado no texto-base da reforma trabalhista | Política | G1](#) >.

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil.** EDUSC. Bauru: 2004.

LARA, Ricardo. **História e práxis social: introdução aos complexos categoriais do ser social.** 1. Ed. Bauru. [s.l.]. 2017.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social** vol. II. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Shneider. Boitempo. São Paulo: 2013.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** 2ª ed. Edições Loyola. São Paulo: 2005.

MARX, Karl. **A Questão Judaica.** Trad. Artur Morão. In: MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Edições 70. Lisboa: 1993.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Para a crítica da filosofia do direito de Hegel:** Introdução. Trad. Artur Morão. [s.n.] Covilhã: 2008.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa.** Oficina de Livros. Belo Horizonte: 1989.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. Boitempo Editorial. São Paulo: 2004.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Ática. São Paulo: 1988.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. Ciências Humanas. São Paulo: 1981.

OBSERVATÓRIO DA LIBERDADE RELIGIOSA. Atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados. Disponível em < <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/> >.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. Boitempo. São Paulo: 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira: perspectivas em 1977**. Brasiliense, São Paulo: 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 6. Ed. Brasiliense. São Paulo: 1961.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. Ed. Brasiliense. São Paulo: 1981.

SERRANO, Rodrigo Fagundes Luz. **Evangélicos no congresso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados durante a 55ª Legislatura (2015-2019)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa: 2020.

TREVISAN, Janine. **A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro**. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião. v. 16, n. 1, p. 581-609. Juiz de Fora: 2013. Disponível em < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21884/11918> >.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica**. Verinotio Revista online de Filosofia e Ciências Humanas, n. 12, p. 40-64, out. [s.l.]. 2010

VAISMAN, Ester. **O estranhamento religioso na ontologia lukacsiana**. Curso livre Lukács. 2. Ed. 1 vídeo (2h 33min). Publicado pelo canal TV Boitempo. São Paulo: 2016. Disponível em < <https://youtu.be/QEEmxHPzpBQ?&t=5753s> >.

VEJA. Edição 2851. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2851> >.

APÊNDICE A – TABELA 1

TABELA 1 – Lista de Deputados da Comissão Especial Responsável Pelo Parecer do PL6787/16 da Reforma Trabalhista

Nome Parlamentar	Partido do Parlamentar	Votos ¹³	UF	Titularidade	Data de entrada	Data de saída
Abel Mesquita Jr.	DEM	Sim	RR	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Alceu Moreira	MDB	Sim	RS	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Alex Canziani	PTB	Sim	PR	Titular	21/03/2017	22/03/2017
Alexandre Baldy	PP	Sim	GO	Suplente	25/04/2017	13/07/2017
Alfredo Kaefer	PP	Sim	PR	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Antonio Bulhões	PRB	Sim	SP	Titular	09/02/2017	25/04/2017
Arnaldo Jordy	PPS	Não	PA	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Arolde De Oliveira	PSD	Sim	RJ	Titular	10/02/2017	13/07/2017
Arthur Lira	PP	Sim	AL	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Assis Melo	PcdoB	Não consta	RS	Suplente	09/02/2017	26/04/2017
Assis Melo	PcdoB	Não consta	RS	Suplente	03/05/2017	13/07/2017
Átila Lira	PSB	Sim	PI	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Benedita Da Silva	PT	Não	RJ	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Bilac Pinto	DEM	Sim	MG	Titular	09/02/2017	09/02/2017
Bilac Pinto	DEM	Sim	MG	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Cabo Sabino	AVANTE	Não	CE	Titular	09/02/2017	07/03/2017
Cabo Sabino	AVANTE	Não	CE	Suplente	07/03/2017	13/07/2017
Carlos Melles	DEM	Sim	MG	Titular	28/03/2017	12/04/2017
Carlos Melles	DEM	Sim	MG	Titular	18/04/2017	13/07/2017
Carmen Zanotto	PPS	Não	SC	Suplente	09/02/2017	12/04/2017
Carmen Zanotto	PPS	Não	SC	Suplente	24/04/2017	25/04/2017
Celso Maldaner	MDB	Sim	SC	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Chico Alencar	PSOL	Não	RJ	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Covatti Filho	PP	Sim	RS	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Dâmina Pereira	PODE	Não	MG	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Daniel Almeida	PcdoB	Não consta	BA	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Daniel Vilela	MDB	Sim	GO	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Danilo Cabral	PSB	Não	PE	Presidente	09/02/2017	13/07/2017
Darcísio Perondi	MDB	Sim	RS	Suplente	09/02/2017	07/03/2017
Darcísio Perondi	MDB	Sim	RS	Suplente	19/04/2017	13/07/2017
Diego Garcia	PODE	Não consta	PR	Titular	09/02/2017	25/04/2017
Edmar Arruda	PSD	Sim	PR	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Efraim Filho	DEM	Sim	PB	Titular	09/02/2017	28/03/2017
Eli Corrêa Filho	DEM	Sim	SP	3º Vice-presidente	09/02/2017	13/07/2017

¹³ Dados extraídos do site do G1. Disponível em < [Saiba como votou cada deputado no texto-base da reforma trabalhista | Política | G1](#) >.

Elizeu Dionizio	PSB	Sim	MS	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Eliziane Gama	PPS	Não	MA	Suplente	19/04/2017	24/04/2017
Eros Biondini	PROS	Não	MG	Titular	09/02/2017	22/03/2017
Evair Vieira De Melo	PP	Sim	ES	Titular	09/02/2017	24/03/2017
Evandro Gussi	PV	Sim	SP	Suplente	09/02/2017	24/03/2017
Evandro Gussi	PV	Sim	SP	Titular	24/03/2017	13/07/2017
Evandro Roman	PSD	Sim	PR	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Fabio Garcia	DEM	Sim	MT	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Fernando Monteiro	PP	Sim	PE	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Geovania De Sá	PSDB	Não	SC	Titular	09/02/2017	15/02/2017
Gilberto Nascimento	PSC	Sim	SP	Titular	09/02/2017	10/02/2017
Givaldo Carimbão	AVANTE	Não	AL	Titular	25/04/2017	13/07/2017
Gorete Pereira	PR	Sim	CE	2º Vice-presidente	09/02/2017	13/07/2017
Goulart	PSD	Sim	SP	1º Vice-presidente	09/02/2017	13/07/2017
Helder Salomão	PT	Não	ES	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Herculano Passos	MDB	Sim	SP	Suplente	14/02/2017	13/07/2017
Hissa Abrahão	PDT	Não	AM	Suplente	14/02/2017	13/07/2017
Jerônimo Goergen	PP	Sim	RS	Titular	09/02/2017	13/07/2017
João Gualberto	PSDB	Não consta	BA	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Jones Martins	MDB	Sim	RS	Titular	09/02/2017	13/07/2017
José Carlos Aleluia	DEM	Sim	BA	Titular	12/04/2017	18/04/2017
José Carlos Aleluia	DEM	Sim	BA	Suplente	25/04/2017	13/07/2017
Junior Marreca	PATRI	Sim	MA	Suplente	09/02/2017	10/02/2017
Laercio Oliveira	PP	Sim	SE	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Laura Carneiro	DEM	Sim	RJ	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Lázaro Botelho	PP	Sim	TO	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Leonardo Monteiro	PT	Não	MG	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Luiz Nishimori	PR	Sim	PR	Titular	25/04/2017	13/07/2017
Luiza Erundina	PSOL	Não	SP	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Magda Mofatto	PR	Sim	GO	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Marcelo Matos	PSD	Sim	RJ	Suplente	09/02/2017	11/04/2017
Marcos Rogério	DEM	Sim	RO	Suplente	16/02/2017	25/04/2017
Marinaldo Rosendo	PP	Sim	PE	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Mauro Pereira	MDB	Sim	RS	Suplente	09/02/2017	04/04/2017
Mauro Pereira	MDB	Sim	RS	Titular	04/04/2017	13/07/2017
Nelson Marquezelli	PTB	Sim	SP	Titular	22/03/2017	13/07/2017
Nelson Padovani	PSDB	Sim	PR	Titular	15/02/2017	13/07/2017
Orlando Silva	PcdoB	Não	SP	Suplente	10/02/2017	13/07/2017
Paes Landim	PTB	Sim	PI	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Patrus Ananias	PT	Não consta	MG	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Paulão	PT	Não	AL	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Paulo Pereira Da Silva	SOLIDARIE DADE	Não	SP	Suplente	09/02/2017	24/04/2017

Paulo Pereira Da Silva	SOLIDARIE DADE	Não	SP	Suplente	25/04/2017	13/07/2017
Pedro Vilela	PSDB	Sim	AL	Suplente	15/02/2017	13/07/2017
Pr. Marco Feliciano	PODE	Sim	SP	Suplente	09/02/2017	22/02/2017
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	Sim	TO	Suplente	19/04/2017	13/07/2017
Raquel Muniz	PSD	Sim	MG	Suplente	16/02/2017	13/07/2017
Renata Abreu	PODE	Sim	SP	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Roberto De Lucena	PODE	Não	SP	Suplente	25/04/2017	13/07/2017
Roberto Sales	DEM	Não consta	RJ	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Robinson Almeida	PT	Não	BA	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Rogério Marinho	PSDB	Sim	RN	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Ronaldo Carletto	PP	Sim	BA	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Sergio Souza	MDB	Sim	PR	Titular	09/02/2017	09/02/2017
Sergio Vidigal	PDT	Não	ES	Titular	14/02/2017	13/07/2017
Silas Câmara	PRB	Sim	AM	Titular	25/04/2017	13/07/2017
Toninho Wandscheer	PROS	Sim	PR	Titular	22/03/2017	13/07/2017
Valdir Colatto	MDB	Sim	SC	Suplente	07/03/2017	13/07/2017
Veneziano Vital Do Rêgo	PSB	Não	PB	Titular	09/02/2017	04/04/2017
Vicentinho Júnior	PR	Sim	TO	Suplente	20/04/2017	13/07/2017
Vitor Lippi	PSDB	Sim	SP	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Wadih Damous	PT	Não	RJ	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Waldenor Pereira	PT	Não	BA	Suplente	09/02/2017	13/07/2017
Walney Rocha	PATRI	Não	RJ	Titular	09/02/2017	13/07/2017
Wellington Roberto	PR	Não consta	PB	Titular	07/03/2017	25/04/2017
Zé Silva	SOLIDARIE DADE	Não	MG	Suplente	24/04/2017	25/04/2017
Zeca Cavalcanti	PTB	Não consta	PE	Titular	09/02/2017	21/03/2017

Nº de parlamentares na comissão: 91 deputados

Nº de parlamentares da FPE (em negrito): 43 deputados

Fonte: Elaborada pela Autora (2024).